

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Ecoporanga



# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA - ES

Rua Suelon Dias Mendonça, 20 - Centro  
CEP 29850-000 - Ecoporanga - ES

### EXPEDIENTE

#### **Prefeito**

Pedro Costa Filho

#### **Vice-Prefeito**

Roberval Fianco

#### **Secretário Municipal de Educação**

Marly Ferreira da Silva





# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ECOPORANGA

Com algumas pedras  
Fez um círculo, a mãe natureza  
Só indo a Ecoporanga  
Se conhece tal beleza!"

( Ana Fritz)





PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI MUNICIPAL N. 1.744, DE 10 DE JUNHO DE 2015.**

**Aprova o Plano Municipal de Educação de Ecoporanga-ES e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ECOPORANGA, Estado Do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei Federal nº 13.005, e do artigo 130 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 2º** São diretrizes do PME:

**I** - erradicação do analfabetismo;

**II** - universalização do atendimento escolar

**III** - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

**IV** - melhoria da qualidade da educação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais e Planos de Carreira da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

**Art. 3º** O Município, em articulação com a sociedade civil, procederá às avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovarem as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

**Art. 4º** Os planos plurianuais e orçamentários anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

**Art. 5º** Os Poderes Municipal Executivo e Legislativo, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ecoporanga-ES, aos 10 (dez) do mês de (06) junho do ano de dois mil e quinze (2015).

**Pedro Costa Filho**  
**Prefeito Municipal**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	06
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	06
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	12
1.2.1 Aspectos Históricos .....	12
1.2.2 A origem do nome Ecoporanga.....	15
1.2.3 Aspectos Geográficos .....	17
1.2.4 Acesso à Ecoporanga.....	20
1.2.5 O Contestado.....	22
1.2.6 Aspectos Fundiários.....	24
1.2.7 Aspectos Físicos.....	30
1.2.8 Aspectos Culturais .....	39
1.2.9 Aspectos Populacionais.....	43
1.2.10 Aspectos Econômicos .....	55
1.2.11 Aspectos Sociais.....	66
1.2.12 Aspectos Desportivos .....	78
1.2.13 Aspectos Educacionais .....	79
2. NÍVEIS DE ENSINO .....	87
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL .....	87
2.1.1 DIAGNÓSTICO .....	87
Metas e estratégias.....	95
2.2 ENSINO FUNDAMENTAL .....	98
2.2.1 DIAGNÓSTICO .....	98
Metas e estratégias.....	103
2.3 ENSINO MÉDIO .....	106
2.3.1 DIAGNÓSTICO .....	106
Metas e estratégias.....	111
2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL/ INCLUSÃO .....	113
2.4.1 DIAGNÓSTICO .....	113
Metas e estratégias.....	115
2.5 ALFABETIZAÇÃO INFANTIL - PNAIC.....	117
2.5.1 DIAGNÓSTICO .....	118
Metas e estratégias.....	120
2.6 EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	121
2.6.1 DIAGNÓSTICO .....	121
Metas e estratégias.....	125
2.7 IDEB.....	127
2.7.1 DIAGNÓSTICO .....	128
Metas e estratégias.....	144
2.8 EDUCAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE.....	148
2.8.1 DIAGNÓSTICO .....	148
Metas e estratégias.....	152
2.9 EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	153
2.9.1 DIAGNÓSTICO .....	153
Metas e estratégias.....	156
3 – MODALIDADE DE ENSINO.....	158
3.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	158
3.1.1 DIAGNÓSTICO .....	158
3.2 EJA Integrada a educação profissional.....	161
3.2.1 Programa Brasil Alfabetizado no município de Ecoporanga.....	162
Metas e estratégias.....	163



3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	165
3.2.1 DIAGNÓSTICO .....	165
3.2.2 Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego.....	166
3.2.3 Formação pela escola .....	168
Metas e estratégias.....	170
4 - EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	171
4.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	171
4.1.1 DIAGNÓSTICO .....	171
Metas e estratégias.....	175
5 – MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	177
5.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO..	177
5.1.1 DIAGNÓSTICO .....	177
5.1.2 Capacitação de professores – Formação Continuada .....	184
Metas e estratégias.....	186
6 - GESTÃO .....	188
6.1 DIAGNÓSTICO .....	188
Metas e estratégias.....	190
7 - FINANCIAMENTO.....	192
7.1 DIAGNÓSTICO .....	192
Metas e estratégias.....	201
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....	204
REFERÊNCIAS .....	206
INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS .....	209
COMISSÃO.....	210
AGRADECIMENTOS .....	212
SIGLAS .....	215
Homenagem a Elivane .....	218
FOTOS.....	219

## 1- INTRODUÇÃO

### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O Plano Municipal de Educação é um documento que ao ser instituído por lei, poderá exercer o papel de um novo parâmetro de construção de políticas públicas, trazendo a ideia de que a tarefa não está concluída, pois é, sobretudo, um documento de estratégias e de políticas de educação que inclui a intenção de uma constante avaliação e acompanhamento, à luz da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município. Nesta pesquisa, levamos em consideração a participação dos profissionais da educação e de outros segmentos da sociedade envolvidos neste processo, como foco de investigação e de estudo em relação à democratização do poder, através da gestão democrática, como exercício da cidadania. Procuramos destacar também um breve histórico da trajetória do planejamento educacional no Brasil, os caminhos trilhados e, em se tratando de uma política educacional, buscamos contextualizar e analisar do ponto de vista legal os principais marcos político-institucionais, os quais situam o planejamento como um importante documento necessário às atividades no contexto educacional.

Sua elaboração constitui em um processo com a participação e influência da sociedade civil da cidade na definição de políticas educacionais e orienta o planejamento das políticas de educação a médio e a longo prazo da cidade. Planejamento não somente da rede municipal, mas do conjunto das redes estadual e federal e das escolas vinculadas à iniciativa privada.

O desafio é estabelecer um Plano Municipal de Educação, flexível e aberto às inovações, que possibilite a unidade na diversidade das concepções e práticas educacionais.

O Plano Municipal de Educação é um documento que estabelece diretrizes, metas e prioridades para a educação municipal por um período decenal, que tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo Município.

Os Planos Municipais de Educação (PMEs) foram instituídos por lei e devem ser documentos que representem de forma organizada o processo participativo, além de um instrumento democrático nos termos de sua conceituação, objetivos e metodologia operacional.

Espera-se que seja, realmente,

um documento de estratégias e de políticas de educação que inclua a intenção de uma constante avaliação, à luz da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, observando os princípios estabelecidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, interagindo com as metas definidas no Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 25/06/2014, e no Plano Estadual de Educação ainda em andamento.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 214. estabelece o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

A partir de então instituiu-se o Plano Nacional de Educação (PNE) pela LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, no qual se definiu objetivos gerais para um período de 10 anos. No documento, a partir de um diagnóstico da realidade da educação do país, em seu artigo 2º foram traçadas diretrizes de ação, objetivos e metas quantificadas:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;



V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A constituição do Estado do Espírito Santo em seu Art. 179. estabelece o plano estadual de educação, de duração plurianual, compatibilizado com os diagnósticos e necessidades apontadas nos planos municipais de educação, respeitadas as diretrizes e normas gerais estabelecidas pelo plano nacional de educação. No Parágrafo único do mesmo artigo assegura a elaboração do plano estadual de educação, a participação da comunidade científica e docente, de estudantes, pais de alunos e servidores técnico-administrativos da rede escolar.

A lei complementar Estadual de nº 390/2007 em seu Art.16. Compete à Gerência de Planejamento a formulação de políticas educacionais em consonância com as diretrizes ao Governo Estadual; a elaboração do plano Plurianual de Ações e proposta orçamentária anual; a elaboração do plano estadual de educação e de programas e projetos educacionais; a captação de recursos financeiros; o desenvolvimento de estudos específicos; outras atividades corretadas.

O Plano Municipal de Educação, tem como seus os mesmos objetivos apontados pelo Plano Nacional de Educação, que são, em síntese:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e

- a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, de acordo com os dispositivos legais que preceituam a elaboração e acompanhamento do Plano Municipal de Educação, o Poder Executivo de Ecoporanga tomou providências para sua construção, definindo a Comissão para Elaboração do PME, oficializada pelo Decreto nº 5336 de 23 de outubro de 2014, composta por técnicos da Secretaria Municipal da Educação, representantes do Conselho Municipal do FUNDEB, Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Representantes de professores da rede municipal, estadual e alunos, Representantes de Pais, Representante do Ensino Superior, Conselho Tutelar e representantes do Conselho Municipal de Educação.

Esta comissão se reuniu a partir da data de sua criação até maio de 2015, para estudar, discutir e planejar a elaboração do PME, e desenvolver, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Pesquisa histórica, geográfica e socioeconômica da cidade de Ecoporanga;
- Levantamento estatístico referente à oferta dos diferentes níveis e modalidades de ensino e informações sobre movimento escolar;
- Pesquisa de Escuta à comunidade escolar realizada por amostragem em instituições de ensino, públicas e privadas;
- Criação de subgrupos, com representação das esferas pública e privada, em todos os níveis e modalidades de ensino, nos diversos segmentos da educação do município.

Para elaboração, propriamente dita do Plano, optou-se pela realização de estudos realizados no Lied da EMEF "Dr. Bolívar de Abreu", nos dias 01 e 09 de dezembro de 2014, no horário de 13 as 17h grupos formados por profissionais ligados à temática correspondente e que compunham a Comissão; os dados coletados foram analisados por todos os participantes (professores, gestores, alunos, comunidade e autoridades presentes e/ou representadas) e subsidiaram a definição de ações.

Todo o material produzido nos estudos foi distribuído e organizado em subgrupos para um debate na EMEF “Profª Benedita Monteiro” nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2015, com a participação de todos os professores da rede municipal, representantes da rede estadual, pais, alunos, comunidade e autoridades para a elaboração do diagnóstico definindo, assim, diretrizes, objetivos e metas para a educação do município, e encaminhado para apreciação e votação na Plenária Final da Conferência Municipal de Educação, em 03 de junho de 2015.

Vencido o processo de elaboração, em 2015, o documento do PME foi enviado para o setor jurídico da Prefeitura, tendo em vista a sua organização em Projeto de Lei do Executivo para encaminhá-lo ao Legislativo, procedendo assim aos trâmites legais e a sua posterior transformação em lei, o que só ocorreu em junho de 2015.

Com a necessidade de conclusão do documento preliminar do Plano Municipal de Educação para aprovação do seu projeto de lei, em junho de 2015, a Secretaria Municipal instalou uma Comissão Técnica para Revisão e Atualização do Documento Preliminar do PME, constituída por técnicos da Secretaria Municipal de Educação e presidida pela Coordenadora do PME no auditório Profª Aurora Araujo Franzotti - SMEC. O trabalho da referida comissão se desenvolveu a seguinte forma:

- Criação de instrumentos de escuta à comunidade para atualização do documento preliminar do PME;
- Envio de correspondência para todas as instituições envolvidas na elaboração do documento preliminar do PME, bem como coordenadores e relatores, com os objetivos de: informar sobre a situação atual do documento, apresentar a comissão de revisão, divulgar o processo de revisão do PME e solicitar a colaboração dos representantes no desenvolvimento desse trabalho;
- Divulgação dos trabalhos da Comissão para a comunidade de modo geral através de correspondência eletrônica;
- Atendimento à comunidade civil e organizada para sugestões de adequações do documento;
- Realização de estudo do documento preliminar do PME e de pesquisas, visando a atualização dos dados e adequação do texto;



- Reunião com coordenadores e relatores, fortalecendo e validando o processo de revisão do documento;
- Escrita da versão preliminar do PME revisada, sistematizando as discussões e adequações;
- Realização de seminário aberto à comunidade para apresentação do documento do PME revisado, convocando todas as instituições que participaram do processo de sua elaboração;
- Encaminhamento do documento preliminar do PME para a presidência da Câmara de Vereadores, tendo em vista a sua aprovação.

Assim, apresentam-se, neste documento, as perspectivas para a educação de Ecoporanga nos próximos de dez anos, constituindo-se no Plano Municipal de Educação, cujos temas e conteúdos específicos foram construídos e discutidos com ampla participação da sociedade, sob a coordenação de Ana Lúcia Fritz Viana, professora da rede municipal de ensino de Ecoporanga.



## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA

### 1.2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A história do nosso município teve início de um povoamento que se formou em um vale, num lugar que podia ser facilmente protegido contra os inimigos. Os primeiros moradores ocuparam as margens do rio Dois de Setembro para usar água com maior facilidade, tomar banho, fazer comida, lavar roupa e pescar. Algumas pedras anônimas cercam a região Central. Ecoporanga, a sede, é praticamente murada de pedras naturais.

O município surgiu onde as pessoas plantavam e criavam animais. Os primeiros moradores que aqui chegaram, vieram em busca de melhoria de vida. À medida que chegavam iam se instalando de acordo com as condições formando assim os povoados.

Os povoados começavam com um pequeno grupo de pessoas. À medida que as condições de vida foram favoráveis, aumentava o número de moradores. As pessoas compravam e vendiam mercadorias. Dessa forma cresceu e se transformou em vila. Novas modificações iam sendo feitas, em um ritmo cada vez mais rápido. Árvores iam sendo derrubadas para dar lugar a plantações, pastagens e todo o tipo de construções, como lojas, indústrias, escolas, hospitais e moradias. A vila crescia e casas e prédios foram construídos, escolas e hospitais foram abertos e pessoas foram modificando o espaço, que se transformou em cidade.

Em 1928, após a inauguração da ponte rodoviária sobre o rio Doce, em Colatina-ES, evidencia a essa região e acelera a derrubada, até então moderada, das exuberantes florestas do norte do Espírito Santo. Um ambiente típico das fronteiras agrícolas atraiu para aquela área pouco habitada gente do próprio Espírito Santo, da Bahia e de Minas Gerais, principalmente. Gente em busca de trabalho e riqueza. Trabalhadores, empresários, aventureiros em geral, gente bem intencionada e mal intencionada também, campeões do machado, carpinteiros e marceneiros, simples agricultores, motoristas, mecânicos, comerciantes, prestadores de serviços e fugitivos das autoridades judiciais, que se tornavam mão-de-obra armada a serviço

de quem pagasse melhor. Bem armados e bem pagos, os jagunços deram então a região a fama de ser “um viveiro de pistoleiros”.

A dupla jurisdição seguia na região. Nasce outro povoado, (mais tarde elevado à cidade pelos dois estados) um pouco ao norte de Barra de São Francisco e Mantena, chamado de Joeirana, pelos capixabas, e de Ataleia, pelos mineiros (Pontes, 2007:45).

O Espírito Santo também investe em infraestrutura na região para firmar-se e cria alguns destacamentos policiais para garantir postos fiscais capixabas. Porém, estes agentes de estado não valeram de voz ativa sobre os criminosos que se refugiavam para a região. A dupla jurisdição não dava autonomia a nenhuma entidade jurídica dos dois estados, dificultando a aplicação da justiça.

Indiferentes a essas disputas jurídicas, as famílias continuavam a adentrar a floresta, abrindo a fronteira agrícola, cultivando alimentos, enfrentando animais e doenças típicas da região, até que começaram a deparar-se com proprietários portando documentos emitidos por cartórios mineiros. Assim surgiram os primeiros conflitos entre latifundiários e camponeses, que se deram principalmente na região de Cotaxé.

Por volta de 1934 chegava a estas terras um desbravador chamado Jacinto Antônio Dias. O novo pioneiro é um homem que veio das terras de Minas Gerais, saindo de Conselheiro Pena trazendo junto nesta caminhada de migrante a mulher Guilhermina Joana de Jesus e seus doze filhos. Ergueu um rancho de palmito num lugar chamado represa.

A mando do governo de Minas Gerais, Jacinto tomou posse de uma terra nova, onde criou um núcleo de desbravadores para que povoasse a região. Ele fez a doação de 28 hectares para o Frei Inocêncio de Comiso destinado a fundação de um patrimônio em honra de Nossa Senhora de Monte Serrat em 1937.

A presença do frei, no Alto São Mateus, estava ligada a ação missionária que esses religiosos, desde a década de setenta do século XIX exerceram nas selvas entre os rios Mucuri e Doce, na catequese dos índios e na pregação de missões ambulantes. A partir da doação desta terra foi formado o núcleo populacional que receberia a denominação de Patrimônio do Quinze.







Os tropeiros tiveram grande importância no comércio, pois, vendiam mercadorias de um lugar para outro. As pessoas que não tinham animais iam a pé daqui a Barra de São Francisco em busca de sal, remédios, querosene e outras mercadorias.

Com o desenvolvimento da região, baseado na exploração da madeira para abastecer de matéria-prima as serrarias e o desmatamento para as plantações de café, o Patrimônio do Quinze, em 1943, foi elevado a distrito. Cinco anos mais tarde, pela lei nº 167 de 24 de dezembro de 1948, o município de Joeirana foi criado, com sede em Joeirana nesta localidade. Na lei nº 773 de 29 de dezembro de 1953 transfere a sede do distrito de Ribeirãozinho para o povoado de Rubinópolis. No Art. 7º da mesma lei, a região que se encontra o recém-criado Distrito de Ecoporanga é desmembrado do Município de Barra de São Francisco-ES e passa a fazer parte do Município de Joeirana (atual Ataléia-MG).

Toda esta região estava no chamado “Contestado”, disputa de terras entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No início de 1955 a sede do Município de Joeirana estava ocupada por autoridades do Estado vizinho, então o Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o mesmo Jefferson de Aguiar que a pouco mais de um ano antes havia tornado Ecoporanga distrito de Joeirana, fez no dia 12 de janeiro de 1955 a lei N° 897, que autorizava a instalação da sede do Município de Joeirana no Distrito de Ecoporanga. O Presidente autorizou ainda que o Governador nomeasse o Prefeito Municipal de Joeirana, que foi Tolentino Xavier Ribeiro, até que o Tribunal Eleitoral determinasse a realização de eleições para prefeito e vereadores. O Município de Joeirana ficou assim dividido: Ecoporanga (sede) e os distritos de Cotaxé, Novo Horizonte, Joaçuba e Joeirana. Esta transferência de sede do Município foi autorizada até que Minas Gerais devolvesse a sede original para o Estado do Espírito Santo, porém este fato nunca ocorreu.

O Município de Joeirana com sede em Ecoporanga foi efetivamente instalado em 9 de abril de 1955, permanecendo praticamente 1 ano e meio no local, data que é comemorada até hoje como a fundação do município. Porém somente em 16 de outubro de 1956, aconteceu a instalação do novo município na vila de Ecoporanga, após inúmeras divergências quanto a escolha da sede do município, atrasando o processo de sua instalação, é que Ecoporanga passou a integrar política e administrativamente o Estado do Espírito Santo. Criando assim sua própria

comarca. A instabilidade era tanta que, nessa região, na virada dos anos 40 para os anos 50, posseiros comandados por um líder, Udelino Alves de Matos, ensaiaram a criação de um estado independente no contestado – o Estado da união de Jeovah. No ano de 1952, Udelino, trouxe posseiros da Bahia, pensando em povoar a região e formar um estado independente e isso causou discórdia, violência e mortes bárbaras causando uma revolta camponesa. O fato durou cerca de 12 anos considerando um verdadeiro massacre em Cotaxé. A sede do contestado era na “Casa de Tábua” hoje é uma fazenda próxima ao distrito de Cotaxé.

Entretanto, essa pretensão foi sufocada pela união das políticas mineira e capixaba com o apoio dos grandes fazendeiros locais. Afinal, em 15 de setembro de 1963, os governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais, Francisco Lacerda de Aguiar e Magalhães Pinto, respectivamente, chegaram a um acordo e acertaram a partilha da região encerrando anos de litígio fronteiriço.

### **1.2.2 A ORIGEM DO NOME ECOPORANGA**

Há três versões para o significado do nome Ecoporanga. A mais tradicional é a indígena, que quer dizer local onde se produz o eco do nhambu, ave do tamanho da perdiz, de bico e pés vermelhos. Já no dicionário Tupi/Português; de Luiz Carlos Tibiriçá, indica que Ecoporanga significa Beleza e Virtude. Segundo os historiadores Renato e Luiz Guilherme Santos Neves, o termo Ecoporanga foi retirado de um dicionário de língua Tupi, significando Terra de Prosperidade. Qualquer que seja a explicação, o fato é que o nhambu se incorporou às tradições da cidade e é evidenciado no brasão do nosso município.

Há registros dos seguintes nomes primitivos dado à Ecoporanga:

- Patrimônio do Quinze - 1937
- Nova Betânia (sem relatos legais)
- Rubinópolis - 1943
- Distrito de Ecoporanga - 1953
- Município de Joeirana - 1955
- Vila de Ecoporanga - 1955
- Município de Ecoporanga - 1956



Catálogo de Legislação Municipal do Estado do Espírito Santo Dezembro/1991

Catálogo de Legislação Municipal do Estado do Espírito Santo

**ECOPORANGA**

MUNICÍPIO DISTRITO/POVOADO	LEI DE CRIAÇÃO		LEI DE LIMITE		LEI DE PERÍMETRO		LEI DE ÁREA ESPECIAL	
	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE
24. ECOPORANGA <i>MunicípioSede</i>	Lei nº 167/48	Cria o Município de Joerana, desmembrado de Barra de São Francisco	Lei nº 1.919/64 (Sede e Município)	Divisão Administrativa do Estado do Espírito Santo	Lei nº 257/82	Fixa o perímetro urbano do distrito-sede e demais distritos do Município.		
	Lei nº 1.121/56	OBS.: De 24/12/1948 a 16/10/1956, a sede do Município era em Joerana. Fica denominado "Ecoporanga" o atual Município de Joerana	Lei nº 4.066/88	Cria o Município de Água Doce do Norte, desmembrado de Barra de São Francisco, estabelece limite				
			Lei nº 473/90 (Sede)	Delimita o distrito de Santa Terezinha, desmembrado pelo distrito-sede				
			Lei nº 4.517/91	Cria o Município de Vila Pavão, desmembrado do Município de Nova Venécia, estabelece limite				
24.A. SANTA RITA <i>Povoado</i>								
24.B. RIBEIRÃOZINHO <i>Povoado</i>								
24.C. Córrego Dois de Setembro*** <i>Povoado</i>								
24.1. COTAXÉ <i>Distrito</i>		OBS.: Não foi possível encontrar a Lei.	Lei nº 1.919/64	Divisão Administrativa do Estado do Espírito Santo		OBS.: Ainda não tem lei de perímetro urbano		
24.1.A. SÃO GERALDO <i>Povoado</i>								

66

Catálogo de Legislação Municipal do Estado do Espírito Santo

MUNICÍPIO DISTRITO/POVOADO	LEI DE CRIAÇÃO		LEI DE LIMITE		LEI DE PERÍMETRO		LEI DE ÁREA ESPECIAL	
	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE
24.1.B. MURITIBA <i>Povoado</i>								
24.2. IMBURANA <i>Distrito</i>	Lei nº 3.046/76	Cria o distrito de Imburana.	Lei nº 3.046/76	Cria o distrito de Imburana, estabelece limite. OBS.: Data de reprodução da lei no D.O.E. Santo - 18/05/76.				
24.3. JOAÇUBA <i>Distrito</i>	Lei nº 776/53	Cria o distrito de Joaçuba, com sede no povoado "Rionco".	Lei nº 1.919/64	Divisão Administrativa do E.E. Santo.				
24.3.A. VERMELHO** <i>Povoado</i>								
24.3.B. ITAPEBA <i>Povoado</i>								
24.3.C. OSVALDO CRUZ <i>Povoado</i>								
24.4. PRATA DOS BAIANOS <i>Distrito</i>	Lei Orgânica do Município/Abril/90.	Fica transferida a sede do distrito de Novo Horizonte para Vila de Prata dos Baianos, predominando-se a jurisdição como distrito de Prata dos Baianos. OBS.: Antigo distrito de Novo Horizonte.	Lei nº 1.919/64	Divisão Administrativa do E.E. Santo.				

67

MUNICÍPIO <i>DISTRITO/POVOADO</i>	LEI DE CRIAÇÃO		LEI DE LIMITE		LEI DE PERÍMETRO		LEI DE ÁREA ESPECIAL	
	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE	NÚMERO	SÍNTESE
24.4.A. PATRIMÔNIO BANDEIRA** <i>Povoado</i>								
24.5.SANTA LUZIA DO NORTE <i>Distrito</i>	Lei nº 3.046/76	Cria o distrito de Santa Luzia do Norte.	Lei nº 3.046/76	Cria o distrito de Santa Luzia do Norte, estabelece limite.				
24.6. SANTA TEREZINHA <i>Distrito</i>	Lei Orgânica do Município - Abril/90	Ficam criados os distritos de Santa Terezinha e Muritiba, neste Município.	Lei Municipal nº 473/90.	Delimita a área para construir o distrito de Santa Terezinha.		OBS.: Ainda não tem lei de perímetro urbano.		
24.7. MURITIBA <i>Distrito</i>	Lei Orgânica do Município - Abril/90.	Ficam criados os distritos de Santa Terezinha e Muritiba, neste Município.				OBS.: Ainda não tem lei de perímetro urbano.		

68

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

### 1.2.3 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Ecoporanga localiza-se no Brasil a noroeste do estado do Espírito Santo

Figura 1- mapa do Brasil



Fonte: <http://www.brasilescola.com>

Figura 2 - mapa do Espírito Santo



Fonte: Miguel A. Kill - 1998

- Bioma – Mata Atlântica
- Coordenadas geográficas:  
Latitude sul 18°22'26”  
Longitude oeste – 40°49'50”
- Área terrestre 2. 294,52 Km<sup>2</sup>
- Distancia da sede à capital 320 km
- Altitude (sede) 230 metros acima do nível do mar
- Altitude média 330 metros acima do nível do mar
- Área equivalente ao território estadual 4,9682
- Código do Município: 320210



- Gentílico: ecoporanguense

- **Limites:** (considerando apenas os pontos cardeais)

NORTE (N): o município de Nanuque-MG e Carlos Chagas-MG e o município de Mucurici;

SUL (S): com os municípios de Vila Pavão, Barra de São Francisco e Água Doce do Norte;

LESTE (E): com os municípios de Ponto Belo e Nova Venécia;

OESTE (W): com o município de Ataleia-MG.

Localização: Noroeste do estado do Espírito Santo

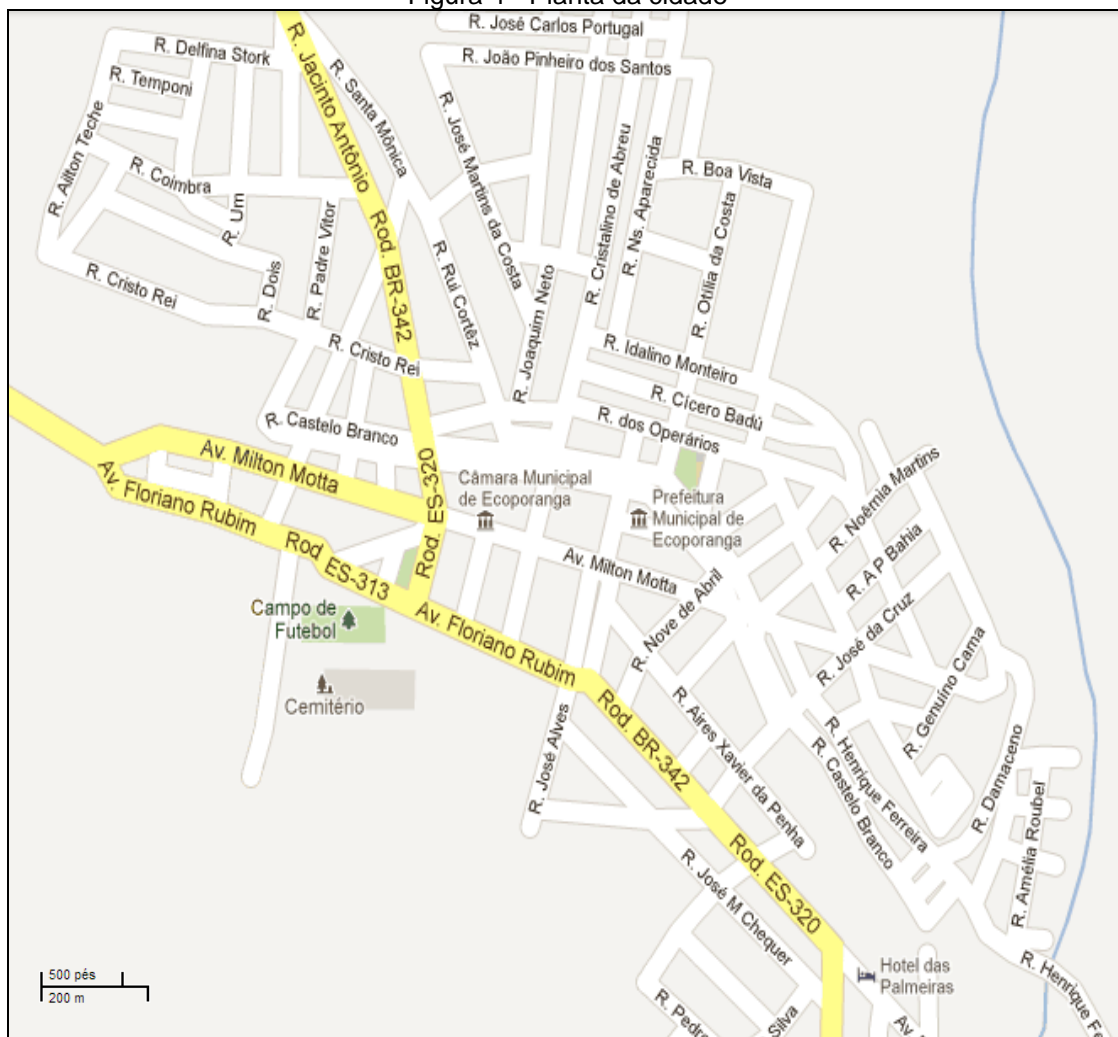
- Sede do município

Figura 3 – Vista aérea da sede de Ecoporanga - ES



Fonte: Mapoteca.apolo11.com

Figura 4 - Planta da cidade



Fonte: <http://maps.google.com/>

#### 1.2.4 Acesso à Ecoporanga

A ligação da Sede-Ecoporanga com a capital do Estado se dá, por asfalto, pelas seguintes vias:

ES 320: Ecoporanga- Barra de São Francisco

ES 080: Barra de São Francisco - Águia Branca- São Domingos - Colatina

BR 259: Colatina - João Neiva

BR 101: João Neiva - Vitória

O município possui estradas e vias de acesso em toda sua região. A grande maioria são estradas em leito natural, precisando de cuidados. Encontra-se em obras o asfaltamento da rodovia ES 320, ligando Ecoporanga a Mucurici.



Ecoporanga tem apenas um acesso completamente asfaltado, via rodovias ES-080 e ES-320, que liga a cidade de Ecoporanga a Barra de São Francisco. A rodovia BR-342, inacabada, que liga a cidade de Ecoporanga à rodovia ES-381 (Vila Pavão-Nova Venécia), tem um trecho asfaltado com cerca de 20 km. As estradas de terra e trilhas atendem, com certa dificuldade, pois a área tem grandes fazendas de criação de gado sem acessos internos trafegáveis. Além disso, como a região é de alta pluviosidade e as precipitações podem ocorrer durante a maior parte do ano, a viabilidade dos acessos é marcadamente controlada pela densidade de chuvas.

A área tem quantidade adequada de afloramentos rochosos, embora muitos deles sejam encostas íngremes e/ou cumes de pontões (pães-de-açúcar).

Figura 5 – Rodovias de Ecoporanga – ES



Fonte: Informações Municipais do estado do Espírito Santo, 2010 - Jones Dos Santos Neves – Ipês.

Texto elaborado por Ana Lúcia Fritz Viana, professora da Rede Municipal de Ensino de Ecoporanga, baseado em seu livro - Ecoporanga "Minha Terra" e através de trabalhos e pesquisas sobre Ecoporanga.



## **Distritos**

Ecoporanga possui vários distritos, os quais são:

- 1- Sede (Ecoporanga)
- 2 - Santa Terezinha(15)\*
- 3 - Joaçuba (20)\*
- 4 – Imburana (21)\*
- 5 – Prata dos Baianos(22)\*
- 6 – Cotaxé(35)\*
- 7 - Santa Luzia do Norte(57)\*
- 8 – Muritiba(52)\*

E cinco povoados como: Santa Rita(18)\*, Ribeirãozinho(18)\*, Dois de Setembro(9)\*, São Geraldo(17)\* e Itapeba(31)\*.

Ecoporanga conta também em seu núcleo urbano com os bairros: Centro, Vila Nova, Homero Amante, Vale Encantado, Divino Espírito Santo, Benedita Monteiro, Valtinho Figueiredo, Nossa Senhora Aparecida, Conjunto Délio Rodrigues, Bela Vista, Jardim Paulista, entre outros.

### **1.2.5 O contestado**

Uma região de florestas exuberantes, a serra dos Aimorés era disputada pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais desde 1903. A região permaneceu praticamente despovoada até a década de 1930. Levas de agricultores sem terra, provenientes primeiramente da Bahia e de Minas Gerais, para lá se deslocavam, em busca de terras para plantio.

Como resultado da construção da Ponte Florentino Ávidos, em Colatina, permitindo a fácil transposição do rio Doce, inicia-se o fluxo de capixabas para a ocupação daquela que foi a última fronteira agrícola a ser incorporada ao processo civilizatório.

\*Distância até a cidade de Ecoporanga entre parênteses.



O auge da ocupação ocorre na década de 1940, quando é registrado um acentuado crescimento da população da área. Por essa época, um pregador visionário, oriundo da Bahia, aporta à região. De fala fácil e com um discurso fortemente religioso, propõe a construção do paraíso na sua sede verde, a serra dos Aimorés.

Agrega, em função da dualidade de poder e, ao mesmo tempo, pela ausência de legalidade, a organização de um ente federativo que chamaria Estado União de Jeovah.

Chega mesmo a estabelecer os rudimentos de uma organização estatal, com sede de governo, autoridades, símbolos, bandeira, hino oficial e, inclusive, destacamentos armados, a força armada do novo estado.

A chegada do pregador, o baiano Udelino Alves de Matos, deu-se em 1948, ano que inicia suas atividades e a sua pregação.

*“Luzimar Nogueira Dias viu, nesse conflito de interesses pela posse da terra, a ocorrência da luta de classes, localizada em Ecoporanga. Tratou-se para ele, um choque entre latifundiários, tutelados pelo governo estadual através da Polícia Militar, e posseiros desprotegidos.”*

*Os conflitos pipocavam em vários pontos do município, com ênfase no distrito de Cotaxé e arredores, que, em 1953, ainda era terra coberta de matas. É do mesmo autor o depoimento que, a partir de 1955, os militantes comunistas passaram a atrair posseiros no Cotaxé, pregando reforma agrária e a união de todos em defesa das posses e benfeitorias. Esta militância iria ganhar intensidade à medida que a década terminara e entraram os anos 60.” ( Neves & Pacheco, 1991,p.49)*

Em 1953, o movimento jeovense é liquidado. Udelino desaparece, ou é “desaparecido”. Contudo, permanecem os fatores que engendraram a atuação posterior dos atores sociais presentes na área, tanto camponeses e grileiros, quanto madeireiros e pecuaristas.

No contexto político da época, no ambiente de certas liberdades democráticas do período Juscelino, inicia-se a organização de entidades representativas dos interesses do campesinato. Assim, em 1957, com base nos pioneiros da ocupação, surge a União dos Posseiros de Cotaxé, imprimindo uma marca política e consciente a um movimento inicialmente de natureza nitidamente messiânica e espontânea.





Mesmo desaparecido Udelino e seu sonho de construir o “União de Jeovah”, permanecem os fatores que determinarão o recrudescimento da luta pela terra naquela região. Permanece irresolvida a questão da propriedade da terra, objetivo maior dos posseiros. Também permanecem a violência institucional e a violência social.

Os conflitos na área se agravam no período de 1959 até 1962, com seu auge em abril daquele mesmo ano. Este período é, por vezes e inapropriadamente, denominado como sendo a revolta camponesa de 1959 a 1962 mais uma vez a Polícia Militar do Espírito Santo é acionada e passa a atuar contra os posseiros.

Em terras capixabas ocorreu, então, o mais longo dos movimentos messiânicos e também o único que, por ação de atores políticos, o Partido Comunista, transita de uma etapa messiânica e espontânea para uma etapa política, organizada e consciente.

Tendo seus primórdios no final da década de 1940, este movimento se estende até 1966 quando, sob as condições de existência da ditadura militar, os últimos líderes dos posseiros encaminham uma solução negociada com o então proprietário da área, sendo indenizados pelas benfeitorias e transferindo-se, em seguida, para o norte do país. No tempo, atravessa os governos Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, adentrando-se, por quase três anos, pelo período da ditadura militar. Torna-se, por isso mesmo, o mais longo dos movimentos de matriz messiânica na nossa história, ainda que praticamente desconhecido mesmo no Espírito Santo.

Este foi ato final da epopéia que ocorreu, por quase 20 anos, no território do estado do Espírito Santo, mais precisamente em nosso município.

### **1.2.6 Aspectos Fundiários**

A disputa de terra é pioneira desde a época do “Contestado” onde todos vieram com



a mesma intenção. Por essas bandas houve uma série de episódios sangrentos envolvendo o mesmo trio de sempre: posseiros, fazendeiros e polícia.

Udelino Alves de Matos tinha pretensões religiosas e políticas. Propunha aos camponeses pobres a criação de um “paraíso terreno”, eram a favor da divisão de terras (reforma agrária). Enfrentaram as pressões dos fazendeiros, que se sentiam ameaçados pelo crescimento dos núcleos messiânicos (movimento político-religioso que anuncia e instaura uma época de felicidade e justiça). Ambos os movimentos foram sufocados com violência. Centenas de posseiros foram mortos, torturados e expulsos das suas terras, por pistoleiros que agiram sob ordens de fazendeiros, madeireiros e por uma junta militar.

Supostamente a organização do Estado União de Jeovah tinha autorização do então presidente da república, Getúlio Vargas. Com a morte de Vargas cerca de 800 camponeses são reprimidos pelas forças oficiais, sendo expulsos da região. Udelino consegue fugir e nunca mais se ouve falar dele.

Após cinco anos à expulsão dos camponeses desejosos em fundar o Estado União de Jeovah novos posseiros invadem a região do contestado liderado por Antonio Genuíno da Silva, exigindo a reforma agrária. Esses novos posseiros exigem a reforma agrária por receberem o apoio dos sindicatos dos operários de Vitória e do Partido Comunista, acabaram sendo associados pelos militares como integrantes desses grupos.

José da Cruz, era advogado dos posseiros, foi assassinado em plena praça central da sede do município na campanha eleitoral de 1960, quando candidato a prefeito. Em 1962 a região de Itapeba foi palco de violento massacre praticado pela Polícia Militar contra posseiros.

A reforma agrária não é algo novo na história de Ecoporanga. É a continuidade das lutas camponesas, em uma nova fase. Os aspectos fundiários do nosso município reflete atualmente, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos.

Os grupos se formavam quando resolvia ocupar uma área. Esse pessoal tinha como principal objetivo a conquista de um pedaço de terra para fazer trabalhar na



agricultura. Algumas vezes depois da ocupação, quando as pessoas já estavam com esperanças de conquistar a terra, a terra não podia ser apropriada, então as famílias se retiravam do lugar. O sonho de conquistar uma nova terra onde pudesse ocupar permanecia, quando a terra está em fase de desapropriação dá-se a origem ao assentamento.

Tabela 2 – Assentamentos Existentes

Nº	NOME DO ASSENTAMENTO E/OU ASSOCIAÇÃO CONTEMPLADA	MODALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E/OU BENEFICIADAS
1	Projeto de Assentamento Miragem	INCRA	213
2	Projeto de Assentamento Franqueza e Realeza	INCRA	100
3	Projeto de Assentamento Sete Família	INCRA	7
4	Projeto de Assentamento Boa Vista	INCRA	57
5	Projeto de Assentamento Lírio dos Vales	INCRA	30
6	Assentamento Vale Ouro	SEAG	30
7	Assentamento Bom Jesus	SEAG	15
8	Assentamento Vinte e Dois de Julho	SEAG	12

Fonte: INCAPER/ELDR Ecoporanga, 2010

As pequenas propriedades e minifúndios correspondem a aproximadamente 34,7 % da área do município. Já os imóveis de grande e médio porte ocupam mais da metade da área do município, o correspondente a 65,3%. Este tipo de estrutura resultou em vários assentamentos na região. Observamos que a agricultura familiar ocupa as terras agricultáveis do município, seja na condição de proprietário, principalmente dos minifúndios e pequenas propriedades, seja na condição posseiros ou na forma de contrato para exploração agropecuária. A estrutura fundiária encontra-se assim distribuída:

Tabela 3 – Aspectos da Estratificação Fundiária

Município	Minifúndio	Pequena	Média	Grande	Total
Ecoporanga	1.529	782	49	44	2.404

Fonte: INCRA, dados de Janeiro de 2011.

## Assentamento Miragem



Localiza-se próximo ao rio Osvaldo Cruz a 10 km da sede do município com o número aproximado de 213 famílias, a agrovila dispõe de uma escola com 130 alunos regularmente matriculados, um posto de saúde onde funcionam também os Correios, com acesso a telefonia celular, via asfaltada e água tratada tendo como mantenedora os próprios moradores. Atualmente encontra-se sem definição de quem são seus líderes em virtude disso a associação é pouco articulada por falta de organização dos moradores. Em contra partida é um sucesso a diversidade de produção existente neste assentamento, destacando a produção de uva que recentemente vem sendo evidenciada.

### **Agrovila**

Uma fonte de problemas no assentamento é a agrovila. Um modelo não mais utilizado, que implantou vila que fica distante das áreas de produção, inviabilizando os cuidados com a lavoura.

A maioria se transferiu para os lotes de produção e vendeu as casas da vila. Um exemplo dessas transações é o Miragem. O esquema foi tão violento que menos de 10% das 214 casas originais pertencem a assentados, o assentamento foi tão desconfigurado que abriu espaço para ponto de tráfico e prostituição.

“Comprei um direito de duas casas e montei um bar”, conta Antonio Pereira, vizinho de outros comércios ilegais. Aqui até igrejas invadiram as áreas sociais e doaram terras para construção de casas.

“Vim para ficar”, afirma Adão Pionte alimentando a esperança, sabendo que pode ser despejado. O meeiro pagou R\$ 20 mil reais pelos direitos da terra onde instalou duas secadoras de café, uma farinheira e um viveiro de mudas de café.

O índice de abandono de terras no assentamento, com a venda irregular das propriedades, ultrapassa os 70%.

### **Assentamento Boa Vista**

O Boa Vista, criado em 14 de dezembro de 2004, foram instaladas 57 famílias de trabalhadores rurais em uma área de 577,67 hectares. Localiza-se próximo ao distrito do Vermelho a 35 km da sede do município, em dezembro de 2005, tomaram



posse de suas terras após ficarem 3 anos acampados. Conta com uma pré-escola que funciona somente pela manhã, Atualmente estão em acabamento três igrejas: católica com seu líder Valdivino, Luterana, Milton Rodrigues e Assembleia de Deus, Vanilton. Não há posto de saúde nem acesso a telefonia e conta com via asfaltada. Tem como liderança José Ricardo Machado, presidente.

A Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo realizou um mutirão de plantio de mudas no assentamento Boa vista. Na oportunidade foram plantadas 10.030 mudas de espécies nativas com o objetivo de recompor parte da reserva legal do assentamento, mediante o apoio e a participação da comunidade, escolas locais, organizações não governamentais, administração municipal e promotoria pública.

A iniciativa de reflorestamento teve como objetivo a recuperação de 67 hectares que estavam ocupadas anteriormente por pastagens e cultivo de café, dos 120 hectares de reserva legal no assentamento.

Quase 20 mil mudas de seringueira foram plantadas no local nas semanas seguintes ao mutirão. Essa iniciativa faz parte do projeto de recuperação ambiental do assentamento tendo como participação de inúmeras instituições e entidades em parceria como o Incra/ES somente a destinação de R\$ 3,9 mil.

A produção é diversificada predominando a agricultura.

Segundo o presidente e lideranças, o assentamento que se denominava Sete Famílias uniu-se ao Boa Vista formando um só assentamento com seu presidente Everaldo Dourados tornando tesoureiro do Assentamento Boa Vista.

### **Assentamento Vinte Dois de Junho**

Criado em 19 de setembro de 1991 com uma área de 131,63 hectares, localiza-se próximo ao distrito do Vermelho a 37 km da sede do município com o número aproximado de 12 famílias, conta apenas com um galpão aguardando reforma para reunião religiosas e festas comunitárias. Agricultura como nos outros assentamentos é diversificada. Tendo como presidente Derci Lourenço e esposa Maria Lúcia. Sua associação é pouco articulada.

### **Assentamento Vale Ouro**



Criado em 22 de dezembro de 1988 com uma área de 357,62 hectares, localiza-se próximo ao distrito do Vermelho a 37 km da sede do município com o número aproximado de 60 famílias, ficaram acampados durante um ano e sete meses e há vinte e seis anos tomaram posse dos seus direitos. Conta com duas igrejas: Católica e Assembleia, uma escola com 42 alunos regularmente matriculados. O sistema de associação do assentamento vale Ouro funciona com um presidente de trinta famílias. E outro presidente de trinta família que produzem coletivamente – senhor Valdemar Francisco do Amaral. Tendo sua agricultura diversificada. Este assentamento possui um ponto turístico. O pesque-pague de propriedade do casal Emilson Amaral dos Reis e a senhora Iara.

### **Assentamento Bom Jesus**

Criado em 17 de setembro de 1991 com uma área de 180,70 hectares, localiza-se próximo ao distrito do Vermelho a 33 km da sede do município com o número aproximado de 17 famílias, possui uma associação com sede utilizada para reuniões e festas da comunidade. Seu atual presidente é Carisvaldo Batista do Nascimento, não possui igreja nem escola em sua localidade. Ressalto que apesar de assentamento existe nesta localidade casas de auto padrão contando inclusive com câmeras de segurança. A agricultura desta região é diversificada.

### **Assentamento Franqueza e Realeza**

Criado em 14 de outubro de 2009 com uma área de 2.250,35 hectares, localiza-se próximo a cidade de Vila Pereira-MG a 75 km da sede do município de Ecoporanga com o número aproximado de 100 famílias, cada uma com seu terreno, a maioria mora em barracas, somente quem teve condições de construir que possui casas. Em breve as construções das casas irão começar e serão construídas pela Caixa Econômica. Conta com duas igrejas: Católica e Assembleia e duas escolas EMUEF “Fazenda Dino Ferreira” e CMEI “Roberto Francisco Figueredo Gomes” não tendo sede própria, usando a antiga sede da fazenda como prédio da escola. O assentamento possui um resfriador de leite usado pela comunidade, possui uma associação tendo por representante o Sr. Antonio Maria. A Associação foi criada recentemente e as atividades realizadas coletivamente ainda não estão bem consolidadas. Uma curiosidade com relação aos outros assentamentos é que os





direitos são de 4 alqueires para cada família. Atualmente a pecuária predomina nesta região.

A elevação de renda das famílias assentadas é uma realidade em muitos dos assentamentos, principalmente onde as agroindústrias são desenvolvidas, pois não há como gerar emprego e renda no interior do nosso município sem investir na agricultura. Os resultados das últimas safras comprovam a dedicação e seriedade que as lavouras são conduzidas e como o trabalho é realizado.

### **1.2.7 Aspectos Físicos**

O município é marcado por cachoeiras e pedras de grande beleza.

O município de Ecoporanga, era primitivamente coberto pela Mata Atlântica, desde 1928, com a construção da ponte sobre o rio Doce, propiciou a consolidação do ciclo extração madeireira dando lugar as lavouras temporárias.

Devido a qualidade a sua extração foi inevitável causando a escassez das madeiras de lei do nosso município, entretanto hoje encontramos poucas áreas florestais que formavam a extinta mata atlântica do nosso país.

Os rios hoje possuem menor volume de água como consequência do extrativismo madeireiro e mata ciliar.

Além do mais a pecuária realizada de forma extrativista tem levado a degradação de pastos e solo, causando grandes danos ao meio ambiente. Nos últimos anos tais danos ambientais têm sido intensificados com a introdução da exploração desordenada do granito.

O meio ambiente natural é tão importante a ponto do artigo 225 da nossa Constituição Federal afirmar: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”.



- **Clima**

Por Ecoporanga situar em uma região onde ocorrem encontros de massa de ar, o clima apresenta variações em relação às médias de temperatura e de chuvas. Verifica-se que mais de 85% das terras do nosso município são terras quentes, acidentadas e secas. Possui precipitação média de 1300 mm por ano, com concentração de outubro a março, apresentando pequeno déficit hídrico por ano se compararmos as precipitações e as evapotranspirações médias ao longo dos anos.

A classificação do clima de Ecoporanga segundo Köppen é:

AW- quente e chuvoso, sem estação fria e com período seco.

CWa- com verão quente e com seca no inverno.

Com média das temperaturas máximas em 29°C e mínimas de 19° e variações não superiores a 14°C em intervalo de 24 horas. Assim, às vezes, chove também na época em que, como regra deveria haver seca.

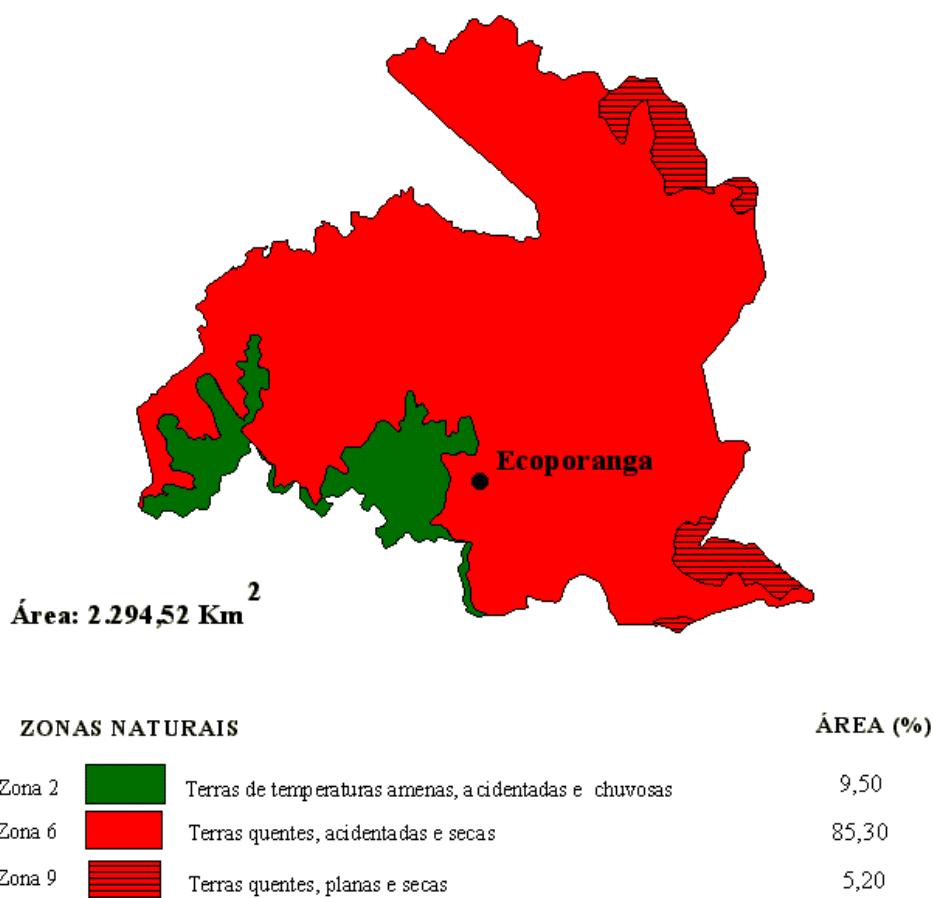
Porém à medida que caminha para o sudoeste do município, a temperatura decresce, por serem áreas montanhosas apresentam temperaturas um pouco mais baixas.

Nesta região de clima tropical, quase não percebemos as mudanças nas estações do ano, ou seja, a primavera, o verão, o outono e o inverno. Distinguimos, praticamente, só o verão do inverno, as demais se misturam. Durante o inverno a temperatura dos dias e das noites fica mais agradável e chove pouco, porém depois da chuva as árvores e o capim ficam verdes, brotam frutos silvestres, permanecendo elevada a temperatura na maior parte do ano.

Vários são os fatores que determinam e alteram as condições climáticas. Esses fatores podem ser naturais, como a altitude, as correntes marítimas e as massas de ar, ou podem ser provocados pela ação do homem, como o desmatamento e a poluição, queimadas, desmatamento, entre outros problemas ambientais existentes em nosso município.



Figura 6 – Os Climas do nosso município



Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

Fonte 2 : Informações Municipais do estado do Espírito Santo, 1994-1998- Jones Dos Santos Neves – Ipes Vitória/2000

Fonte 3: INCAPER - Ecoporanga – 2010

O clima talvez seja o mais importante componente do ambiente natural. Ele afeta os processos geomorfológicos, os da formação dos solos e o crescimento e desenvolvimento das plantas. Os organismos, incluindo o homem, são influenciados pelo clima. As principais bases da vida para a humanidade, principalmente o ar, a água, o alimento e o abrigo, estão na dependência do clima. Assim, o ar que respiramos é obtido da atmosfera, a água que bebemos origina-se da precipitação e o nosso alimento tem sua origem na fotossíntese - um processo que se torna possível por causa da radiação, do bióxido de carbono e da umidade, e todos são atributos do clima.

(AYOADE 1996 p. 286)

- **Vegetação**

Esta região que já possuiu em sua extensão uma volumosa cobertura vegetal natural, representada por prolongamento da floresta atlântica de planície e encosta, as madeiras de mais valor comercial, como o jacarandá, já é praticamente extinto. O jequitibá, muito espalhado em toda a região, não era tão apreciado e só começou a ser procurado quando as outras madeiras começaram a escassear.

Extraída madeira de excepcional qualidade, o aspecto da mata foi reduzido e entregue ao machado e ao fogo, para dar lugar às lavouras de café e aos pastos na nossa região.

Esta vegetação primitiva foi profundamente alterada, com o desbravamento e colonização do território de Ecoporanga, que teve início com o extrativismo de madeira seguido pelo avanço de duas frentes agropastoris pioneiras. O primeiro ciclo econômico a atuar na região foi o extrativismo de madeira, com a posterior introdução da cafeicultura na década de quarenta do século XX chamada de “Febre do Café”.

Com a decadência da cafeicultura houve a erradicação dos cafezais de baixa produtividade, cedendo lugar às pastagens que passaram a constituir a paisagem quase exclusiva do município. Encontra-se na atualidade, com uma dominância quase absoluta de gramíneas, o que é lamentável, pois o uso abusivo desta prática gera no município, uma pobreza crescente no solo, surgindo assim, um processo evolutivo do nível de erosão e desertificação.

A existência de um grande Jequitibá - rosa no município de Ecoporanga sempre despertou a curiosidade da comunidade local. O exemplar da espécie está localizado a aproximadamente 12 km da sede do município.

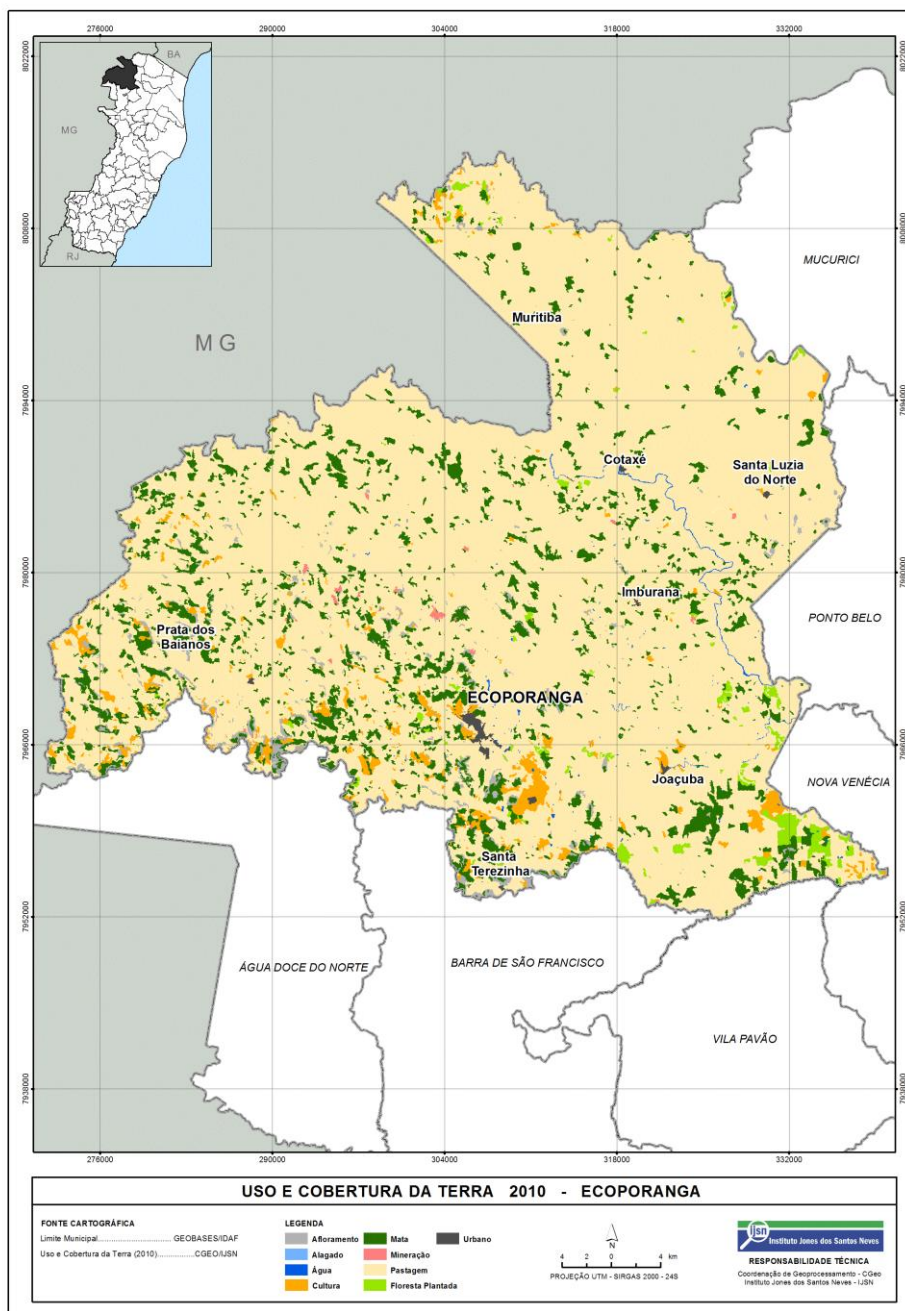
O Jequitibá - rosa pertence à família das Leticidáceas, da qual também fazem parte a sapucaia e a castanheira-do-pará. Também conhecido por Jequitibá - rei, o exemplar local possui 7,85 metros de circunferência (tronco) e 33,0 metros de altura (mediação realizada até o início da bifurcação do tronco, equivalente a um prédio de 11 andares), excluindo-se a copa da árvore, que deve medir, aproximadamente, 10 metros.



A árvore está localizada em uma área de Mata Atlântica, necessitando, no entanto, de maiores cuidados, visto que há necessidade de se aterrar o pé do Jequitibá, e desviar, desta forma, o fluxo das águas pluviais. Estima-se que a sua idade seja de cerca de 1500-2000 anos.

É preciso a tomada de providências, por parte das autoridades competentes, de forma a garantir a existência de um exemplar tão raro quanto este que está presente no nosso município.

Figura 7– Vegetação de Ecoporanga



Fonte: Informações Municipais do estado do Espírito Santo, 2010 - Jones Dos Santos Neves – Ipes

Texto elaborado por Ana Lúcia Fritz Viana, professora da Rede Municipal de Ensino de Ecoporanga, baseado em seu livro - Ecoporanga "Minha Terra" e através de trabalhos e pesquisas sobre Ecoporanga.

No município de Ecoporanga, hoje a vegetação é em grande parte pastagens e restam poucas áreas com matas encontradas em propriedades particulares.

- **Hidrografia**

Os rios do nosso município são afluentes da 2ª maior bacia do estado - a do São Mateus. O rio Cotaxé faz parte da bacia do rio São Mateus. Sua macrorregião hidrográfica é o Atlântico Leste. O Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus é o principal do Município, com 244 km de extensão, e uma de suas nascentes se localiza no município de Ouro Verde, em Minas Gerais. Como este rio tem vários afluentes, muito deles estão no município de Ecoporanga. Os principais são Peixe Branco, Córrego Bonfim, Rio da Prata, Córrego Mutum, Córrego Ribeirinho, Córrego Jatuti Grande, Jabuti do Meio, Dois de Setembro, Quinze de Novembro e Santa Rita. Além desses afluentes, há outros contribuintes de pequeno porte. Tem também alguns afluentes que está situado em Ataléia –MG o Cibrão, o Corgão e o rio Norte que corta a cidade de Ataléia. Esse curso d'água como seus afluentes, possuem muitas corredeiras e pequenas cachoeiras. A largura máxima do rio é de 15 metros, aproximadamente.

Os dois maiores afluentes em nosso município é rio Dois de Setembro que banha a cidade de Ecoporanga, sede do município e o outro, é rio Quinze de Novembro, que serve de divisa com o município de Vila Pavão à sudoeste do nosso município. Existem ainda muitos córregos no município, como o Oswaldo Cruz, Córrego do Peixe, Córrego do Café, Córrego do Bananal, Córrego da Palmeira, Córrego do Carrapato e outros mais. O rio Cotaxé serve de limite estadual, de sudeste a norte do nosso município em uma extensão de 43 Km, desde a foz do Ribeirão Peixe Branco até a foz do córrego Muritiba.

A água brota por todos os lados. Temos uma fonte de água mineral pura e cristalina, nascida na propriedade do sr. Raimundo Machado (in memoriam) que fez a canalização dessa água com recursos próprios, sendo uma média de 3 km até à cidade e distribui gratuitamente para toda a população .

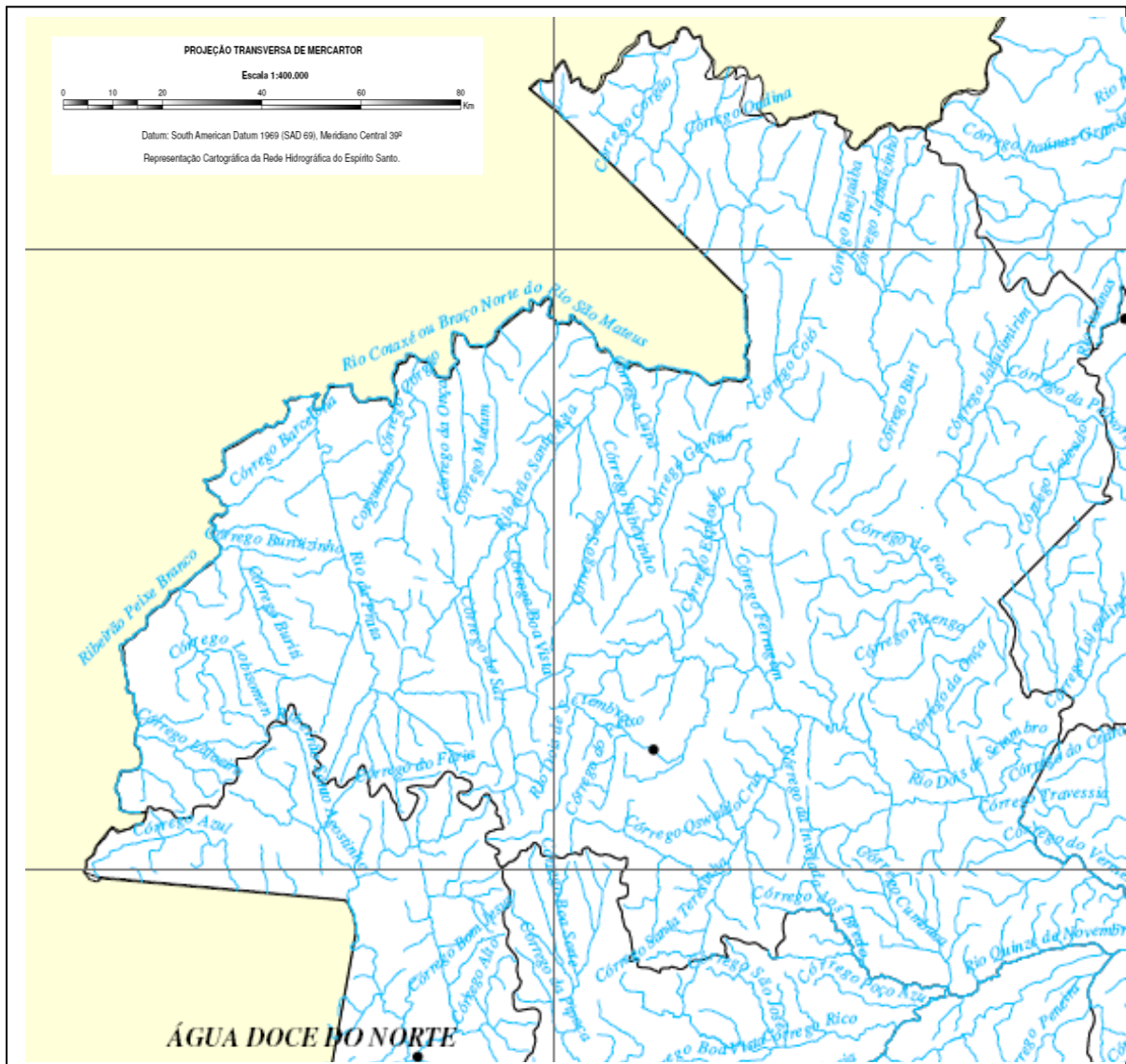
O nosso município é muito rico em nascentes de água. Recentemente, foi feito, junto com o Ministério Público, um trabalho de proteção de nascentes que resguardou ;



pelo menos 20 de mais de 70 olhos. Existem ações positivas por parte do município, com o início dos acontecimentos de conscientização, que são as visitas ecológicas às nascentes dos rios que banha o nosso município.

Em contrapartida, os rios do nosso município sofrem com sérios problemas como assoreamento com destruição de parte da mata ciliar, desmatamento de suas margens e lançamento de efluentes domésticos. Cabe ressaltar que o esgotamento sanitário do núcleo urbano e até mesmo rural é lançado nos rios ecoporanguenses. Mesmo assim ainda podemos encontrar alguns tipos de peixes: Piabanha, Vermelha, Lambari, Piau, Curimatãs, Cascudo, Traíra, Bagre Africano, Curvina, Tilápia, Camarão de água doce e bagre roncador.

Figura 8 – Hidrografia de Ecoporanga



Fonte: Hidrografia: mosaico de Cartas do IBGE – Divisão Municipal : GEOBASES ;

Os rios provocam erosão no relevo, modificando-o. Em seu percurso, a força das águas dos rios retira pequenos pedaços de rocha, chamados sedimentos e os transporta para outros lugares, como o fundo do rio ou a sua foz.

Estudos que apontam que Ecoporanga é uma região em acelerado processo de desertificação devido a rápida retirada de suas matas, grandes monoculturas de eucaliptos e grandes áreas de pastagens, assim como a má utilização do solo e o rápido aparecimento das erosões, que assoream o leito do Rio, lixos e esgotos industriais e domésticos. A propósito, comentando sobre o assoreamento, que devido às faltas de matas de topos de morros, matas ciliares, mau manejo do solo, os materiais sólidos como pedras, terras, areias, se depositam no leito do rio, diminuindo sua profundidade, provocando conseqüências como no mínimo as enchentes, assim como o lixo que é jogado diretamente no leito do rio pela população.

As ações são emergentes, a participação governamental, não governamental e de cada cidadão, é fundamental. Se começarmos com uma mobilização social mais efetiva, com certeza teremos uma recuperação ambiental, social e econômica mais eficiente, legando assim aos nossos sucessores e gerações futuras, uma terra e casa mais equilibrada, onde terão uma harmonia com o meio ambiente e uma melhor qualidade de vida.

Por situarmos em uma região de planaltos, no nosso município existem belas cachoeiras, elas servem como pontos de atração e deixam a paisagem radiante.

- **Superfície e Relevo**

Uma característica importante na conformação do perfil do município de Ecoporanga é a sua declividade.

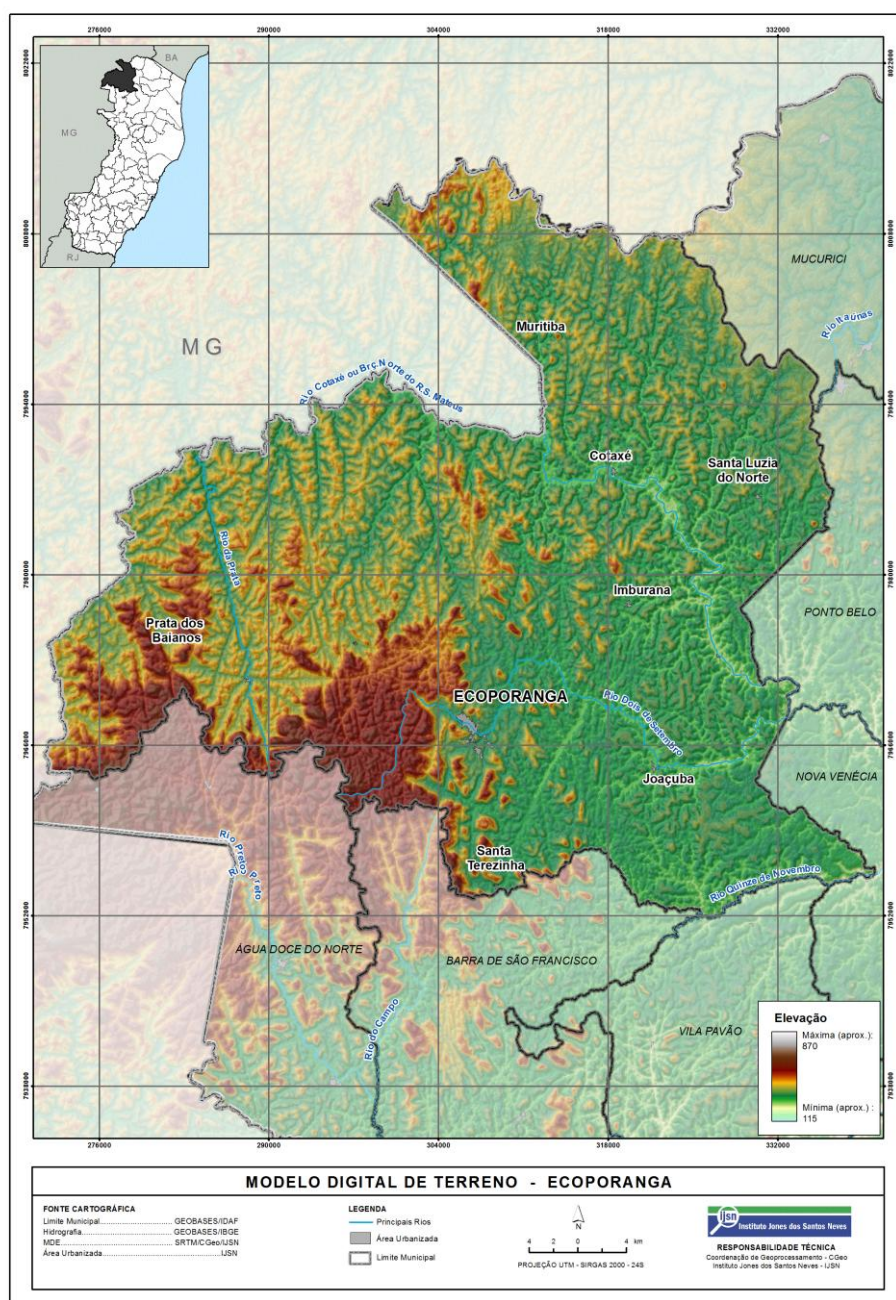
Os solos predominantes são de fertilidade variando de média a baixa, possui solo vermelho amarelo. Possui 60,27% de suas áreas com declividade, destacando um relevo fortemente ondulado.



Os picos mais altos são: a Pedra da Viúva (300 metros), próxima à vila de Cotaxé; Morro Agudo (400 metros), que é o ponto culminante do município, também situado em Cotaxé. Esse morro mesmo isolado faz parte da Serra dos Aimorés.

O nome Aimorés vem dos índios que habitavam a região. Devido a essa serra, também se diz que o município de Ecoporanga fica na região da Serra dos Aimorés. As elevações do relevo de Ecoporanga são comparadas como “montanha-ilhas”, bem característico da região norte do Espírito Santo.

Figura 9 – Superfície e relevo de Ecoporanga



Fonte: Informações Municipais do estado do Espírito Santo, 2010 - Jones Dos Santos Neves – Ipês ;

Texto elaborado por Ana Lúcia Fritz Viana, professora da Rede Municipal de Ensino de Ecoporanga, baseado em seu livro - Ecoporanga “Minha Terra” e através de trabalhos e pesquisas sobre Ecoporanga.

### 1.2.8 ASPECTOS CULTURAIS

	NOME DO EVENTO	PERÍODO	LOCAL	TIPO DO EVENTO
Região Turística das Pedras, Pão e Mel	FOLIA DE REIS / BOI JANEIRO	JANEIRO	Cotaxé	TURISMO
	CARNAVAL	10/02/2013 A 12/02/2013	DISTRITOS DE JOAÇUBA, COTAXÉ E ITAPEBA	ESPORTE/LAZER
	FESTA DO PADROEIRO SÃO JOSÉ OPERÁRIO	01/05/2013	AV. FLORIANO RUBIN E PRAÇA DA IGREJA CATÓLICA	RELIGIOSO
	CAVALGADA DO TRABALHADOR	04/05/2013	PARQUE DE EXPOSIÇÕES NILSON NARDACCI FIGUEIREDO	TURISMO
	ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA	09 de abril	PÁTIO DO MERCADO MUNICIPAL HOMERO LEANDRO DE FARIAS	EDUCAÇÃO/CULTURA TURISMO
	CORPUS CHRISTI	30/05/2013	AV. FLORIANO RUBIN E PRAÇA DA IGREJA CATÓLICA	RELIGIOSO
	FESTA JUNINA	01/06/2013 A 30/06/2013	SEDE E DISTRITOS	EDUCAÇÃO/CULTURA TURISMO FILANTRÓPICO
	ROUBADA DA BANDEIRA	12, 23, 24 E 28/06/2013	DISTRITO PRATA DOS BAIANOS	EDUCAÇÃO/CULTURA TURISMO RELIGIOSO
	FESTA JUNINA D'PORANGA	JUNHO	PARQUE DE EXPOSIÇÕES NILSON NARDACCI FIGUEIREDO	EDUCAÇÃO/CULTURA TURISMO FILANTRÓPICO
	ARRAIÁ DO FURUNDUN	JULHO	EMEF "FAMÍLIA RURAL DE ECOPORANGA"	EDUCAÇÃO/CULTURA TURISMO RELIGIOSO
	CAVALGADA DE ECOPORANGA	29/09/2013 A 30/09/2013	PARQUE DE EXPOSIÇÕES NILSON NARDACCI FIGUEIREDO	ESPORTE/LAZER
	FESTA DE NOSSA SRA. APARECIDA	12/10/2013	TORRE DE ECOPORANGA FUJI YAMA	TURISMO RELIGIOSO
	ANIVERSÁRIO DO GRUPO DE CAPOEIRA SENZALA PATRIMÔNIO DOS PRETOS	12/10/2013	DISTRITO DE STA. LUZIA DO NORTE	ESPORTE/LAZER TURISMO
	INAUGURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DE NATAL	15/11/2013 A 31/12/2013	ECOPORANGA	EDUCAÇÃO/CULTURA TURISMO
	COMEMORAÇÃO DE NATAL	DEZEMBRO	MERCADO MUNICIPAL HOMERO LEANDRO DE FARIAS	TURISMO





Ecoporanga teve origem nos meados do século XX. Em 1943, o lugarejo foi elevado à distrito, em 1948 na categoria de povoado de Rubinópolis. Só em 18 de dezembro de 1953 surge o nome Ecoporanga, foi elevado à vila e desmembrado do município de Barra de São Francisco passando a fazer parte do município de Joeirana este instalando-se como sede nesta localidade em 9 de abril de 1955. Devido os conflitos territoriais entre ES e MG, após 1 ano e meio, a sede de Joeirana retorna para MG. Considerada por lei como Dia da Cidade, pois esta é a data da emancipação político-administrativa.

O município de Ecoporanga tem como principal evento a Exposição Agropecuária no Parque de Exposições Nilson Nardacci Figueiredo. Na programação, muita festa e música boa com grandes atrações, considerada uma das maiores festas populares da região. São quatro dias de festa com atrações variadas. Grandiosa cavalgada e barracas com artesanato local e comidas típicas, leilão de gado bovino, shows musicais todas as noites.

Outro evento importante é a festa junina. No município de Ecoporanga o mês de Junho é caracterizado por danças, comidas típicas, bandeirinhas, além das peculiaridades de cada região. É a festa junina, que se inicia. Durante os festejos acontecem quadrilhas, forrós, leilões, bingos e casamentos caipiras.

Em algumas festas são realizadas a fogueira e a celebração de casamentos reais ou encenados, semelhantes ao casamento fictício, que é um costume no baile da nossa quadrilha. Dentre elas a Roubada da Bandeira no distrito da Prata dos Baianos.

Tem como feriado municipal o dia 9 de abril, dia do município e 1º de maio dia do Padroeiro da cidade.

Segundo calendário oficial de eventos do Espírito Santo-2013 a cidade de Ecoporanga possui um amplo calendário de festas e eventos.

- **Turismo**

O município integra a Região Turística das Pedras, Pão e Mel. Com atrativos naturais como muitas cachoeiras, tem também entre outras a Pedra da Viúva, Serra do Lobisomem, e a Pedra "Fugi Yama" - a pedra do cruzeiro - a vista da pedra, é de tirar o fôlego. A pedra é ondulada oferecem belos visuais e ótimas caminhadas de

curta duração. Ótima para montanhismo, caminhadas e observação.

O turismo religioso movimentado pelos eventos em homenagem aos padroeiros e padroeiras municipais, as apresentações folclóricas que auxiliam a manter viva a cultura dos imigrantes.

FOLIA DE REIS / BOI JANEIRO	Festa comemorativa tradicional do Município de Ecoporanga (distrito de Cotaxé) voltado para a folia de Reis (comemoração do nascimento de Cristo) conforme ocorre em todo o Estado.
CARNAVAL	Evento turístico que movimenta um grande fluxo de munícipes e turistas que procuram no interior a calma e a tranquilidade para curtir um carnaval de qualidade com segurança e liberdade, composto por carros de som, resgate das machinhas e shows musicais.
FESTA DO PADROEIRO SÃO JOSÉ OPERÁRIO	Festa comemorativa tradicional do Município de Ecoporanga voltado para o padroeiro São José Operário Santo Católico com encontro das comunidades Igreja sede.
CAVALGADA DO TRABALHADOR	Festa comemorativa tradicional do Município de Ecoporanga em que se comemora o dia do trabalhador rural, onde estes trazem seus animais e colheitas para serem abençoadas.
CORPUS CHRISTI	Festa comemorativa tradicional do Município de Ecoporanga com a confecção de tapetes, ornamentais pelas comunidades e pela Matriz da sede durante o dia a noite acontece missa e procissão pelas ruas.
FESTA JUNINA	Festa comemorativa tradicional do Município de Ecoporanga voltada para as festas juninas, organizada por todas as escolas da rede municipal ensino infantil e fundamental, caracterizada com trabalhos, danças, comidas típicas formalizados pelas crianças, além de shows artísticos.
ROUBADA DA BANDEIRA	A "Roubada da Bandeira" é a mais tradicional festa de Ecoporanga; originária de Portugal, com influências significantes de negros africanos, que acontece entre os dias 12 a 30 de junho, tendo como atrações o levantamento do mastro, quadrilhas, barraquinhas com comidas típicas e apresentações de danças: Vilão, dos Nove e caboclo



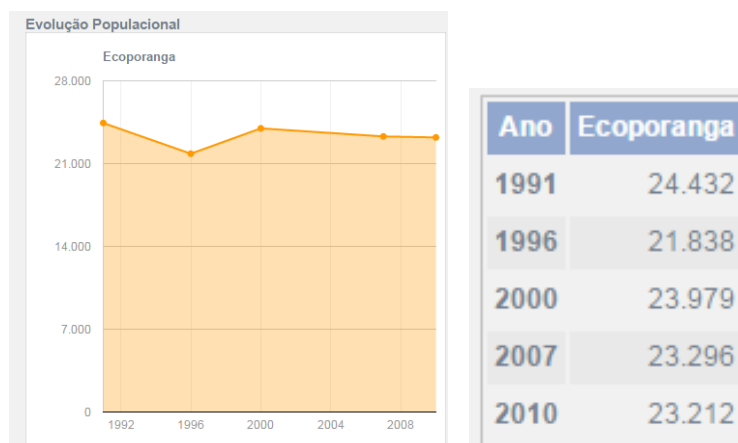


FESTA JUNINA D`PORANGA	Festa comemorativa tradicional do Município de Ecoporanga voltada para as festas juninas, organizada por todas as escolas da rede municipal ensino infantil e fundamental, caracterizada com trabalhos, danças, comidas típicas formalizados pelas crianças, além de shows artísticos, toda a renda do evento e revestida para as escolas municipais.
ARRAIÁ DO FURUNDUN	O arraiá do Furundum é um evento folclórico voltado para as raízes da cultura local, regado com muito forró, danças, torneios e sorteios.
CAVALGADA DE ECOPORANGA	Desvinculado do evento de 1º de maio o qual ocorria junto com a festa do padroeiro da Igreja Católica a mais de 50 anos, a cavalgada de Ecoporanga hoje é realizada pela Prefeitura Municipal contando com a participação de mais de 2000 Cavaleiros e amazonas com shows, sorteios de prêmios, barracas e outros.
FESTA DE NOSSA SRA. APARECIDA	Evento turístico religioso que movimenta um grande número de pessoas que sobem o caminho da torre em procissão rezando, ao chegarem ao topo cerca de 500mt de subida íngreme é realizado a missa, após, todos descem, porém, durante todo o dia é feito visitasões ao cume da torre.
ANIVERSÁRIO DO GRUPO DE CAPOEIRA SENZALA PATRIMÔNIO DOS PRETOS	Evento turístico com reconhecimento internacional, consiste em um encontro de mestres de capoeira a nível nacional e internacional. Regado com muita capoeira, samba, cantiga de roda e forró.
INAUGURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DE NATAL	Evento turístico de cunho social, pois, visa à participação de crianças e adolescentes bem como das comunidades assistidas por projetos sociais para estarem juntos com a prefeitura municipal elaborando, confeccionando e instalando a ornamentação de natal.
COMEMORAÇÃO DE NATAL	Evento comemorativo tradicional do Município de Ecoporanga voltado para a comunidade eclesíástica onde cada dia a programação fica por conta de uma designação religiosa.



### 1.2.9 ASPECTOS POPULACIONAIS

Segundo as pesquisas realizadas entre os anos de 1991 a 2010 a população de Ecoporanga, em contexto geral, apresenta-se com baixo crescimento populacional, sua renda per capita está classificada em classe média baixa, porém seu grau de escolarização está em ascensão.

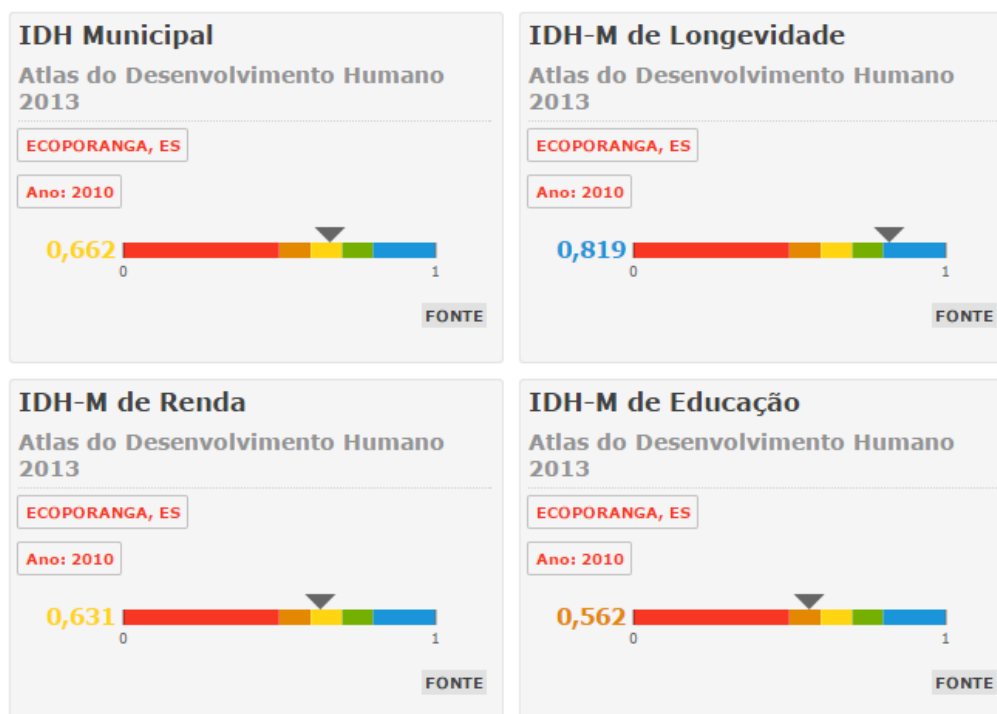


Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por município e estado

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Ecoporanga ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 63<sup>o</sup> lugar (0,695), no ranking do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2010). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

## IDH Municipal - índice de desenvolvimento humano - do município de ECOPORANGA, ES

### Faixas de desenvolvimento humano



Fonte: PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por município e estado

## Características gerais da população

População estimada 2014 - 24.299

População 2010 - 23.212

População residente – 11.566 Homens

População residente – 11.646 Mulheres

População urbana - 14.779 pessoas

Homens - 7.091

Mulheres – 7.688

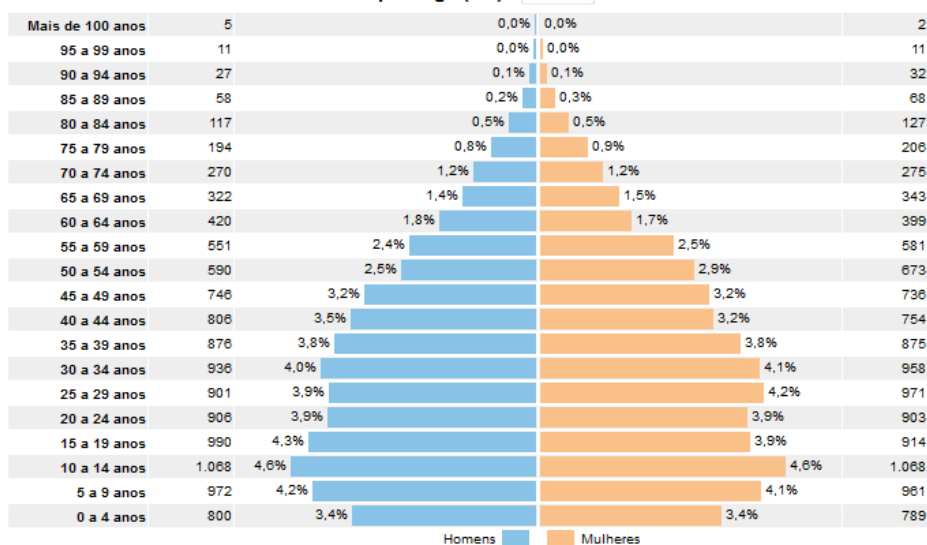
População rural - 8.433 pessoas

Homens – 4.475

Mulheres - 3958

Fonte: IBGE, 2010

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade  
Ecoporanga (ES) - 2010



Observa-se que é bem equilibrada a população em relação ao sexo e grupos de idade do município de Ecoporanga.

### POPULAÇÃO URBANA DOS DISTRITOS CONFORME CENSO 2010

Sede (Ecoporanga) - 11.344

Muritiba - 126

Cotaxé - 634

Prata dos Baianos 544

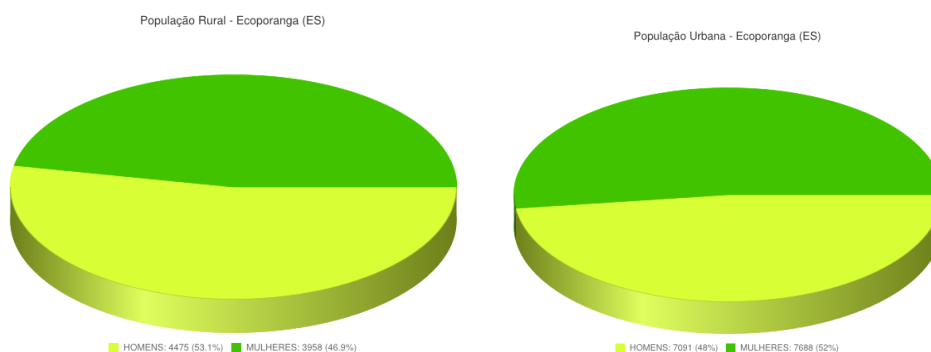
Imburana - 693

Santa Luzia do Norte - 466

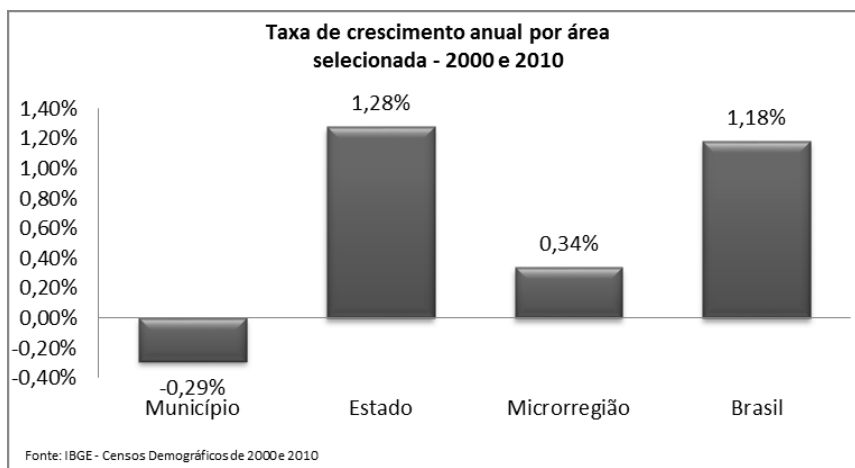
Joaçuba - 700

Santa Terezinha - 272

Fica equilibrada também a população urbana e rural, veja os gráficos:



A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,29% ao ano, passando de 23.904 para 23.212 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,28% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

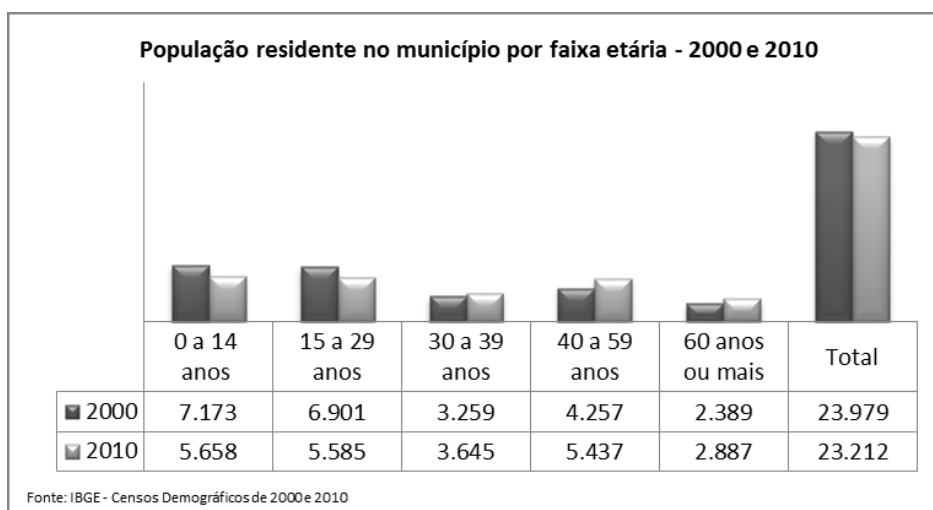


A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 53,66% e em 2010 a passou a representar 63,67% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 1,9% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,0% da população, já em 2010 detinha 12,4% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,3% ao ano. Crianças e jovens detinham 30,0% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 7.173 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 24,4% da população, totalizando 5.658 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,17% ao ano), passando de 14.417 habitantes em 2000 para 14.667 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,2% da população do município.



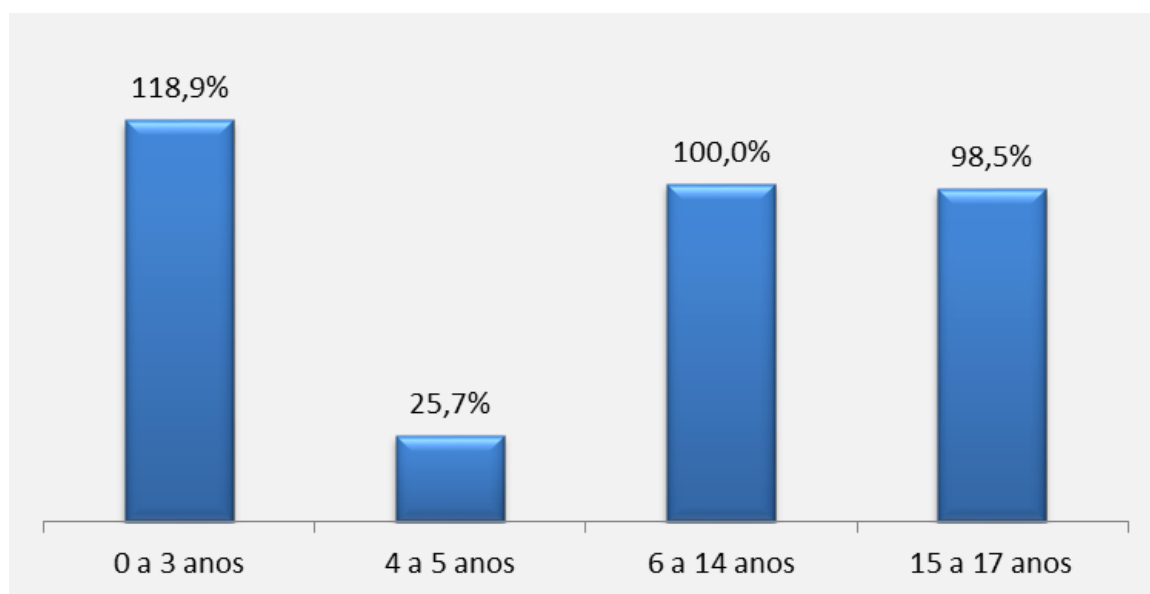


Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 285 não sabiam ler ou escrever, o que representa 21,3% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 167 eram chefes de domicílio.

O Censo de 2010 revelou que no município havia 121 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 74,3% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 00 crianças fora da escola (0,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 08 (1,5%).

Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 21 estavam fora da escola (27,5% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

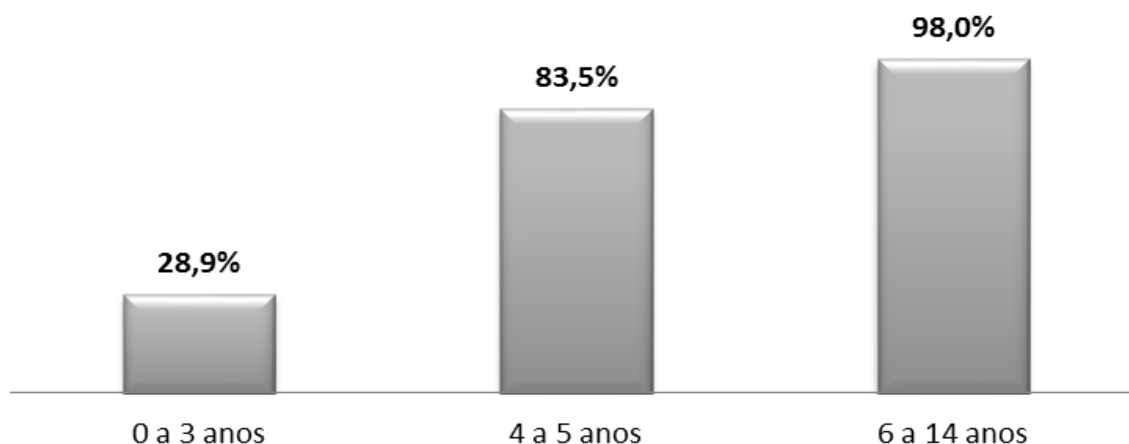
**Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche por faixa etária**



Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 18,3%. Na área urbana, a taxa era de 17,4% e na zona rural era de 19,9%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,7%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

Percentual de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária - 2010



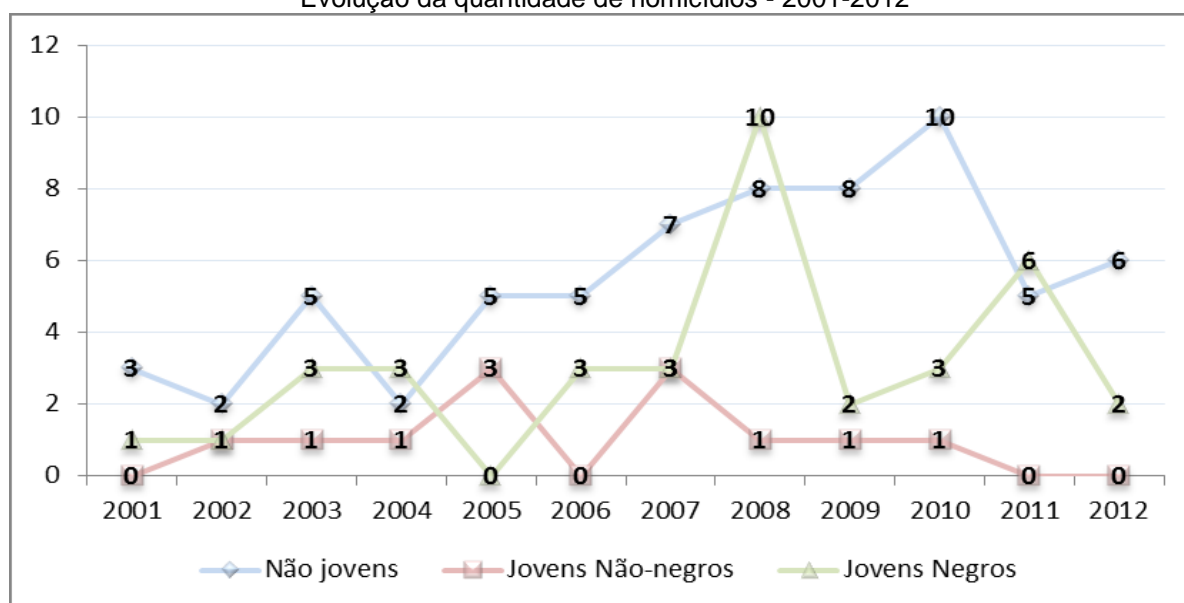
Fonte: MEC

- **Vulnerabilidade à Violência**

De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, no ano de 2012 ocorreram 8 homicídios no município de Ecoporanga. Entre esses homicídios, 2 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 2 entre jovens negros. Os homicídios entre jovens negros corresponderam a 100,0% do total de homicídios entre jovens.

De 2001 a 2012, os homicídios no município aumentaram, representando uma variação de 100% no total anual de homicídios.

Evolução da quantidade de homicídios - 2001-2012



- **Juventude e Mundo do Trabalho e Renda**

Conforme dados do Censo Demográfico em agosto de 2010 o município possuía 11.000 pessoas economicamente ativa, sendo os jovens de 15 a 29 anos 31,8% da PEA. A taxa de desocupação da população geral foi de 7,2% e entre jovens foi de 2,5%.

Dos 3.220 jovens com ocupação, 64,2% ganhavam até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal entre jovens é de R\$ 540,10 e entre jovens negros R\$ 509,56. O rendimento médio mensal da PEA em geral é de R\$ 625,93.

Na tabela abaixo, apresenta-se a quantidade de jovens ocupados por grandes grupos de ocupação, explicitando também o percentual de jovens negros dentro do total de jovens em cada grupo de ocupação.

**Distribuição da população jovem ocupada por grandes grupos de ocupações – 2010**

Grandes Grupos de Ocupação	jovens	entre os jovens
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0	-
Diretores e gerentes	59	37,3%
Profissionais das ciências e intelectuais	207	68,5%
Técnicos e profissionais de nível médio	120	80,6%
Trabalhadores de apoio administrativo	184	82,7%
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	560	72,0%
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	761	70,0%
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	327	90,4%
Operadores de instalações e máquinas e montadores	248	71,3%
Ocupações elementares	647	83,4%
Ocupações mal definidas	107	76,2%
<b>Total</b>	<b>3.220</b>	<b>75,8%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



- **Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Juventude**

Com base em dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011, o município de Ecoporanga não possui Conselho de Igualdade Racial e nem programas ou ações de promoção da igualdade racial. O município não possui Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar.

No âmbito da gestão de políticas de Direitos Humanos, o município possui setor subordinado, estruturado e vinculado à secretaria de Assistência Social.

Com relação à existência de programas ou ações que possam contribuir no esforço de enfrentamento da vulnerabilidade à violência contra a juventude, especialmente negra, o município de Ecoporanga declarou a inexistência dos seguintes programas, de acordo com a tabela abaixo:

<b>Programas ou ações</b>	
Combate à discriminação nas escolas	Não possui
Combate à violência nas escolas	Não possui
Programas ou ações de proteção de pessoas ameaçadas de morte	Não possui
Enfrentamento à violência letal contra crianças e adolescentes	Não possui
Atendimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte	Não possui

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011

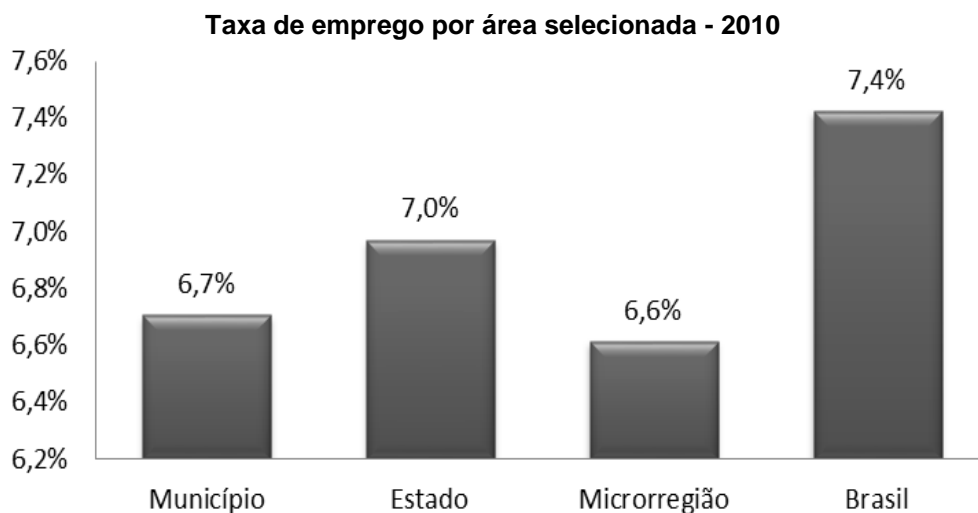
O município declarou não possuir um Plano municipal de atendimento socioeducativo.

- **Pessoas economicamente ativas**

Conforme dados do último Censo Demográfico o município em agosto de 2010 possuía 11.000 pessoas economicamente ativas onde 10.209 estavam ocupadas e 792 desocupadas. A taxa de participação ficou em 55,8% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,2%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:





Fonte: IBGE – Censos demográficos de 2000 e 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 23,1% tinha carteira assinada, 36,7% não tinha carteira assinada, 18,2% atuam por conta própria e 1,4% empregadores. Servidores públicos representavam 7,4% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 13,2% dos ocupados.

**Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação- 2010**



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

Das pessoas ocupadas, 14,5% não tinham rendimentos e 64,8% ganhavam até um salário mínimo por mês.



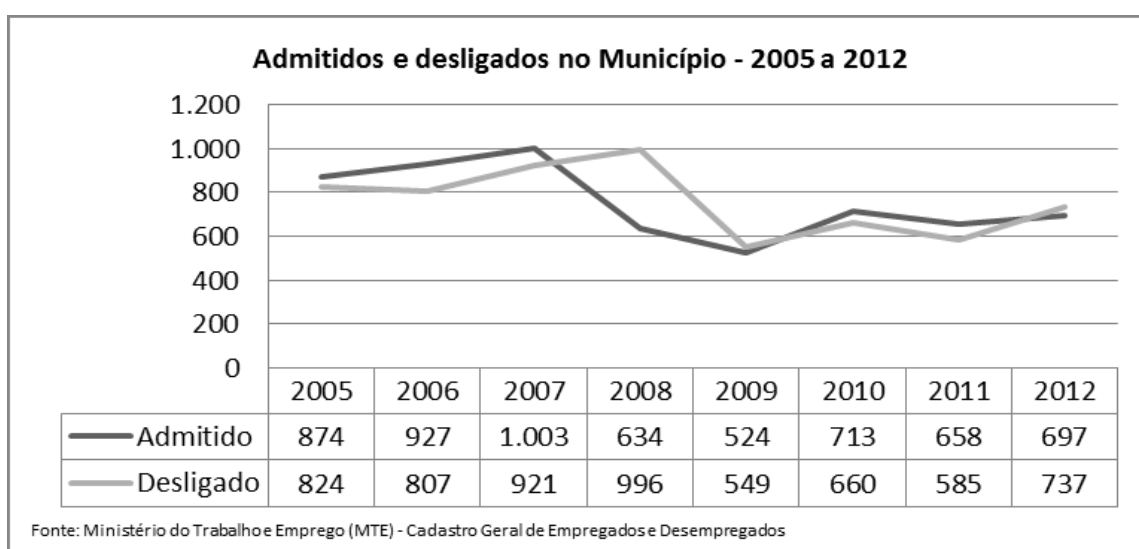
### Distribuição de pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal 2010



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 686,95. Entre os homens o rendimento era de R\$ 800,58 e entre as mulheres de R\$ 559,44, apontando uma diferença de 43,10% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por cinco anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 49. No último ano, as admissões registraram 697 contratações, contra 737 demissões.



O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 2.705 postos, 8,3% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 45,0% no mesmo período.

A distribuição por grandes grupos de ocupação mostrou que os dois maiores grupos são dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e ocupações elementares. Juntos, os dois grupos totalizam 57,2% das ocupações do município.

#### Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010

Grandes grupos de ocupações	N	%
Diretores e gerentes	229	2,2
Profissionais das ciências e intelectuais	555	5,4
Técnicos e profissionais de nível médio	250	2,4
Trabalhadores de apoio administrativo	364	3,6
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.044	10,2
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	3.174	31,1
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	928	9,1
Operadores de instalações e máquinas e montadores	656	6,4
Ocupações elementares	2.666	26,1
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	12	0,1
Ocupações mal definidas	332	3,3
<b>Total</b>	<b>10.210</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca, comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 54,3% do total da população ocupada no município de Ecoporanga.

#### Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações – 2010

Seção de atividade	N	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	4.377	42,9
Indústrias extrativas	371	3,6
Indústrias de transformação	385	3,8
Eletricidade e gás	-	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	50	0,5
Construção	677	6,6
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.167	11,4
Transporte, armazenagem e correio	216	2,1
Alojamento e alimentação	90	0,9
Informação e comunicação	12	0,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	49	0,5
Atividades imobiliárias	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	108	1,1
Atividades administrativas e serviços complementares	74	0,7
Administração pública, defesa e seguridade social	618	6,1
Educação	493	4,8
Saúde humana e serviços sociais	141	1,4
Artes, cultura, esporte e recreação	19	0,2
Outras atividades de serviços	227	2,2
Serviços domésticos	824	8,1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	312	3,1
<b>Total</b>	<b>10.209</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010



A parcela de 54,9% dos ocupados trabalhava de 40 a 48 horas e 15,1% tem uma jornada superior.

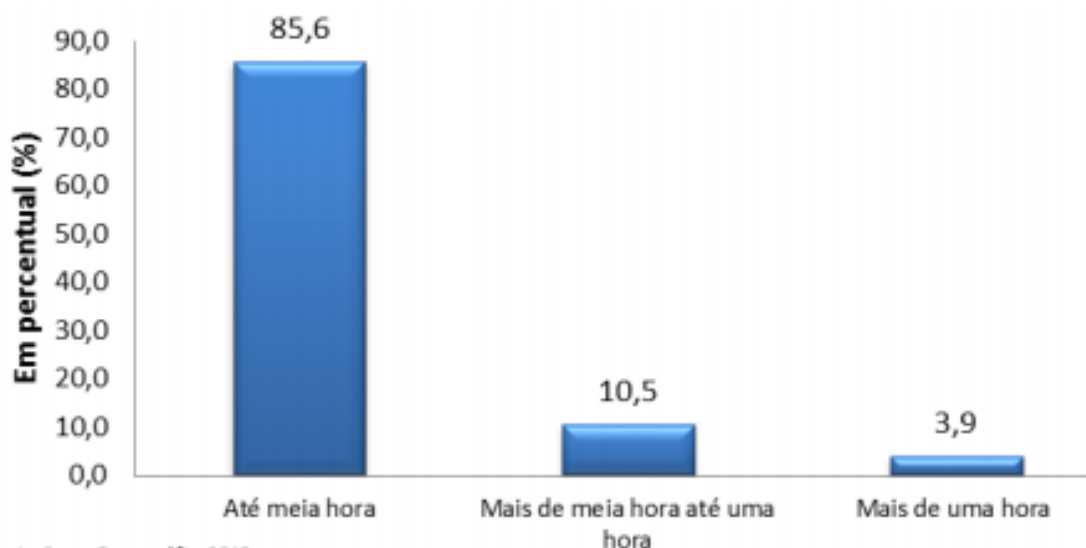
**Distribuição da população ocupada por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana - 2010**



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

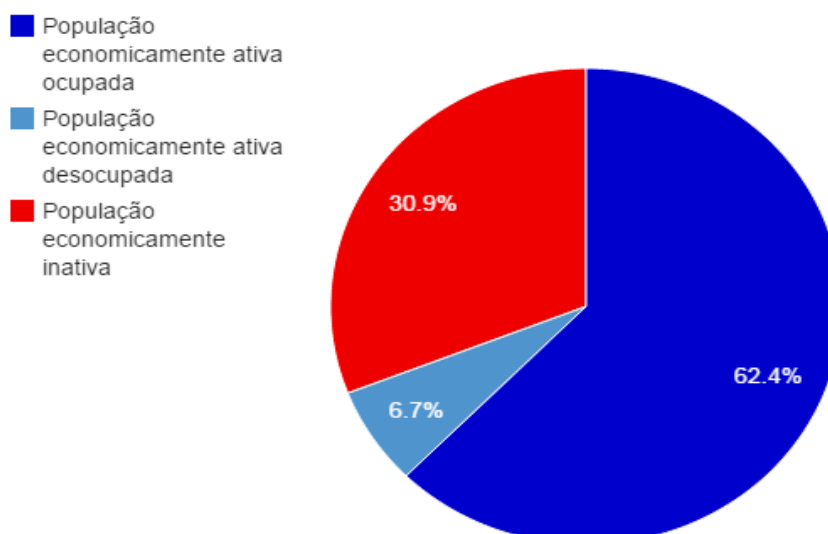
Com relação ao tempo das pessoas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para o seu domicílio diariamente, os dados apontaram que 85,6% gastavam até meia hora, 10,5% mais de meia hora até uma hora e 3,9% perdiam mais de uma hora com o deslocamento.

**Percentual de pessoas ocupadas, que trabalhavam fora do domicilio e retornavam para seu domicilio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho – 2010**



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

### Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,51% em 2000 para 62,41% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,99% em 2000 para 6,66% em 2010.

- **Caracterização demográfica da extrema pobreza**

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município de Ecoporanga era de 23.212 residentes, dos quais 2.202 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 9,5% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 886 (40,2%) viviam no meio rural e 1.316 (59,8%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no município de Ecoporanga havia 162 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 111 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 545 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 76 jovens nessa situação. Foram registradas 93 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 40,5% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

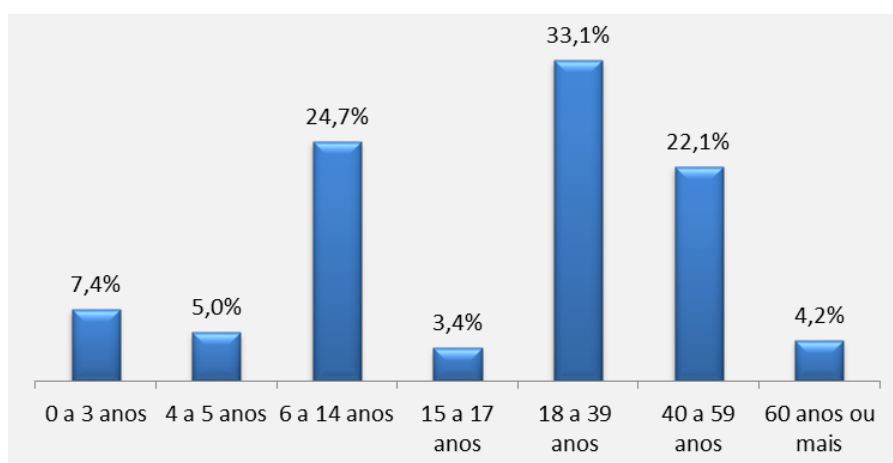
Observe o quadro e gráfico abaixo:

**População em situação de extrema pobreza por faixa etária**

Idade	Quantidade
0 a 3	162
4 a 5	111
6 a 14	545
15 a 17	76
18 a 39	729
40 a 59	488
65 ou mais	93
<b>Total</b>	<b>2.202</b>

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

**Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária**



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

**Gênero**

Do total de extremamente pobres no município de Ecoporanga, 1.125 são mulheres (51,1%) e 1.077 são homens (48,9%).

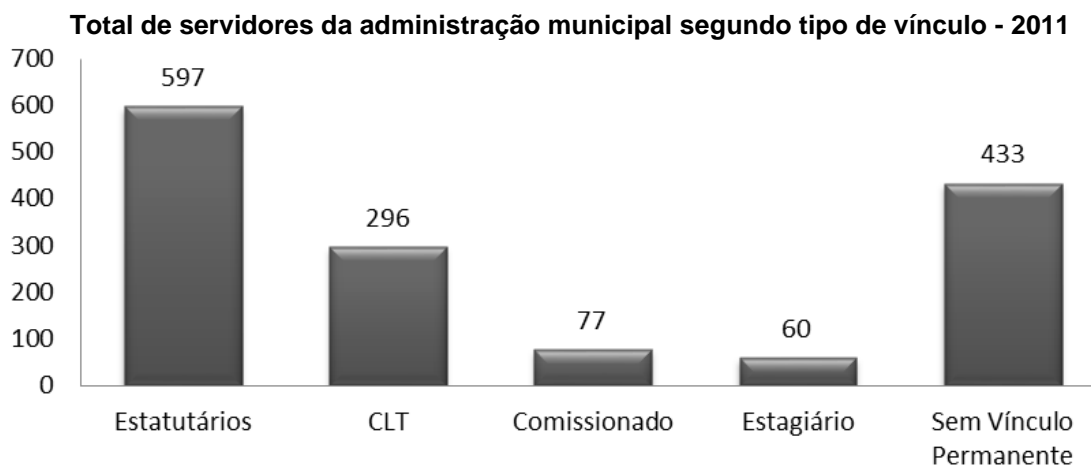
**Cor ou Raça**

Do total da população em extrema pobreza em Ecoporanga, 484 (22,0%) se classificaram como brancos e 1.718 (78,0%) como negros. Dentre estes últimos, 167 (7,6%) se declararam pretos e 1.551 (70,4%) pardos. Outras 00 pessoas (0,0%) se declararam amarelos ou indígenas.

- **Recursos Humanos**

A Administração Municipal conta com 1.463 servidores, entre os quais 40,8% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município não realizou concurso público.





Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais/MUNICI - 2011

### 1.2.10 ASPECTOS ECONÔMICOS

Nas décadas de 70 e 80 a economia ecoporanguense se baseava nas grandes lavouras de café e grandes pastagens. A população do município era muito maior que hoje. O café tornou-se a grande força geradora de emprego e renda. No início da década de 90 os moradores da cidade iniciaram um grande êxodo rural e foram buscar melhores condições em grandes cidades como Vitória e Belo Horizonte. Com o êxodo, a agricultura do município decresceu muito e ficou por muitos anos na estagnação. Nos últimos anos com o início da extração em grande escala de rochas ornamentais a cidade voltou a se desenvolver e alavancou o crescimento a agricultura.

As principais atividades desenvolvidas na região são voltadas para a pecuária, piscicultura, pesca, indústria de mineração, madeireira, moveleira, farinheiras, alcooleira e agricultura.

Em função do baixo índice pluviométrico, a produção agrícola depende diretamente da disponibilidade hídrica dos mananciais, os quais sofrem a obstrução através de diversas barragens existentes ao longo desses corpos hídricos, para serem captadas e utilizadas pelos mais variados sistemas de irrigação nas lavouras agrícolas.

Atualmente a economia está baseada nas poucas lavouras de café existentes, na pecuária de leite e carne e extração de granito. A principal atividade econômica é ;

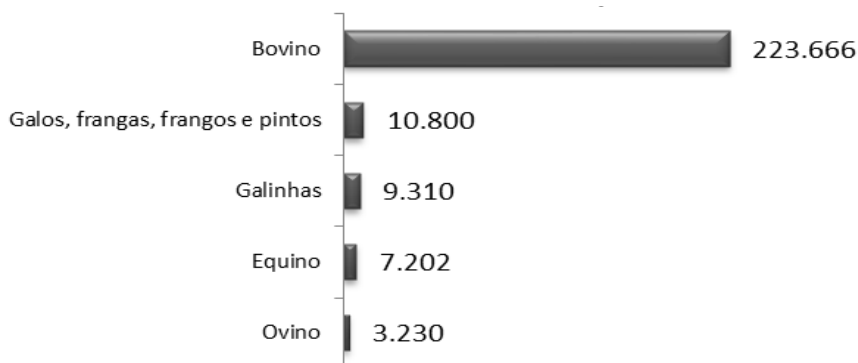


a pecuária bovina de corte, que cresce progressivamente através de extensivas pastagens, seguida pela extração de minerais (granito) e pela cafeicultura.

- **Agropecuária**

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

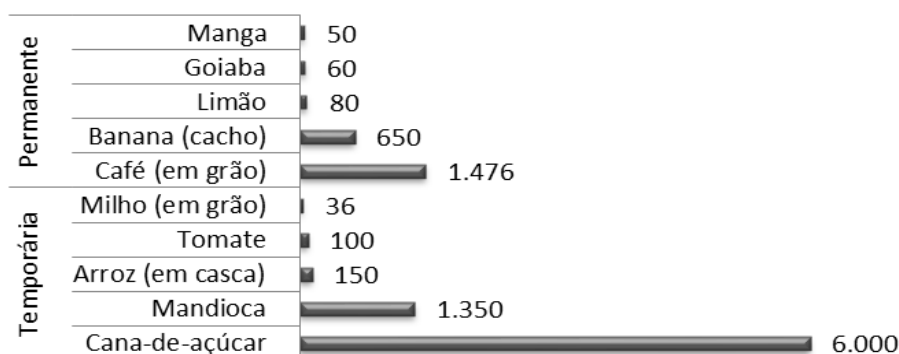
**Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município - 2011**



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal (PAM)

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

**Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) - 2011**



Fonte: IBGE – Pesquisa Produção Pecuária Municipal (PAM)



A pecuária é sem dúvida o grande destaque da economia de Ecoporanga. Ecoporanga recebeu o título de capital do boi gordo do Estado, historicamente isso é uma verdade, com os incentivos de melhoria de qualidade, tende a crescer progressivamente.

Grande em extensão territorial, Ecoporanga investe na pecuária desde os anos 1990. Os bois de corte são vendidos para frigoríficos de Colatina e de Vitória. Há tempos em que no município criavam gado de corte deixando no pasto comendo capim o dia inteiro. Ecoporanga sentiu a necessidade de se modernizar e trabalhar com novas tecnologias. A bovinocultura mista é a forma mais expressiva em termos de produção e área, predominando o regime extensivo (criação em grandes áreas), com de médio a baixo nível tecnológico.

O rebanho é constituído do cruzamento das raças indu-brasil, holandês, guzerá, gir e zebu. O resultado é uma raça mista, de muita resistência física, necessária, considerando-se o relevo montanhoso. Com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade da bovinocultura nos pequenos e médios estabelecimentos, estão sendo criados Núcleos Comunitários de Inseminação Artificial para a formação de capineiras e orientação sobre alimentação do gado. No inverno, para a produção não cair, a alimentação é diferenciada. Passando para a pecuária intensiva - entrando com sistema de ração.

A maior parte da pecuária de leite é mantida por pequenos produtores. O trabalho familiar evita o êxodo rural. Gera muita renda e fortalece o nosso município com emprego. Além disso, traz mais qualidade de vida para o homem do campo e força para o comércio, com o lucro dos produtores, a cidade se destaca em cenário estadual.

O Censo Agropecuário de 1985 do IBGE revelou que 15,70% e da área do Município era ocupada pela atividade agrícola 81,54% pela pecuária. Há marcante concentração das terras em poder de poucos grandes latifundiários: apenas 23,27% do total de propriedades está no grupo de médios e grandes que concentra 80,36% das terras.

As terras são em sua predominância ocupadas por latifundiários que exploram basicamente a pecuária. A maioria dos latifundiários reside em outras cidades ,

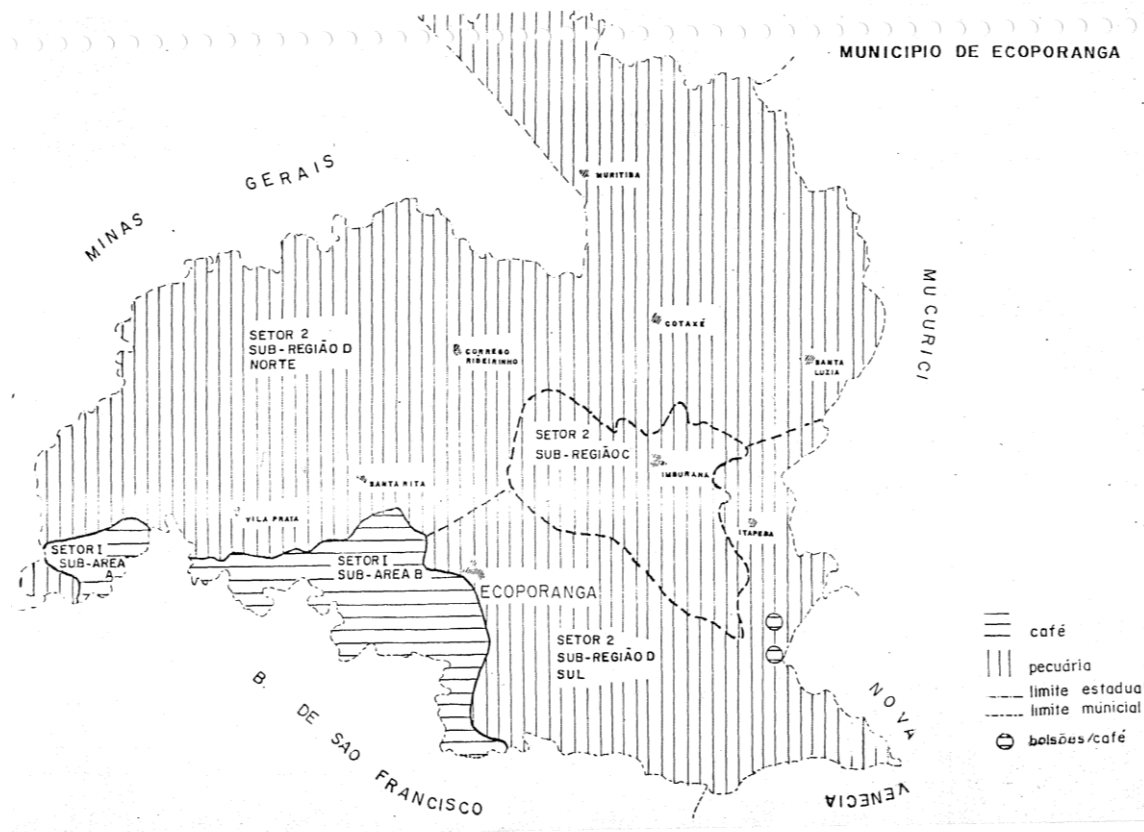
(centros mais desenvolvidos) para onde se deslocam os lucros auferidos nos seus imóveis rurais.

Aos latifúndios é adequada a exploração pecuária, pois esta atividade exige espaço e dispensa mão-de-obra. Aos pequenos proprietários é vital a criação opções de mercado para a produção de culturas.

A pecuária de criação extensiva é responsável pela forte concentração fundiária no município, onde os estabelecimentos com mais de 100 hectares, embora menos numerosos que os pequenos, ocupam 83,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

O Setor hegemônico na economia local, em que a cafeicultura e a pecuária têm maior representatividade. A pecuária bovina é a atividade de maior expressão econômica no município, que possui o maior rebanho do Estado. O sistema de produção extensivo requer pouca mão-de-obra, o que faz da pecuária municipal uma atividade de baixa geração de empregos diretos.

### Agricultura e Pecuária de Ecoporanga



Fonte: INSTITUTO JONES DOS SANTOS II.n.:I.II.:Q. /1983



A utilização do solo rural comprova a importância da pecuária. As lavouras ocupam 5,5% do total, e as pastagens, 88%.

O sistema extensivo tem ainda como características o baixo nível tecnológico e a utilização de extensas áreas de pastagens, que, no município, somam 170 mil ha, resultando na relação de um animal por hectare e na produtividade de 45 kg de carne/ha/ano e 236 litros de leite/ha/ano, considerada baixa. A pecuária municipal, apesar de caracterizada como de exploração mista, apresenta um nítido predomínio da pecuária de corte sobre a de leite.

Os dados do IBGE indicam a existência de concentração fundiária no município de Ecoporanga. Tal fato pode ser atribuído, em parte, à pecuária de criação extensiva, que utiliza grandes áreas de pastagens. Considerando que Ecoporanga é um município com grande área territorial, possuindo microbacias com climas diversos, há a possibilidade de incrementar a diversificação agropecuária, além das atividades tradicionais já exploradas.

Ao lado do boi, em menor escala, há a criação de eqüinos. A população investe também na criação de peixes, tendo como comércio interno no nosso município.

A pecuária e a cafeicultura são as principais atividades agrícolas desenvolvidas em Ecoporanga. Produtores rurais de Ecoporanga conheceram na prática o processo de produção de peixes em tanques-rede e viveiros escavados. Muitos produtores possuem barragens nas propriedades, para irrigar o café e as pastagens. Para complementar a renda e diversificar a cultura iniciaram a criação de tilápias. A comercialização das tilápias é feita em feiras livres de Ecoporanga e municípios vizinhos.

#### Pecuária – 2012

Asininos - efetivo dos rebanhos	200	cabeças
Bovinos - efetivo dos rebanhos	237.604	cabeças
Bubalinos - efetivo dos rebanhos	16	cabeças
Caprinos - efetivo dos rebanhos	435	cabeças
Equinos - efetivo dos rebanhos	7.224	cabeças
Galinhas - efetivo dos rebanhos	10.000	cabeças

Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	11.000	cabeças
Leite de vaca - produção – quantidade	47.286	Mil litros
Leite de vaca - valor da produção	39.247	Mil Reais
Mel de abelha - produção – quantidade	440	Kg
Mel de abelha - valor da produção	5	Mil Reais
Muarens - efetivo dos rebanhos	1.250	cabeças
Ovinos - efetivo dos rebanhos	2.908	cabeças
Ovos de galinha - produção – quantidade	43	Mil dúzias
Ovos de galinha - valor da produção	86	Mil Reais
Suínos - efetivo dos rebanhos	2.759	cabeças
Vacas ordenhadas – quantidade	49.550	cabeças

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2012.

- **Agricultura**

Há pessoas que se dedicam à agricultura, trabalhando no campo e cultivando a terra a fim de produzir vegetais úteis.

Ecoporanga constitui na primeira forma de aproveitamento das terras do município, oferecendo café em maior escala; arroz, feijão, mandioca, banana, cana-de-açúcar, laranja e mexerica como produção de lavouras temporárias, como fonte de alternativa de complemento de renda do pequeno produtor do município. Há solos que são próprios para o plantio de cereais, café; e outros são especiais para o cultivo de hortaliças, frutas e etc.

A cafeicultura é a segunda atividade em importância econômica do setor agropecuário.

**Principais culturas:**

**Café** - As variedades cultivadas são a catuí, nas altas regiões e o conillon, nas regiões baixas.

Com a crise brasileira do café, perdendo competitividade em relação a outros países exportadores, a cultura no município passa por um momento ruim, em que as



lavouras mais antigas, acima de 8 anos, estão sendo abandonadas e transformadas em pastagens apresentando baixa produtividade. Somente lavouras mais jovens estão sendo tratadas com alto nível tecnológico (calagem, adubação, irrigação, tratos). Com o preço baixo do café, não tem compensado ao agricultor pagar pelos tratos culturais, fertilizantes, mão-de-obra.

**Milho** - é considerado produto de subsistência, cultivado pelos pequenos produtores, em consórcio com o café e/ou o feijão. Sua produtividade é relativamente baixa, em função de dificuldade de mecanização, devido ao relevo acidentado.

**Feijão** - Este produto, que anteriormente era explorado principalmente em áreas consorciadas com o café e o milho, com uma produção destinada quase somente à subsistência, sendo comercializado em pequena quantidade.

#### Produção Agrícola Municipal - cereais, leguminosas e oleaginosas – 2007

Produção	Área colhida por Hectare	Área plantada por Hectare	Quantidade produzida por tonelada	Rendimento médio da produção por Hectare	Valor da produção em Mil Reais
Arroz (em casca)	140	140	490	3.500 kg	265.000,00
Feijão (em grão)	140	140	84	600 kg	113.000,00
Milho (em grão)	80	80	184	2.300 kg	74.000,00

Fonte : IBGE - Produção Agrícola Municipal

#### Produção Agrícola Municipal - lavoura permanente - 2012

Produção	Área colhida por Hectare	Área plantada por Hectare	Quantidade produzida por tonelada	Rendimento médio da produção por Hectare	Valor da produção em Mil Reais
Banana (cacho)	50	50	650	13.000 kg	325.000,00
Borracha (látex coagulado)	10	10	20	2.000 kg	58.000,00
Café (em grão) Arábica	50	50	36	720 kg	188.000,00





Café (em grão) Canephora	1.200	1.200	1.908	1.590 kg	7.632.000,00
Café (em grão) Total	1.250	1.250	1.944	1.555 kg	7.820
Coco-da-baía	5	5	48 mil frutos	9.600 frutos	27.000,00
Goiaba	4	4	60	15.000 kg	94.000,00
Laranja	5	5	40	8.000 kg	31.000,00
Limão	5	5	80	16.000	94.000,00
Manga	5	5	50	10.000	24.000,00
Uva	8	8	80	10.000	320.000,00

Fonte : IBGE - Produção Agrícola Municipal

- **Agricultura Familiar**

O município possuía 1.317 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 78% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 20% da área, ocupavam 68% da mão-de-obra do setor e participavam com 34% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 1.377 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) em nosso município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao Espírito Santo e ao Brasil:

Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)	
<b>Município</b>	1.377
<b>Estado</b>	71.383
<b>Brasil</b>	4.395.395

- **Indústria**

O setor industrial começa a dar mostras de se tornar importante setor econômico do Município, fruto de um trabalho de atração de empresários externos, o que começa a ser concretizado com a implantação de indústrias de granito.





O Município, rico em rochas graníticas, possui empresas que extraem a matéria-prima e comercializam em blocos brutos, sem beneficiamento, são elas: Granitos Ecoporanga Ltda, Granitos Lageado Ltda., Granitos Matatias Ltda., Granasa, Tracomal, Itaúnas, Mineração ATT, Grupo R. Rangel, Progema, PJ Mineração.

Os recursos minerais são rochas ornamentais e materiais de construção.

Na região, grande produtora nacional de rochas, os materiais ornamentais mais importantes são agrupados em linhas comerciais, denominadas "amarelo", "branco", "verde" e "exótico".

As principais concentrações de pedreiras de rochas ornamentais se localizam entre a sede (Ecoporanga) e Ribeirãozinho, nos arredores de Cotaxé e Muritiba e entre a sede (Ecoporanga) e o povoado de Santa Luzia do Norte.

Estas rochas incipientemente intemperizadas mantêm as propriedades físicas essenciais, mas ganham as tonalidades amarelas que as tornaram de grande procura e valor nos mercados nacional e internacional. Além da cor, outro motivo do valor dos materiais da linha dos amarelos é a relativa facilidade de corte, uma vez que o intemperismo incipiente abrandam a dureza da rocha.

Os principais materiais ornamentais extraídos pertencem à linha dos amarelos, tais como as designações comerciais Santa Cecília (Dark e light), Santa Helena e Gold 500. Da fácies norítica da intrusão de Cotaxé se extraem o Preto Cotaxé ou Pedra São Benedito.

Ecoporanga faz parte dos municípios que compõem a rodovia do granito. A BR -342 corta 5 municípios capixabas e além do setor de granito e mármore, beneficia o escoamento da produção.

O granito de Ecoporanga ganha mercado mundial. Os blocos de granito são exportados para China e Itália. 90% das chapas são exportadas para os Estados Unidos e com o alavancamento da indústria, a oferta de emprego no município aumentou muito, oferecendo à população empregos diretos qualificados.

Podemos encontrar em nosso município: Granito Santa Cecília Dark, Granito Cotaxé, Granito Santa Cecília, Granito Santa Cecília Light, Granito Boa Vista,

Granito Branco Romano.

- Diabásio

Foi encontrada uma ocorrência de diabásio, livre de deformação, provavelmente um dique de idade cretácica, que aflora na Cachoeira Arco Íris, nos arredores de Ecoporanga.

- Aluvião

Os aluviões são muito pouco expressivos na área mapeada e concentram-se na porção centro-norte Ecoporanga, principalmente na calha do Rio Cotaxé (ou Braço Norte do Rio São Mateus). São depósitos predominantemente arenosos, com cascalhos de seixos de quartzo subordinados e raros depósitos de lama.

## **INDÚSTRIAS DA MADEIRA**

Este gênero de indústria, composto basicamente por serrarias, antes um ramo importante para a economia do município, hoje se encontra em franco decréscimo devido ao esgotamento das fontes de matéria-prima.

- **Trabalho e comércio**

Os proprietários dos estabelecimentos são pequenos empresários locais, acompanha a crise pela qual passa toda a economia do país. O que caracteriza o setor em Ecoporanga é que ele sobrevive através de movimentos cíclicos, com picos de venda nos períodos de safra do café, e nos finais de mês com o pagamento do leite produzido e vendido às usinas. Fora isso, mantém-se principalmente com as compras dos funcionários públicos.

Existe uma pequena evasão de divisas do setor para cidades maiores, decorrente das compras externas feitas por consumidores com melhores condições econômicas e mais exigentes em termos de qualidade e diversificação.

Além disso, nota-se que os preços de alimentos são em média 10% mais altos em Ecoporanga, em comparação com os de municípios maiores.

É evidente a necessidade de modernização e alargamento de opções nos ramos de hotelaria e de restaurante, por exemplo, o município é carente, pois possui: hotel-

restaurante – o Hotel do Dico, Pousada Nhambu, Hotel das Palmeiras e Pousada Tranqüila com atendimento de nível médio.

O setor terciário encontra-se ainda pouco explorado, com tendência a se expandir, considerando-se o provável crescimento do setor secundário, que exigirá que o comércio se diversifique, que os serviços ganhem maior quantidade e melhor qualidade para atender uma demanda mais exigente.

Devido ao histórico sócio-cultural do município, temos um vasto campo nessa área artesanal, onde é explícita a formação cultural de acordo com seus antepassados, gerando assim um conhecimento de comunidade para comunidade, mantendo-se costumes e valores de cada região.

\*Marcas, crochês, brochas, bordados, bijuterias, etc – é uma outra atividade riquíssima, onde se mantém características particulares de costumes e valores, utilizando-se de formas manuais. Este trabalho é marcado pelo conhecimento cultural e mantido pelas comunidades, gerando assim saberes socializadores.

\*Fabricação de peneiras, balaios e esteiras – são fabricados em residências estes materiais acima citados, onde se deu início com um senhor descendente de escravos e até hoje é mantida esta tradição entre esta família, bem como entre outras famílias do município.

\*Fabricação de berimbau, atabaque e pandeiros – esses materiais são fabricados pelo Grupo de Capoeira “Senzala”, que com seus trabalhos e eventos, contribui para o crescimento de seu distrito, introduzindo um desenvolvimento social com crianças, adolescentes e jovens desta comunidade. Esta prática artesanal surgiu no grupo com seus antepassados que eram descendentes de escravos, por isso o grupo faz questão de manter tradições e valores.

De modo geral, as famílias que de forma direta ou indireta contribuem para estes trabalhos, começam por costumes de seus antepassados, passando de “pai para filho”. Buscando também meios para o sustento familiar e o bem estar de todos, aproveitando-se de suas habilidades para poderem se manter.

Entretanto, temos consciência de que essa multiplicidade cultural só tem a contribuir





para o município, mantendo-se viva a chama cultural de todos.

### 1.2.11 ASPECTOS SOCIAIS

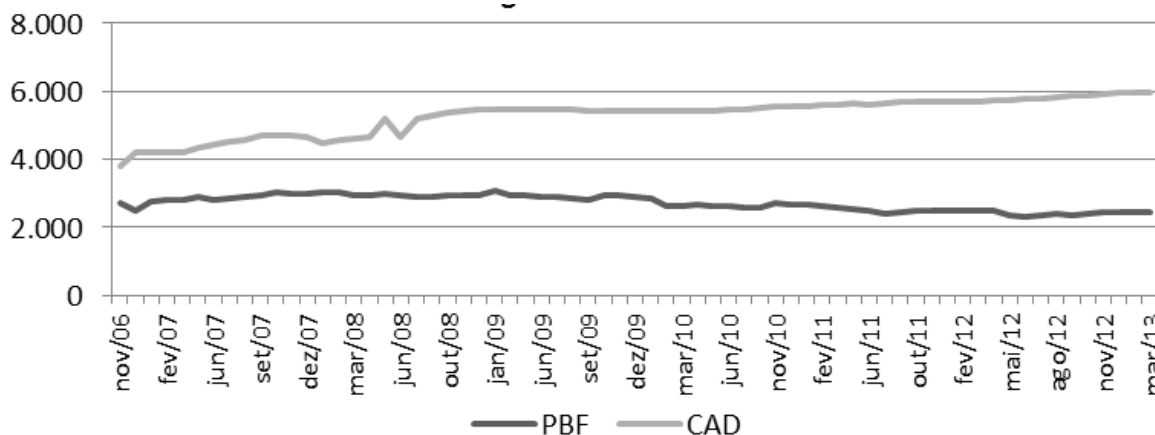
#### **Pobreza e Transferência de Renda**

Conforme dados do último Censo Demográfico, Ecoporanga, em agosto de 2010, a população total era de 23.212 residentes, dos quais 2.202 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 9,5% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 886 (40,2%) viviam no meio rural e 1.316 (59,8%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, Ecoporanga conta com 5.964 famílias registradas no Cadastro Único e 2.460 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (41,25% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o município:

### Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do programa Bolsa Família – 2006 a 2013



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS)

O município de Ecoporanga apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, Ecoporanga poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

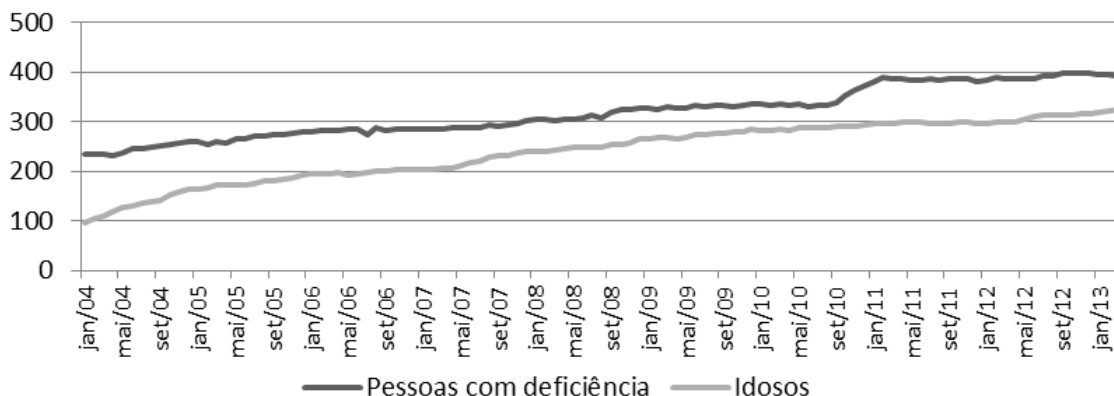
De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 97 famílias em situação de extrema pobreza.

- **Assistência Social**

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. Em Ecoporanga, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

### Evolução da quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de beneficiário – 2004 a 2013

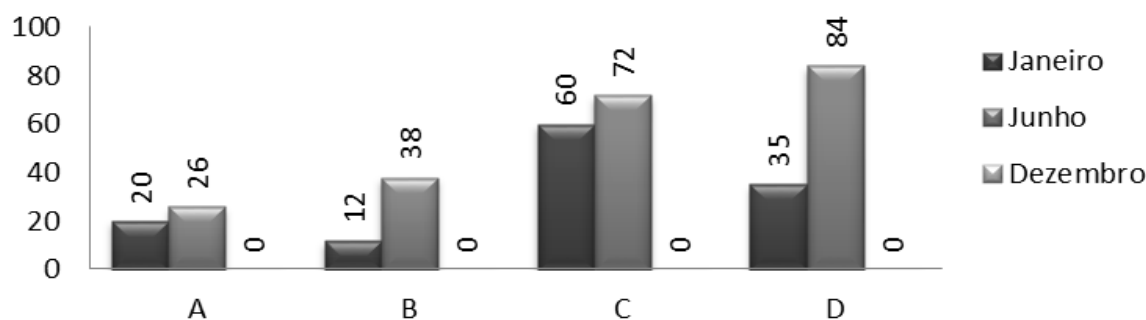




Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS)

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

#### Atendimentos no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 2012



A – Quantidade de famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF  
 B – Quantidade de crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
 C – Quantidade de crianças/adolescentes de 6 a 15 anos em Serviços Convivência Fortalecimento Vínculos  
 D – Quantidade de jovens de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

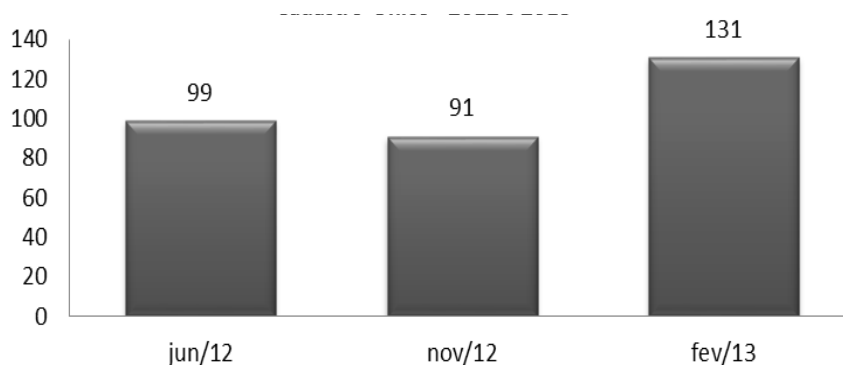
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

#### Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Micro Empreendedores Individuais (MEI).

Em fevereiro de 2013, o município de Ecoporanga contava com 320 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

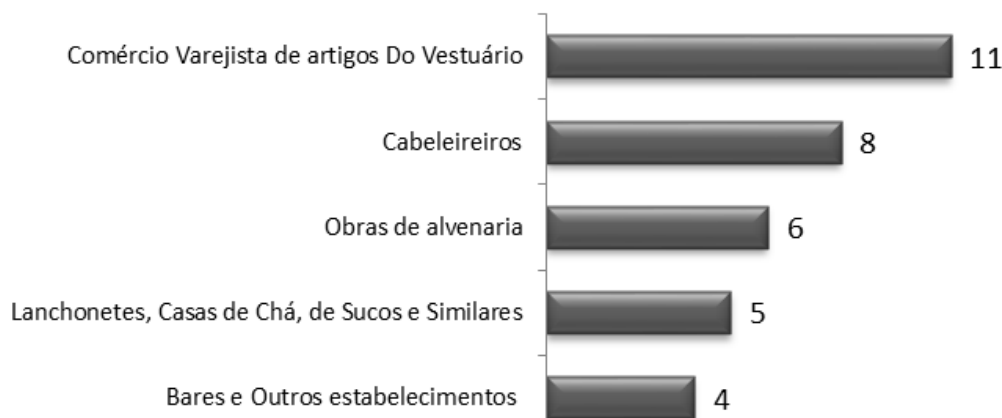
**Total e indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único – 2012 e 2013**



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS)

Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para Ecoporanga, as 5 (cinco) principais atividades econômicas desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

**Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos micro empreendedores individuais (MEI) do município - 2012**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ecoporanga conta com um total de 18.987 eleitores e 62 Seções Eleitorais como mostra o gráfico a seguir:

#### Representação política

Eleitorado do Município de Ecoporanga			
Eleitores	Feminino	Masculino	Sexo não informado
16 anos	86 Eleitores	98 Eleitores	00
17 anos	158 Eleitores	156 Eleitores	00
18 a 20 anos	620 Eleitores	717 Eleitores	00
21 a 24 anos	956 Eleitores	969 Eleitores	00
25 a 34 anos	2.287 Eleitores	2.382 Eleitores	00
35 a 44 anos	1.793 Eleitores	1.927 Eleitores	02 Eleitores
45 a 59 anos	1.982 Eleitores	1.863 Eleitores	07 Eleitores
60 a 69 anos	776 Eleitores	745 Eleitores	03 Eleitores
70 a 79 anos	526 Eleitores	519 Eleitores	00
idade inválida	00 Eleitores	01 Eleitores	02 Eleitores
Superior a 79 anos	182 Eleitores	228 Eleitores	02 Eleitores
			Total 18.987 Eleitores
			Seções Eleitorais 62 Seções

- **O Plano Brasil Sem Miséria**

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superam o patamar da extrema pobreza.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione da maneira mais adequada possível, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

### **O Cadastro Único e o público-alvo do Plano no município de Ecoporanga**

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de agosto de 2014 do Programa Bolsa Família, Ecoporanga tem:

- 5.728 famílias registradas no Cadastro Único
- 2.610 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (33,50 % da população do município)

### **Cobertura cadastral e Busca Ativa**

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no Cadastro (todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa).



De junho de 2011 a junho de 2014, o município de Ecoporanga inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 245 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria. O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços em aumentar a qualidade das informações registradas quando da atualização dos dados familiares. Com isso, o município de Ecoporanga poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

No Município ECOPORANGA/ES, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2014 era de 5.089 dentre as quais:

- 2.364 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 930 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 1.072 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 723 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

### **Programa Bolsa Família**

Em agosto de 2014, o município de Ecoporanga tinha 2.610 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 93,28 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 93,28 %).

Foram transferidos R\$ 396.237,00 às famílias beneficiárias do Programa em agosto de 2014.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a agosto de 2014, houve aumento de 4,86 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.



## Acompanhamento de condicionalidades

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No município de Ecoporanga, 86,90 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03 %. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de educação se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 80,49 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %. Ecoporanga está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde.

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizas. Em agosto de 2014, 61 famílias recebiam o benefício variável à gestante e 66 famílias recebiam o benefício variável nutriz em Ecoporanga.

### TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repassse total em 2013 (R\$)
Bolsa Família	2.610 famílias (agosto de 2014)	R\$ 4.141.642,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	758 pessoas (junho de 2014)	R\$ 5.928.251,24

Fonte: <http://WWW.brasilsemisera.gov.br/municipios>

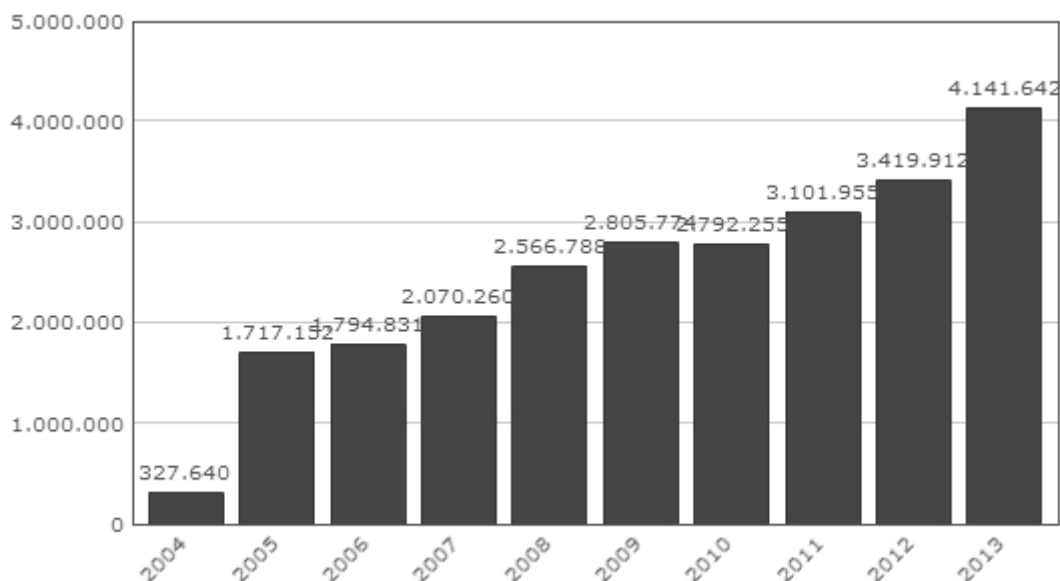
Em 2013, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada e pelo Bolsa Família (R\$ 10.069.893,24) representa 94,52 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (R\$ 10.653.289,55).

De 2004 a 2013, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 1.164,08 %.





Valores anuais nominais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$)



Fonte: <http://WWW.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>

- **Assistência Social**

O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Em junho de 2014 o município de Ecoporanga tinha em seu território:

- 2 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS.
- 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) cofinanciado pelo MDS.

- **Brasil Carinhoso - Creches**

A Ação Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos municípios para aumentar o acesso da população mais pobre aos serviços de educação infantil. O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas famílias.

Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família.

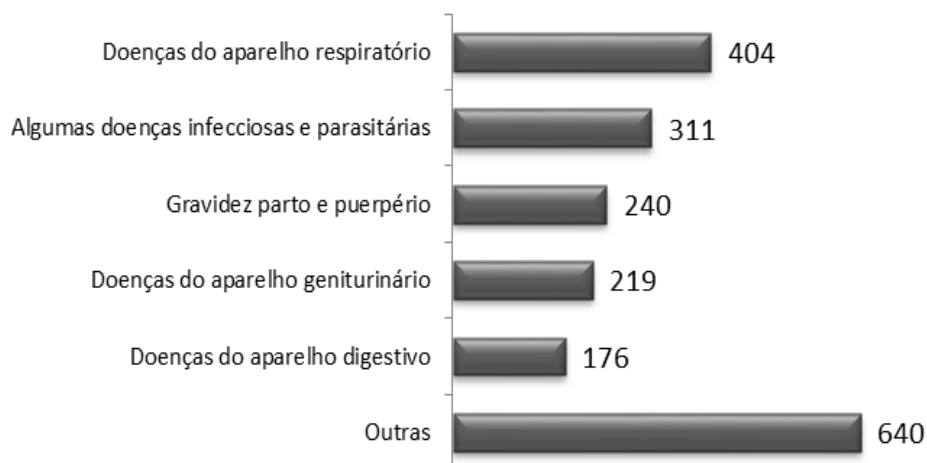
O município de Ecoporanga não registrou informações sobre o atendimento de crianças do Bolsa Família em creches em 2012 e 2013, por isso deixou de receber os recursos da Ação Brasil Carinhoso para creches.

- **Saúde**

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no município de Ecoporanga. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 4 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 623 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,83 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

**Distribuição das 5 (cinco) principais causas de morbidade hospitalar do município de Ecoporanga**

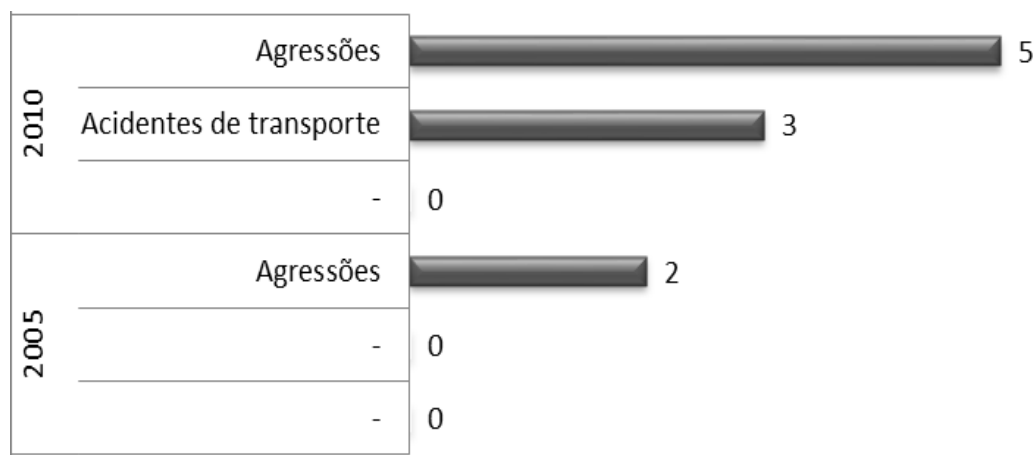


Fonte: Ministério da Saúde (MS)

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município de Ecoporanga. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 5.585 indivíduos, sendo que 10 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

No município de Ecoporanga, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:

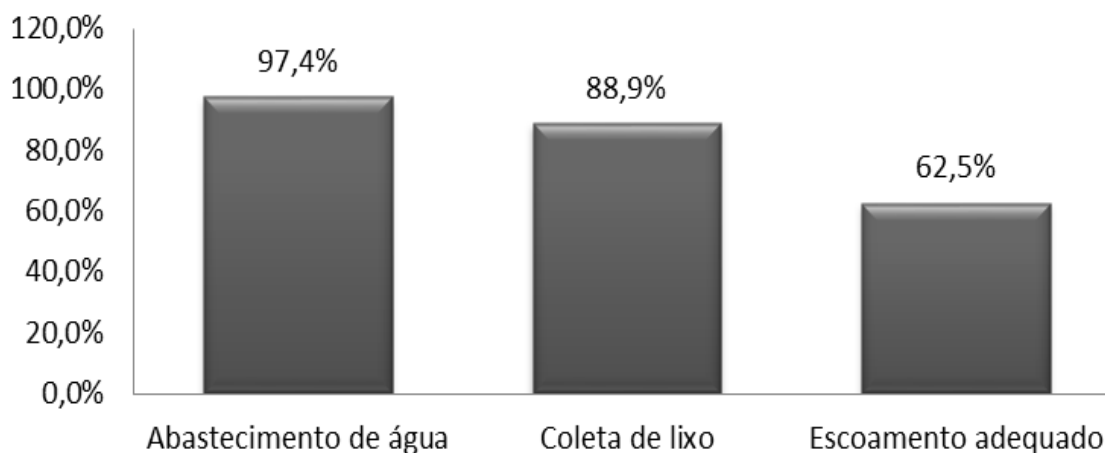
**Distribuição das 3 (três) principais causas externas de óbito, por tipo de causa – 2005 e 2010**



Fonte: Ministério da Saúde (MS) - Datasus

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural de Ecoporanga, a coleta de lixo atendia 96,6% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 88,0% dos domicílios particulares permanentes e 6,5% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

**Percentual de domicílios da área urbana com acesso á rede de abastecimento de água, à coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado - 2010**



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

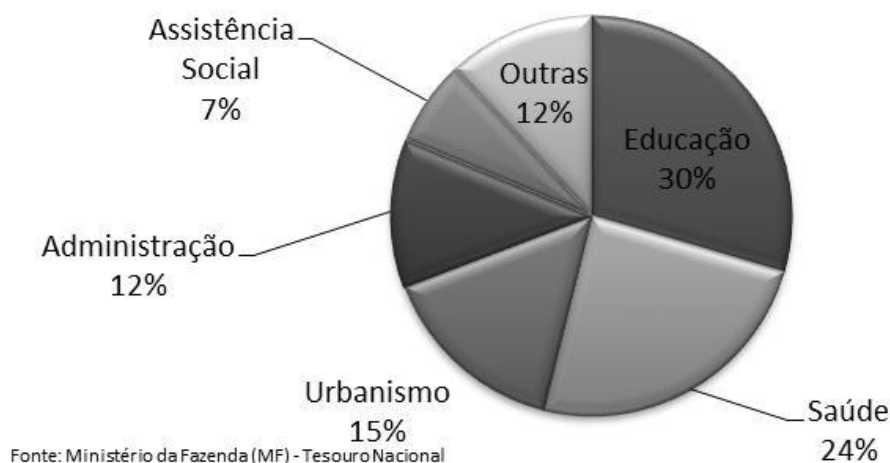
- **Eletricidade, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo**

No município de Ecoporanga segundo o Censo Demográfico de 2010, 55 pessoas extremamente pobres (2,5% do total) viviam sem luz, 54 (2,4%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 1.530 (69,5%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 810 (36,8%) não tinham o lixo coletado.

Banheiro no domicílio e paredes externas de alvenaria 190 pessoas extremamente pobres (8,6% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 46 (2,1%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

- **A receita orçamentária do município**

**Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município - 2011**



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) - Tesouro Nacional



As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e assistência social foram responsáveis por 83,36% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 8,76% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 4,09%.

### **1.2.12 ASPECTOS DESPORTIVOS**

Na sede do município de Ecoporanga possui o ginásio poli esportivo Padre Giovanni Bartesagli localizado no bairro Divino Espírito Santo e atende aproximadamente 1200 crianças e adultos de 7 aos 70 anos de idade.

Um campo de futebol Estádio Guerino Dal'col situado no centro da cidade à rua Floriano Rubim e atende aproximadamente 950 pessoas com idade de 8 aos 40 anos em projetos sociais, situado no bairro Vila Nova.

Ecoporanga conta também com a Praça Saudável no bairro Homero Amante que atende 200 pessoas em aulas e atividades recreativas com idade de 10 aos 35 anos.

As atividades desportivas realizadas anualmente contam com a participação de aproximadamente 2800 atletas amadores do município e consistem em campeonatos amadores de futebol de salão e futebol de campo em todas as categorias.

No âmbito escolar as escolas municipais e estaduais participam de jogos como Jogos Escolares e inter classe em todas as escolas municipais e estaduais.

## 1.2.13 ASPECTOS EDUCACIONAIS

### Estrutura

Escola	Localização/Zo- na da escola	Situação de funcionamento	Dependência administrativa
CAEE ROSA DE SARON - PESTALOZZI	URBANA	EM ATIVIDADE	PRIVADA
CENTRO EDUCACIONAL GALILEU GALILEI	URBANA	EM ATIVIDADE	PRIVADA
CMEI CASINHA FELIZ	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI EBER TEIXEIRA FIGUEIREDO	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI JARDIM ENCANTADO	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI MUN GENTEMIUDA	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI NOSSA SENHORA APARECIDA	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PINGO DE GENTE	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PREF DELIO R CORREA	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PREFEITO FRANCISCO ROBERTO FIGUEIREDO GOMES	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PROF AURORA ARAUJO FRANZOTTI	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PROF IVANI MAGALHAES BRITO	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PROFª JUSSARA BATISTA DE FREITAS	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PROF LUSBEL PRETTI FREITAS	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PROFª MARIA LUZIA LOURENCO	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI PROF PETRONILIA MARIA DA SILVA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
CMEI SR WALDEMAR FIANCO	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL



EEEF SANTA TEREZINHA	URBANA	EM ATIVIDADE	ESTADUAL
EEEFM ECOPORANGA	URBANA	EM ATIVIDADE	ESTADUAL
EEEFM JOASSUBA	URBANA	EM ATIVIDADE	ESTADUAL
EEEFM JOSE TEIXEIRA FIALHO	URBANA	EM ATIVIDADE	ESTADUAL
EMEF DR BOLIVAR DE ABREU	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMEF FAMILIA RURAL DE ECOPORANGA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMEF PROF BENEDITA MONTEIRO	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMEIEF JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMEIEF PALMEIRAS	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMEIEF SANTA LUZIA DO NORTE	URBANA	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMPEF CORREGO DO DOIS	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF CORREGO DA JACUTINGA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF CORREGO DO PARAISO	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF CORREGO DOS BARBOSAS	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF FAZENDA DINO FERREIRA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF FAZENDA VALDOMIRO L DE FREITAS	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF MURITIBA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF PATRIMONIO DE ITAPEBA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF PATRIMONIO SANTA RITA	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF RIBEIRAOZINHO	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF SAO GERALDO	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL
EMUEF VALE DO OURO	RURAL	EM ATIVIDADE	MUNICIPAL

O Departamento de Ensino é composto pelas escolas, de responsabilidade do Município, com suas direções que tem a responsabilidade de administrar, controlar o equipamento, material, merenda e transporte recebidos; planejar os trabalhos da escola; executar os projetos e programas estabelecidos pela Secretaria; criar meios



de melhorar o ambiente da escola e o nível de aprendizado; orientar os professores e alunos. Às escolas promovem a educação, a cultura e o desporto numa linha de comprometimento com um ensino de qualidade, adequado à realidade, favorecendo a formação de um homem independente, crítico, criativo e capaz de operar mudanças. As escolas rurais, ainda devem atuar no sentido de propiciar ao homem do campo oportunidade de crescimento sócio-cultural e educativo, sendo instrumento transformador do meio com o qual se identifica visando a permanência sustentável nas áreas rurais.

Na rede privada, o município conta com a escola especial CAEE Rosa de Saron - Pestalozzi e a escola Centro Educacional Galileu Galilei que atende a educação infantil, ambas localizadas na sede do município.

#### Matrículas na Educação Básica

Averiguar o número de matrículas na Educação Básica por nível, modalidade de ensino e dependência administrativa.  
Obs: O indicador contempla o número de matrículas das escolas públicas (federal, estadual e municipal) e privadas de Educação Básica, nas modalidades de Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, nos níveis/etapas da educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio. As

Ano	Estadual		Municipal		Privado		Total	
	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)
2003	11	3.958	45	2.816	2	222	58	6.996
2004	11	3.644	39	2.814	2	226	52	6.684
2005	13	3.798	39	2.962	2	208	54	6.968
2006	15	3.874	40	2.909	2	196	57	6.979
2007	19	3.936	39	2.731	2	182	60	6.849
2008	8	3.738	38	2.752	2	171	48	6.661
2009	8	3.573	38	2.713	2	203	48	6.489
2010	7	3.618	33	2.546	1	72	41	6.236
2011	7	3.415	33	2.545	1	64	41	6.024
2012	7	3.348	33	2.489	1	58	41	5.895
2013	7	3.395	32	2.612	1	13	40	6.020
<b>Total Geral</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>73</b>	<b>-</b>

\* No cálculo dos totais foram considerada(o)s apenas Escola(s) distinta(o)s.

FONTE: Censo Escolar

<http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3202108>

De acordo com os dados do INEP/Censo Escolar, em Ecoporanga, houve uma redução do número de escolas no município de 60 (sessenta) escolas (em 2007), para 40 (quarenta) escolas (em 2013), com redução gradativa de matrículas e turmas e um aumento significativo do número de professores. Acredita-se que esta disparidade entre matrículas/professores se deve ao fechamento das escolas rurais devido ao êxodo rural, a legislação que exige a contratação de professores de outras



disciplinas/áreas e para atuar em projetos desenvolvidos nas escolas como educação de tempo integral, salas de recursos com inclusão e outras.

### Nº de Escola/matrículas/docentes/turmas do município de Ecoporanga

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	60	6.849	287	331
2008	48	6.661	285	332
2009	48	6.489	308	323
2010	41	6.236	282	294
2011	41	6.024	278	279
2012	41	5.895	289	278
2013	40	6.020	301	280

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Informações sobre o Município de Ecoporanga

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	903	538	2.342	774	1.768	2.153	4.417	12.895
	2007	805	414	2.352	747	1.732	2.384	5.428	13.862
	2010	811	443	2.361	781	1.624	2.469	6.283	14.772
Rural	2000	881	397	2.112	781	1.614	1.475	3.823	11.083
	2007	543	297	1.466	495	1.032	1.346	3.556	8.735
	2010	471	245	1.326	451	856	1.296	3.788	8.433
Total	2000	1.784	935	4.454	1.555	3.382	3.628	8.240	23.978
	2007	1.348	711	3.818	1.242	2.764	3.730	8.984	22.597

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
	2010	1.282	688	3.687	1.232	2.480	3.765	10.071	23.205
PIB(2)	IDH(3)	IDI(4)		Taxa de analfabetismo(5)					
220.447	0.70	0.69		População de 10 a 15 anos				População de 15 anos ou mais	
				4.00				25.00	

Fonte: Inep / MEC

### Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Ecoporanga

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2007	6	1	7
	2008	6	1	7
	2009	6	1	7
	2010	6	0	6
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	2007	6	0	6
	2008	7	0	7
	2009	7	0	7
	2010	7	0	7
Regular - Ensino Médio	2007	3	0	3
	2008	3	0	3
	2009	3	0	3

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2010	3	0	3
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	2007	13	4	17
	2008	6	0	6
	2009	4	0	4
	2010	3	0	3
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	2007	1	0	1
	2008	1	0	1
	2009	2	0	2
	2010	3	0	3
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	2007	1	0	1
	2008	1	0	1
	2009	1	0	1
	2010	1	0	1

Fonte: Inep / MEC

**Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Ecoporanga**

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
Regular - Creche	2007	10	2	12
	2008	10	5	15
	2009	10	6	16

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
	2010	9	7	16
Regular - Pré-Escola	2007	9	4	13
	2008	9	5	14
	2009	9	7	16
	2010	8	7	15
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2007	4	23	27
	2008	4	21	25
	2009	4	19	23
	2010	4	15	19
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	2007	1	1	2
	2008	1	1	2
	2009	1	1	2
	2010	1	1	2

Fonte: Inep / MEC

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/3202108>

O município de Ecoporanga possui, vinculados à educação:

Conselho Municipal de Educação – CME

Conselho de Acompanhamento do FUNDEB

Conselho de Alimentação Escolar – CAE

E uma rede de ensino que possui 20 escolas que ministram Ensino Pré-escolar, 20 Ensino Fundamental e 03 do Ensino Médio.



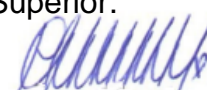


**Número de matrículas na Educação Básica por nível, modalidade de ensino e dependência administrativa.**

Ano	Educação de Jovens e Adultos		Educação Especial		Educação Infantil Regular		Educação Profissional de Nível Técnico		Ensino Fundamental Regular		Ensino Médio (exceto Integrado e Normal/Magistério)		Ensino Médio Integrado		Ensino Médio Normal/Magistério		Ensino Médio Regular (Até 2006)		Total	
	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)
2003	7	618	1	70	15	1.225	-	-	42	4.124	-	-	-	-	-	-	2	959	58	6.996
2004	8	554	1	74	15	1.244	-	-	37	4.034	-	-	-	-	-	-	2	778	52	6.684
2005	9	598	1	80	15	1.327	-	-	37	4.043	-	-	-	-	-	-	3	920	54	6.968
2006	13	668	1	80	15	1.256	-	-	37	4.049	-	-	-	-	-	-	4	926	57	6.979
2007	18	744	1	78	15	1.130	1	50	37	3.976	4	853	-	-	1	18	-	-	60	6.849
2008	7	426	1	81	16	1.178	1	84	35	4.090	4	802	-	-	-	-	-	-	48	6.661
2009	5	413	1	90	18	1.255	-	-	33	3.902	4	829	-	-	-	-	-	-	48	6.489
2010	5	454	-	-	17	1.146	1	84	28	3.771	4	746	1	35	-	-	-	-	41	6.236
2011	4	303	-	-	17	1.137	1	26	28	3.735	4	757	1	66	-	-	-	-	41	6.024
2012	2	264	-	-	17	1.074	1	130	28	3.529	4	805	1	93	-	-	-	-	41	5.895
2013	2	340	-	-	18	1.144	1	147	26	3.501	3	799	1	89	-	-	-	-	40	6.020
Total Geral	18	-	1	-	20	-	1	-	45	-	4	-	1	-	1	-	4	-	73	-

FONTE: Censo Escolar

No meio profissionalizante, o município conta com programas de educação profissional e tecnológica. Possui também entre outras a Universidade Aberta do Brasil com a finalidade ofertar cursos e programas de Educação Superior.



## **2. NÍVEIS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL**

#### **2.1.1 DIAGNÓSTICO**

Desde 1988 a Constituição Federal do Brasil instituiu a educação como direito do cidadão e dever do Estado. Tal concepção também aparece no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A educação infantil, desde então, tem passado por muitas transformações, exigindo maior responsabilidade do poder público para esta primeira etapa da Educação Básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral das crianças, nos aspectos físico, intelectual, social e psicológico, de modo a contemplar a ação da família e da comunidade.

Na educação infantil é preciso criar um ambiente de cuidados que considere as diferentes necessidades das crianças, das famílias e as condições de atendimento em cada escola. Essas considerações incluem o acolhimento às famílias, o diálogo e a parceria entre as partes. As crianças estarão se desenvolvendo de forma integral se puderem brincar e interagir em tempos e espaços intencionalmente planejados, com materiais adequados e com profissionais preparados para realizar intervenções pontuais.

Antes considerada apenas como um direito da mãe trabalhadora, a educação infantil tem sido fruto de lutas e conquistas sociais, desde a promulgação da LEI nº 9394/96 (LDB) até os movimentos mais recentes e hoje é reconhecida nacionalmente como a primeira etapa da educação básica, opção da família, dever do Estado e direito da criança.

Ao se ampliar o conceito de instituição de educação infantil como um espaço voltado para práticas educativas, superando a trajetória histórica de atendimento social e assistencial, percebe-se o grande investimento necessário para que o município de



Ecoporanga possa oferecer uma educação infantil de qualidade através de políticas públicas que tenham critérios que respeitem os direitos fundamentais das crianças.

Os números gerais da educação infantil no município de Ecoporanga, baseados nos dados do INEP/MEC, são:

**Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola – Taxa de atendimento (Censo Demográfico)**

<b>Ano</b>	<b>Crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola</b>	
2010	83,4%	630

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

**Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)**

<b>Ano</b>	<b>Crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola</b>	
2010	28,9%	343

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com o gráfico de taxa de atendimento da educação infantil do município, observa-se entre outros dados que a matrícula em 2013 de crianças de 4 a 5 anos foi de 80%, enquanto que a matrícula de 0 a 3 é de apenas 43%. Este aumento na matrícula de 4 a 5 anos tem acontecido devido à conscientização das famílias da importância da educação para o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Porém isso não ocorre de 0 a 3 anos, por considerarem a educação nessa faixa etária responsabilidade apenas dos pais, acrescenta-se a esse fato também a necessidade de construção de creches nos distritos e o fornecimento do transporte escolar para atendê-los, pois a maioria dos distritos não atende a essa demanda, bem como a ampliação de salas de educação infantil na sede, onde há procura por vagas, mas não é ofertada.

Ano	Crianças matriculadas na creche	População de 0 a 3 anos	Taxa bruta de matrícula na creche
2013	559,00	1.304,00	0,43

Ano	Crianças matriculadas na pré-escola	População de 4 a 5 anos	Taxa bruta de matrícula na pré-escola
2013	593,00	737,00	0,80

Embora o gráfico mostra que o município de Ecoporanga em 2013 tenha 94,4% de creches e 93,8% de pré-escola, faz-se necessário a realização de construção e reforma nas escolas da educação infantil e a aquisição de equipamentos apropriados para essa faixa etária, possibilitando aos alunos uma melhor comodidade e aprendizagem.

### Porcentagem de creches da Rede Pública

#### Educação Infantil

Ano	Pública	Privada
2007	93,3%	14
2008	93,8%	15
2009	94,4%	17
2010	94,1%	16
2011	94,1%	16
2012	94,1%	16

<b>Ano</b>	<b>Pública</b>		<b>Privada</b>	
2013	94,4%	17	5,6%	1

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

### Creche

<b>Ano</b>	<b>Pública</b>		<b>Privada</b>	
2007	100%	12	0%	0
2008	100%	15	0%	0
2009	100%	16	0%	0
2010	100%	16	0%	0
2011	100%	16	0%	0
2012	94,1%	16	5,9%	1
2013	94,4%	17	5,6%	1

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

### Pré-escola

<b>Ano</b>	<b>Pública</b>		<b>Privada</b>	
2007	92,9%	13	7,1%	1
2008	93,3%	14	6,7%	1
2009	94,1%	16	5,9%	1
2010	93,8%	15	6,3%	1

Ano	Pública		Privada	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2011	93,3%	14	6,7%	1
2012	93,3%	14	6,7%	1
2013	93,8%	15	6,3%	1

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com os gráficos em nosso município de 2007 a 2013 houve um crescimento de 62,1% para 85,7% de profissionais da educação com formação no ensino superior, isso revela que o profissional da educação infantil tem buscado ancorar o seu trabalho pedagógico a bases científicas e legais.

### Docentes da Educação Infantil, por formação

#### Educação Infantil / Todas as redes

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2007	0%	0	37,9%	25	0%	0	62,1%	41
2008	0%	0	20%	14	1,4%	1	78,6%	55
2009	1,3%	1	21,8%	17	2,6%	2	74,4%	58
2010	0%	0	20%	13	4,6%	3	75,4%	49
2011	0%	0	16,2%	11	1,5%	1	82,4%	56
2012	0%	0	15,7%	11	2,9%	2	81,4%	57
2013	0%	0	10%	7	4,3%	3	85,7%	60

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

#### Educação Infantil / Pública



Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2007	0%	0	37,1%	23	0%	0	62,9%	39
2008	0%	0	20%	13	0%	0	80%	52
2009	1,4%	1	21,9%	16	1,4%	1	75,3%	55
2010	0%	0	19%	12	4,8%	3	76,2%	48
2011	0%	0	15,4%	10	0%	0	84,6%	55
2012	0%	0	14,7%	10	2,9%	2	82,4%	56
2013	0%	0	9%	6	4,5%	3	86,6%	58

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

### Educação Infantil / Privada

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2007	0%	0	50%	2	0%	0	50%	2
2008	0%	0	20%	1	20%	1	60%	3
2009	0%	0	20%	1	20%	1	60%	3
2010	0%	0	50%	1	0%	0	50%	1
2011	0%	0	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	1
2012	0%	0	50%	1	0%	0	50%	1
2013	0%	0	33,3%	1	0%	0	66,7%	2

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com o observado nos dados dos gráficos, no campo a rede privada não oferta vagas e no período de 2007 a 2013, as matrículas da educação infantil no campo houve um crescimento de matrículas, num modo geral. Porém, analisando os dados da creche e da pré-escola separadamente, percebe-se o seguinte:

- Matrículas da creche passaram de 6 em 2007 para 45 em 2013.
- Matrículas da pré-escola passaram de 81 em 2007 para 82 em 2013.

Mesmo com o crescimento das matrículas tanto em creche quanto em pré-escola esse quantitativo poderia ser maior devido a dificuldade no deslocamento das crianças de seus lares para as escolas e na oferta de vagas que ainda é pequena.

Para o campo, é necessário um olhar especial em relação ao atendimento, construindo escolas em pontos estratégicos, levando em consideração o número de alunos, principalmente onde há uma maior demanda e a difícil locomoção dessas crianças do lar até a escola.

#### Matrículas da Educação Infantil no campo

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	87	87	0
2008	115	115	0
2009	120	120	0
2010	123	123	0
2011	126	126	0
2012	115	115	0
2013	127	127	0

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

#### Etapa / Creche

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	6	6	0

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2008	27	27	0
2009	25	25	0
2010	40	40	0
2011	31	31	0
2012	24	24	0
2013	45	45	0

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

### Etapa / Pré-escola

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	81	81	0
2008	88	88	0
2009	95	95	0
2010	83	83	0
2011	95	95	0
2012	91	91	0
2013	82	82	0

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

Como consta no gráfico, o atendimento integral na educação infantil entre 2011 e 2013 foi de 26,4%, revelando uma quantidade mínima de crianças atendidas. Para que aconteça o atendimento integral das crianças na educação infantil é necessário que seja reformulada toda a rede de ensino municipal de educação a partir de novas

estruturas físicas apropriadas, conscientização das famílias sobre a importância da educação infantil em tempo integral e um sistema de ensino pedagógico adequado para o período integral, que favoreça a aprendizagem e a socialização num ambiente acolhedor.

**Porcentagem de matrículas em tempo integral na Educação Infantil**

**Educação Infantil / Todas as redes**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	
2011	26,4%	300
2012	24,4%	262
2013	26,4%	302

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

**Educação Infantil / Redes / Municipal**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	
2011	26,6%	300
2012	24,6%	262
2013	26,6%	302

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

A Educação Infantil vive um momento significativo na história do nosso município, com o grande desafio de possibilitar as crianças de 0 a 5 anos o acesso a uma educação de qualidade em instituições públicas com espaços e equipamentos adequados as suas necessidades e individualidades. Faz-se necessário por tanto que o poder público realize ações que possibilitem não apenas o acesso, mas também a permanência na educação infantil de todas as crianças de 0 a 5 anos do município.

## META 1

**“Alcançar, até 2016, 90% de frequência na Educação Infantil na pré-escola das crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”**

## ESTRATÉGIAS

1.1. Contratação de empresas capacitadas para elaboração de projetos de construção, ampliação e manutenção das escolas, juntamente com uma comissão da educação municipal, para orientar e acompanhar os projetos, visando atender as necessidades do professor, do aluno e da comunidade escolar, fiscalizando as futuras obras e as obras em andamento e reforma, fazendo-se cumprir a lei de acessibilidade, com a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos adaptados. A proposta deverá atender a sede, os bairros mais distantes e populosos da sede, bem como os distritos que ofertam o atendimento à educação infantil de forma precária e irregular em prédios alugados e localizados em lugares inadequados, de modo a atender 100% das crianças de 0-5 anos em tempo integral/parcial, de acordo com a opção da família, até o sexto ano de vigência deste PME.

1.2 Atendimento de todas as crianças através da ampliação da oferta de vagas em creches e pré-escolas em todos os bairros que apresentem demanda comprovada através de estudos realizados por instituições reconhecidas, fazendo-se cumprir a portaria de matrícula e acompanhamento rigoroso da frequência escolar.

1.3 Realizar levantamento semestral das crianças de 0-5 anos do nosso município com parceria das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, com a criação de um banco de dados com atualização a cada semestre, acessível a todos os interessados (Escolas, Ministério Público, Secretaria de Assistência Social).

1.4 Equipar a Secretaria de Educação com profissionais especializados para implementar, até o segundo ano de vigência deste PME a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em Parâmetros Nacionais de qualidade, afim de aferir a infra estrutura física do quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, através de reuniões, envolvendo os membros de toda a comunidade escolar e local. Deverá ser feita uma análise dos pontos críticos,

replanejando e reestruturando se necessário, fazendo uma devolutiva para a população.
1.5 Buscar parceria com as universidades para oferecer capacitação para os professores de educação infantil voltada para a nossa realidade, além de fornecer equipamentos e materiais aos professores, para realizar esta capacitação e equipar as escolas para que o fazer pedagógico seja conforme a capacitação.
1.6 Criar parcerias entre a coordenação da educação infantil e a equipe pedagógica dos CMEIs para a elaboração de documentos norteadores da educação infantil e buscar parcerias com as faculdades para que adequem sua grade curricular mais voltada para as necessidades da educação infantil, de 0-5 anos.
1.7 Implantação de núcleos nas comunidades, nucleando os alunos em escolas próximas à sua residência, analisando estes alunos em suas especialidades, ofertando transporte adequado para essa faixa etária.
1.8 Adequar às escolas e estruturas físicas para receber os alunos especiais, fornecendo mobiliário e material pedagógico adaptado.
1.9 Proporcionar cursos que orientem como lidar com esses alunos e como manusear os materiais dos recursos multifuncionais.
1.10 Contratação de profissionais capacitados para cada necessidade especial, que possa atender de modo itinerante a todos os CMEIs,
1.11 Criar portaria que defina o número máximo de crianças por sala, quando houver alunos especiais.
1.12 Assegurar a participação das famílias de baixa renda das crianças matriculadas na educação infantil, nos programas sociais vinculadas ao poder público municipal, diminuindo o número de evasão escolar implementando e monitorando a frequência na educação infantil.
1.13 Realizar e publicar levantamento anual da demanda manifesta por educação infantil, com a colaboração das secretarias de educação, assistência social e saúde como forma de planejar e verificar o atendimento.
1.14 Construir e ampliar creches e pré-escolas para atendimento de crianças de 0-5 anos em período integral, ofertando vagas para atendimento a todas as crianças dessa faixa etária, bem como materiais específicos para esse tipo de atendimento.





## 2.2 ENSINO FUNDAMENTAL

### 2.2.1 DIAGNÓSTICO

A Constituição Brasileira define que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

O artigo 208 da Constituição Brasileira preconiza ainda, a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. A formação básica do cidadão de acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96, artigo 32) é prioridade oferecê-la a toda a população.

No município, o ensino fundamental é ofertado em 40 escolas, das quais 32 são da rede municipal, 07 da rede estadual e 01 da rede privada.

#### Dados Gerais de Educação do Município de Ecoporanga/ES

##### Indicadores da Educação Básica do Município de Ecoporanga/ES

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	60	6.849	287	331
2008	48	6.661	285	332
2009	48	6.489	308	323
2010	41	6.236	282	294
2011	41	6.024	278	279
2012	41	5.895	289	278
2013	40	6.020	301	280

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela educação



A taxa de matrícula na Educação Básica entre 2007 e 2013 sofreu uma redução em torno de 12% e o número de escolas uma redução de 32%. Houve redução também no número de turmas, no entanto houve um aumento do número de docentes.

#### **Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

<b>Ano</b>	<b>Total do indicador</b>
2006	20,5
2007	19,7
2008	19,4
2009	18,3
2010	16
2011	16,3
2012	14,4
2013	14,5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela educação

Entre os anos de 2006 a 2013 houve uma redução do número de alunos com distorção idade-série dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

#### **Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental**

<b>Ano</b>	<b>Total do indicador</b>
2006	30,8
2007	29,4
2008	30,8
2009	31,3



Ano	Total do indicador
2010	28
2011	28
2012	29,6
2013	30,4

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental a distorção idade-série teve uma variação. Nos anos de 2010 e 2011 houve uma queda, mas no ano de 2013 o indicador é praticamente o mesmo de 2006.

#### Ensino Fundamental / Anos iniciais

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	466	466	0
2008	459	459	0
2009	428	428	0
2010	372	372	0
2011	403	403	0
2012	396	396	0
2013	377	377	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

#### Ensino Fundamental / Anos finais

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
-----	----------------	---------	---------

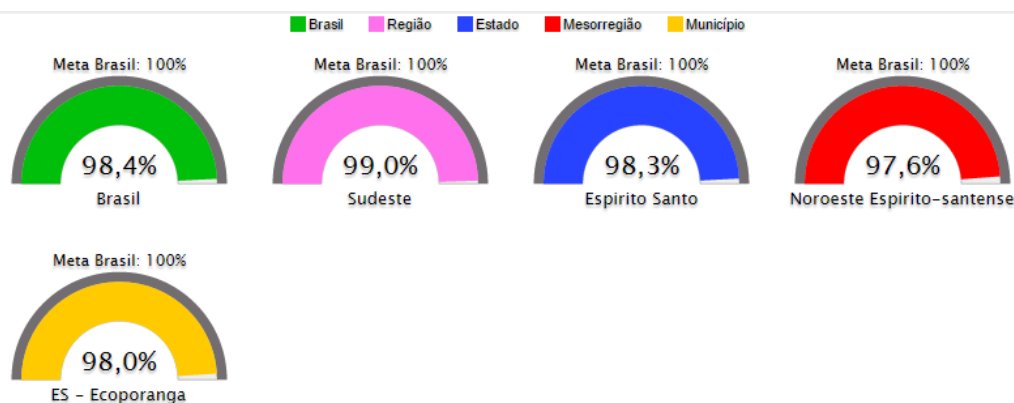
*[Handwritten signature]*

Ano	Todas as		
	redes	Pública	Privada
2007	82	82	0
2008	105	105	0
2009	97	97	0
2010	90	90	0
2011	85	85	0
2012	74	74	0
2013	73	73	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Se compararmos os anos iniciais com os anos finais do Ensino Fundamental da educação no campo, podemos perceber que nos anos iniciais houve redução no número de alunos, enquanto nos anos finais o número permaneceu estável.

#### Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

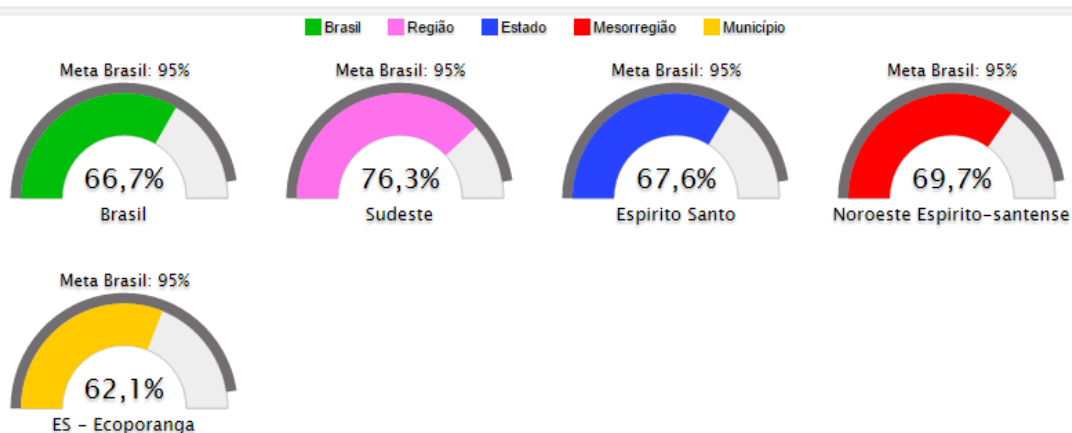


Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

De acordo com o Censo demográfico no ano de 2010, 98% das crianças até 14 anos estavam frequentando a escola no município de Ecoporanga. Isso significa que estamos próximo da média nacional que é de 98,4%.

## Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

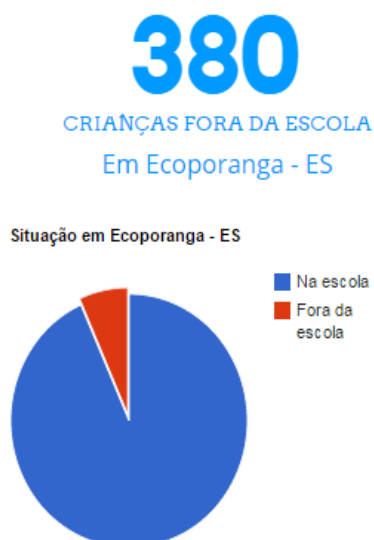


Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional - 2010

No nosso município 62,1% das pessoas de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental. Estamos próximo da média nacional que é de 66,7%, mas longe de alcançar a meta nacional que é de 95% até 2024.

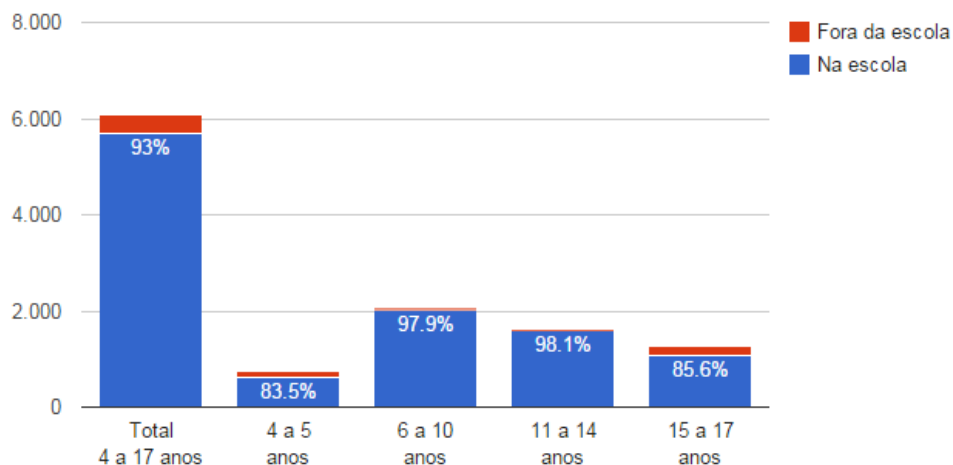
Perfis das crianças fora da escola (4 a 17 anos)	
<b>Sexo</b>	
Masculino: 60.1%	Feminino: 39.9%
<b>Cor / raça</b>	
Branco: 15.5%	Negro: 84.5%
<b>Localização</b>	
Rural: 77.4%	Urbana: 22.6%
<b>Nível de instrução dos responsáveis</b>	
Sem instrução e fundamental incompleto: 69.9%	
Fundamental completo e médio incompleto: 13.7%	
Médio completo ou superior: 16.4%	
<b>Renda média domiciliar</b>	
Até 1/2 salário mínimo: 71.0%	
De 1/2 a 1 salário mínimo: 21.0%	
Mais de 1 salário mínimo: 7.2%	



De acordo com dados do UNICEF a porcentagem de crianças fora da escola é maior entre as crianças negras, residentes na zona rural, sexo masculino, pais/responsáveis sem nível de instrução ou com fundamental incompleto e com renda média familiar de ½ salário mínimo.

Fora da escola em Ecoporanga (ES): **380**

Passa o mouse sobre as barras do gráfico para ver os números



FAIXA ETÁRIA	4 a 5	6 a 10	11 a 14	15 a 17	TOTAL
Fora da Escola	124	42	32	182	380
Na Escola	630	2299	1686	1082	5697
<b>TOTAL</b>	<b>754</b>	<b>2341</b>	<b>1718</b>	<b>1264</b>	<b>6077</b>

Os índices de crianças fora da rede pública de ensino trazem como consequência a distorção idade-ano, como é possível constatar na tabela acima.

O enfrentamento desse problema constitui nosso grande desafio: o de garantir não só o acesso, mas principalmente a permanência do aluno na escola, via estabelecimento de políticas públicas voltadas para educação a curto, médio e longo prazo; investimento de mais recursos em escolas e em professores; e uma maior valorização dos profissionais da educação.

## META 2

**Proporcionar o Ensino Fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos, garantindo que pelo menos 98,5% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do Plano Nacional da Educação.**

## ESTRATÉGIAS

2.1. Estabelecer a partir da aprovação deste Plano, o atendimento à demanda do ensino fundamental, o máximo de 25 alunos por classe nos anos iniciais de 1º ao 3º ano e 30 alunos para o 4º e 5º ano e 35 alunos para os anos finais do 6º ao 9º ano.

2.2. Proceder durante a vigência deste Plano, um mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças faltosas e as que estão fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.

2.3. Avaliar o aluno a partir do primeiro ano de vigência deste Plano em todo o seu processo de aprendizagem, e não apenas ao final do ano, considerando suas dificuldades como indicadores para a reorganização do ensino e da aprendizagem;

2.4. Estabelecer a partir do primeiro ano de vigência deste Plano um programa de discussão com os pais sobre as concepções e procedimentos de avaliação dos alunos.

2.5. Estabelecer a partir do primeiro ano de vigência deste Plano em colaboração com a União, o Estado, programas de apoio à aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso para reduzir as taxas de repetência e evasão.

2.6. Assegurar a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, condições de aprendizagem a todos os alunos mediante:

- a. Providências de acompanhamento imediato, quando detectadas as necessidade de reforço;
- b. Aumento do tempo de permanência na escola para aulas de reforço, atendendo o aluno em período integral;
- c. Oferta de material didático adequado;
- d. Organização de salas heterogêneas, agrupando os alunos e garantindo que em cada sala haja diversidade de desempenho e comportamento.

2.7. Implementar a partir do primeiro ano de vigência deste Plano planejamento arquitetônico e administrativo para as escolas, com a participação da comunidade escolar, de modo a garantir unidades funcionais, incluindo:

- a. Espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
- b. Instalações sanitárias e materiais de higiene pessoal e de limpeza;
- c. Espaços cobertos para a prática de recreação e Educação Física e recursos



materiais para esporte, bem como duchas e refeitórios; arte, biblioteca, e serviço de merenda escolar de qualidade, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição;

d. Adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com deficiência;

e. Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;

f. Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

g. Telefone e serviço de reprodução de textos;

h. Informática e equipamento multimídia para o ensino;

i. Sistema de reciclagem de lixo, com coleta periódica em todas as unidades de ensino;

j. Laboratórios de informática e de ciências com recursos materiais e atualização contínua.

2.8. Assegurar que, em 05 (cinco) anos, as escolas atendam à totalidade dos requisitos de infraestrutura definidos, adequando os espaços e ambientes escolares para a ampliação das atividades extracurriculares.

2.9. Ampliar a partir do primeiro ano de vigência deste Plano a rede física da rede municipal de ensino, priorizando o atendimento da demanda escolar de forma a garantir a existência de escola próxima à residência.

2.10. Realizar a partir do primeiro ano de vigência deste Plano fórum sobre a proposta curricular para revisar a proposta curricular com base na reflexão sobre a organização do ensino, aproximando os conteúdos ministrados do cotidiano dos educandos, promovendo aprendizado com significado, com o objetivo de eliminar a fragmentação de conteúdo.

2.11. Regularizar a partir do primeiro ano de vigência deste Plano o fluxo escolar, reduzindo as taxas de reprovação, distorção idade/ano, evasão e abandono escolar, garantindo sucesso e avanços ao longo do curso, por meio da organização de turmas de progressão – trabalho paralelo no Atendimento de Apoio Pedagógico específico, reestruturando e ampliando os tempos e os espaços de aprendizagem no ambiente escolar.

2.12. Garantir, no prazo de 01 (um) ano de vigência deste Plano, a estruturação e o funcionamento do atendimento de apoio pedagógico em todas as unidades de ensino, priorizando os alunos que apresentem dificuldades em acompanhar a

proposta curricular, de forma a reduzir os índices de reprovação, de distorção idade/ano e de evasão escolar.

2.13. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, assessoria e acompanhamento contínuo das equipes técnicas das escolas na construção, atualização e avaliação dos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos.

2.14. Implementar a partir do primeiro ano de vigência deste Plano programas de incentivo às ações culturais e artísticas para as unidades de ensino da rede municipal, considerando a diversidade de expressões culturais.

## 2.3 ENSINO MÉDIO

### 2.3.1 DIAGNÓSTICO

É importante lembrar que a expressão “ensino médio” é universal e designa, em todos os países, a etapa de ensino situada entre a educação elementar e o ensino superior. É, basicamente, destinada à formação de jovens e adolescentes e dirigida, também, em certos países como o Brasil, aos jovens e adultos que a ela não tiveram acesso na chamada idade própria. Existem, no entanto, diferenças significativas de interpretação por esses países a respeito das etapas ou ciclos do sistema educacional que devem corresponder ao ensino de nível médio.

(BONITATIBUS, 1991).

Com o objetivo de diagnosticar a situação do Ensino Médio do Município de Ecoporanga, fez-se a análise dos dados estatísticos fornecidos pelo MEC/INEP/IDEB sobre o número de matrícula, aprovação, reprovação, distorção idade/série e a formação dos professores que atuam nesse nível de ensino, com o propósito de traçar um panorama do Ensino Médio em nosso Município.

Pode se verificar, na tabela a seguir, que houve um crescimento de alunos matriculados entre 2003 a 2013. Contudo, a partir de 2008 observa-se um declínio no número de matrículas efetivadas.

**Número de matrículas na Educação Básica por nível, modalidade de ensino e dependência administrativa.**



Ano	Educação de Jovens e Adultos		Educação Profissional de Nível Técnico		Ensino Médio (exceto Integrado e		Ensino Médio Integrado		Ensino Médio Normal/Magistério		Ensino Médio Regular (Até 2006)	
	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)	Escola(s)*	Matrícula(s)
2003	7	618	-	-	-	-	-	-	-	-	2	959
2004	8	554	-	-	-	-	-	-	-	-	2	778
2005	9	598	-	-	-	-	-	-	-	-	3	920
2006	13	668	-	-	-	-	-	-	-	-	4	926
2007	18	744	1	50	4	853	-	-	1	18	-	-
2008	7	426	1	84	4	802	-	-	-	-	-	-
2009	5	413	-	-	4	829	-	-	-	-	-	-
2010	5	454	1	84	4	746	1	35	-	-	-	-
2011	4	303	1	26	4	757	1	66	-	-	-	-
2012	2	264	1	130	4	805	1	93	-	-	-	-
2013	2	340	1	147	3	799	1	89	-	-	-	-
Total Geral	18	-	1	-	4	-	1	-	1	-	4	-

FONTE: Censo Escolar

Obs.: Os dados listados foram observados entre os anos de 2003 a 2013. Tendo como foco principal o Ensino Médio.

No entanto, comparando-se a população residente em Ecoporanga, na faixa etária entre 15 e 17 anos, idade apropriada para cursar o Ensino Médio, se apresenta bem maior que o total de alunos matriculados nesse nível de ensino. Além disso, sabe-se que muitos desses alunos matriculados atualmente no Ensino Médio têm idade superior a 17 anos. Alguns dados estatísticos podem nos ajudar a esclarecer essa

discrepância, como o alto índice de reprovação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na rede pública, e o índice de abandono, o que provoca a distorção idade / série anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

**Distorção Idade Série Ensino Médio no Município de Ecoporanga 2007-2013**

Ano	Dependência Administrativa	Ensino Médio														
		1ª Série			2ª Série			3ª Série			4ª Série			Total		
		Matrícula		Fora Faixa	Matrícula		Fora Faixa	Matrícula		Fora Faixa	Matrícula		Fora Faixa	Matrícula		Fora Faixa
		Inicial	Matrícula	%	Inicial	Matrícula	%	Inicial	Matrícula	%	Inicial	Matrícula	%	Inicial	Matrícula	%
2007	Estadual	329	133	40,43%	246	84	34,15%	277	75	27,08%	-	-	-	852	292	34,27%
	Privada	5	0	0,00%	6	0	0,00%	7	0	0,00%	-	-	-	18	0	0,00%
	<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>133</b>	<b>39,82%</b>	<b>252</b>	<b>84</b>	<b>33,33%</b>	<b>284</b>	<b>75</b>	<b>26,41%</b>	-	-	-	<b>870</b>	<b>292</b>	<b>33,56%</b>
2008	Estadual	319	103	32,29%	267	75	28,09%	197	62	31,47%	-	-	-	783	240	30,65%
	Privada	9	1	11,11%	5	0	0,00%	5	0	0,00%	-	-	-	19	1	5,26%
	<b>Total</b>	<b>328</b>	<b>104</b>	<b>31,71%</b>	<b>272</b>	<b>75</b>	<b>27,57%</b>	<b>202</b>	<b>62</b>	<b>30,69%</b>	-	-	-	<b>802</b>	<b>241</b>	<b>30,05%</b>
2009	Estadual	311	91	29,26%	243	63	25,93%	223	54	24,22%	-	-	-	777	208	26,77%
	Privada	5	0	0,00%	9	0	0,00%	5	0	0,00%	-	-	-	19	0	0,00%
	<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>91</b>	<b>28,80%</b>	<b>252</b>	<b>63</b>	<b>25,00%</b>	<b>228</b>	<b>54</b>	<b>23,68%</b>	-	-	-	<b>796</b>	<b>208</b>	<b>26,13%</b>
2010	Estadual	298	90	30,20%	266	55	20,68%	201	45	22,39%	-	-	-	765	190	24,84%
	Privada	5	0	0,00%	5	0	0,00%	6	0	0,00%	-	-	-	16	0	0,00%
	<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>90</b>	<b>29,70%</b>	<b>271</b>	<b>55</b>	<b>20,30%</b>	<b>207</b>	<b>45</b>	<b>21,74%</b>	-	-	-	<b>781</b>	<b>190</b>	<b>24,33%</b>
2011	Estadual	318	102	32,08%	270	72	26,67%	231	40	17,32%	-	-	-	819	214	26,13%
	Privada	-	-	-	0	0	-	4	0	0,00%	-	-	-	4	0	0,00%
	<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>102</b>	<b>32,08%</b>	<b>270</b>	<b>72</b>	<b>26,67%</b>	<b>235</b>	<b>40</b>	<b>17,02%</b>	-	-	-	<b>823</b>	<b>214</b>	<b>26,00%</b>
2012	Estadual	367	112	30,52%	288	92	31,94%	233	59	25,32%	-	-	-	888	263	29,62%
	Privada	10	0	0,00%	0	0	-	-	-	-	-	-	-	10	0	0,00%
	<b>Total</b>	<b>377</b>	<b>112</b>	<b>29,71%</b>	<b>288</b>	<b>92</b>	<b>31,94%</b>	<b>233</b>	<b>59</b>	<b>25,32%</b>	-	-	-	<b>898</b>	<b>263</b>	<b>29,29%</b>
2013	Estadual	362	113	31,22%	276	77	27,90%	250	71	28,40%	-	-	-	888	261	29,39%
	<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>113</b>	<b>31,22%</b>	<b>276</b>	<b>77</b>	<b>27,90%</b>	<b>250</b>	<b>71</b>	<b>28,40%</b>	-	-	-	<b>888</b>	<b>261</b>	<b>29,39%</b>

Fonte: Censo Escolar - 2013 - SEDU/GEIA/SEE

**Taxas de Abandono, Aprovação e Reprovação por Rede do Ensino Médio no Município de Ecoporanga 2007-2012**

Ano	Rede Escolar	Abandono		Aprovado		Reprovado	
		Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%
2007	<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>12,56</b>	<b>679</b>	<b>78,95</b>	<b>73</b>	<b>8,49</b>
	Estadual	108	12,83	661	78,50	73	8,67
	Privada	0	0,00	18	100,00	0	0,00
2008	<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>11,57</b>	<b>645</b>	<b>83,88</b>	<b>35</b>	<b>4,55</b>
	Estadual	89	11,85	627	83,49	35	4,66
	Privada	0	0,00	18	100,00	0	0,00
2009	<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>7,10</b>	<b>710</b>	<b>86,90</b>	<b>49</b>	<b>6,00</b>
	Estadual	58	7,26	692	86,61	49	6,13
	Privada	0	0,00	18	100,00	0	0,00
2010	<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>7,62</b>	<b>642</b>	<b>84,36</b>	<b>61</b>	<b>8,02</b>
	Estadual	58	7,81	624	83,98	61	8,21
	Privada	0	0,00	18	100,00	0	0,00
2011	<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>11,08</b>	<b>673</b>	<b>81,97</b>	<b>57</b>	<b>6,94</b>
	Estadual	91	11,14	669	81,88	57	6,98
	Privada	0	0,00	4	100,00	0	0,00
2012	<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>9,46</b>	<b>658</b>	<b>74,10</b>	<b>146</b>	<b>16,44</b>
	Estadual	84	9,56	651	74,06	144	16,38
	Privada	0	0,00	7	77,78	2	22,22

Fonte: Censo Escolar - 2007 a 2012 - SEDU/GEIA/SEE

*Carminha*

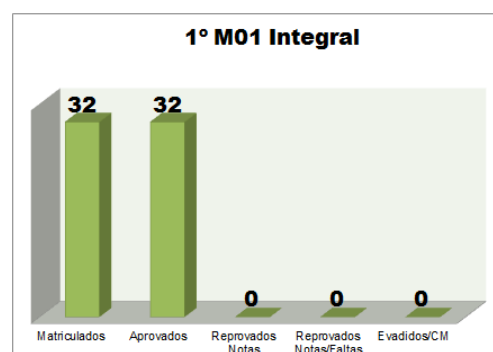
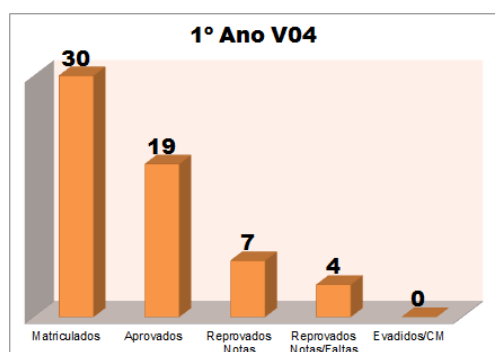
### Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em Ecoporanga

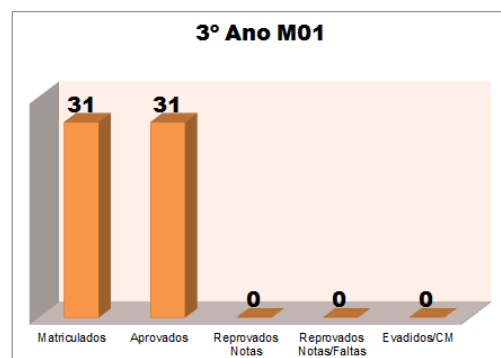
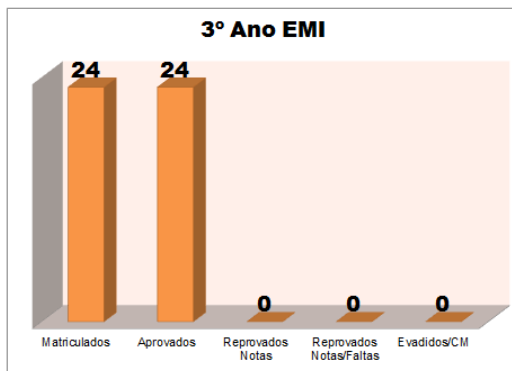
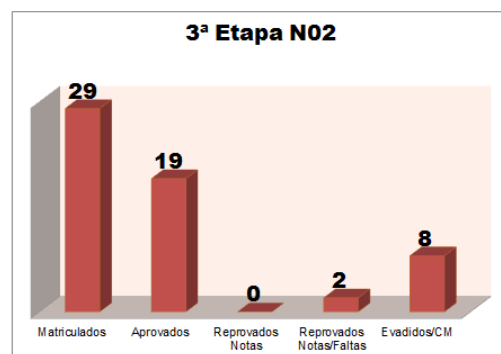
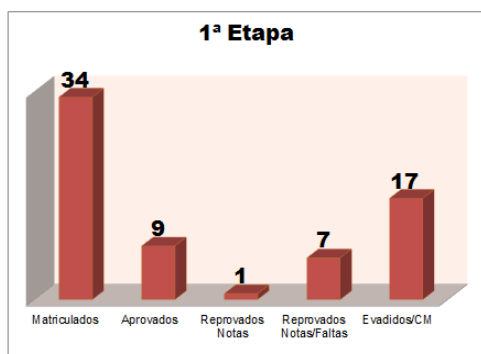
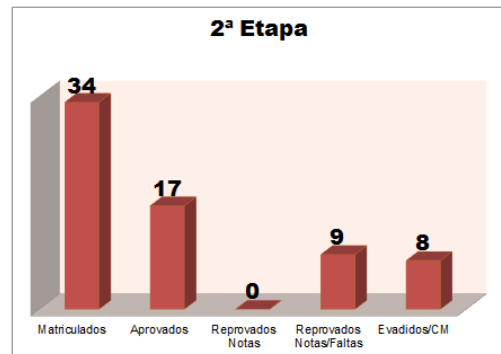
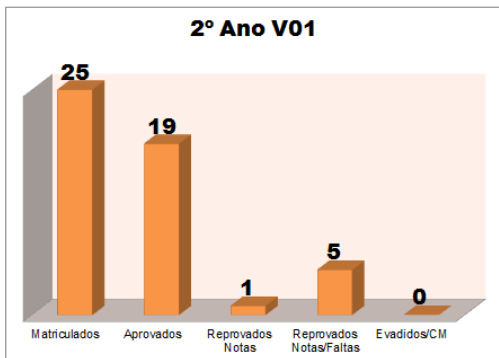
Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009		
Rede Estadual	2009	438.10	455.00
Rede Municipal	2009		
Rede Privada	2009		

Fonte: INEP/IBGE

Entre os fatores que influenciam no baixo rendimento e / ou evasão escolar pode se citar: A dualidade entre formar no Ensino médio para inserção no trabalho e cursar o Ensino Superior; O abandono dos estudos para trabalhar; A aprendizagem não significativa; A desvalorização da formação acadêmica; As mudanças do governo fragmentando o percurso da educação; Falta de continuidade dos projetos pedagógicos; Falta de políticas públicas voltadas para um censo comum; Pouco tempo para cumprimento das metas e diretrizes do Ensino Médio.

Quanto à formação do total de professores que lecionam nessa etapa da educação básica. 100% têm nível superior (SEC,MEC/INEP, 2006). Em contrapartida, o desempenho dos alunos desse mesmo segmento não apresenta dados satisfatórios, especialmente na rede estadual de ensino.





Os gráficos apresentados sobre o Ensino Médio demonstram um declínio na matrícula de 15,36% entre 2003 a 2013, entretanto, a redução progressiva deste nível de ensino não significa a presença de problemas, mas demonstra que os alunos estão concluindo a educação básica na idade correta. O Ensino Médio, no cenário nacional, sofre com a dualidade entre formar para o trabalho ou oferecer subsídios para o ingresso no ensino superior. Nesse embate, este nível de ensino precisa definir seus rumos e resgatar a sua identidade. Esta preocupação não é

exclusiva do Município de Coporanga, ela já foi expressa no Plano Nacional de Educação (2001), que lançou mão das Novas Diretrizes Curriculares do ensino Médio na tentativa de superação destes problemas e apontou a necessidade de implementação de uma política de formação continuada para os professores dessa modalidade de ensino.

**Recursos repassados pelo programa Ensino Médio Inovador por meio do PDDE**

Ano	Total	
	Escola(s)	Reais
2012	1	60.000,00

FONTE: FNDE

<b>META 3</b>
<b>Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.</b>
<b>ESTRATÉGIAS</b>
3.1. Trabalhar com conteúdos significativos (conteúdos para a vida prática do indivíduo) integrando teoria e prática: educação financeira, etiqueta, direitos e deveres, valores essenciais à vida em sociedade, empreendedorismo, etc).
3.2. Fortalecer e ampliar Programas de Correção de Fluxo e instituir programas de reforço escolar com professor diferente do titular a fim de reduzir as disparidades entre estudantes com defasagem de aprendizagem.
3.3. Fortalecer e ampliar o PRÉ ENEM para preparação dos alunos para o exame nacional do ensino médio.
3.4. Criar e ampliar em parceria com o Estado, turmas de EJA para o Ensino Médio, utilizando espaço físico das escolas do interior, para atender os estudantes que a ele não tiveram acesso na idade própria.
3.5. Estimular a prática do estágio na educação profissional.
3.6. Acompanhar e monitorar a frequência dos estudantes beneficiários de programas de assistência social.
3.7. Buscar parcerias com o programa de agentes comunitários e da assistência social para a busca dos jovens que se encontram fora da escola.



3.8. Combater a discriminação, preconceito e à prática do <i>bullying</i> no ambiente escolar através de projetos de conscientização envolvendo a comunidade a fim de evitar a exclusão e a evasão.
3.9. Investir no esporte e garantir profissionais qualificados como forma de prevenção e resgate dos jovens em situações de risco.
3.10. Cobrar do Estado a resolução do problema da internet nas escolas que não funciona tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento de aulas com o recurso, impedindo assim que muitos jovens sejam incluídos na era digital o que contribui para a exclusão econômica e social, uma vez que a sociedade encontra-se informatizada.
3.11. Atingir a universalização e atendimento escolar para a população de 15 e 17 anos ofertando propostas que assegure a conclusão do Ensino Médio para diminuir o índice de evasão e defasagem idade/ano.
3.12. Manter e ampliar os programas e ações de correções de fluxos no Ensino Médio realizando acompanhamento coletivo e individual.
3.13. Garantir e fiscalizar a rota e as condições do transporte periodicamente, conforme o calendário escolar, a fim de evitar a evasão do aluno.
3.14. Adequar a estrutura física da escola, de acordo a necessidade do aluno e com realidade do curso ofertado pelo governo.
3.15. Valorizar o profissional do magistério para que ele possa se dedicar exclusivamente a uma educação de qualidade.
3.16. Delimitar o número de alunos nas salas de aula, evitando a superlotação, para que haja uma aprendizagem de qualidade.
3.17. Desenvolver projetos na escola com o objetivo de resgatar a participação da família no cotidiano escolar do aluno, a fim de assegurar valores e princípios essenciais à formação do indivíduo.
3.18. Resgatar e ampliar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, garantindo o atendimento da população de 15 a 17 anos e de adultos da zona rural e urbana, com uma perspectiva de inclusão no mercado de trabalho.
3.19. Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.



3.20. Assegurar a fiscalização das escolas existentes, garantindo os padrões mínimos estabelecidos.

## 2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL / INCLUSÃO

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. O processo de escolarização foi por muito tempo privilégio de um grupo, uma exclusão marcada pelas políticas e práticas educacionais reproduzidas socialmente. As políticas públicas brasileiras, desde a lei de Diretrizes e Bases de 1996, têm defendido o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Nesse contexto, a inclusão apresenta-se como necessária para que se faça cumprir a Legislação vigente.

O atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino, de acordo com a Constituição Federal e Estadual, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normas dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

A referida legislação confere legitimidade e acessibilidade à pessoa com necessidades educacionais especiais. A participação efetiva desses alunos no sistema regular de ensino é, também, garantida pela Declaração de Salamanca e pela Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com necessidades especiais (Convenção da Guatemala).

Mas as disposições legais, no entanto, não devem ser entendidas como garantia para a legitimação da presença ativa desse aluno no ensino regular, mesmo com todas suas possibilidades de construção de conhecimentos e inserção social. O ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns



sem a criação e oferta de condições e recursos adequados, pode levar à evasão escolar, à repetência e ao desinteresse nas atividades escolares dos educandos, e o que seria inclusão passa a constituir processo de exclusão.

Diante do exposto, percebe-se que não basta garantir a matrícula de pessoas com deficiência, é preciso articular e planejar mudanças para que, de fato, a escola atenda a todos os alunos tendo como garantia de direitos o acesso, participação e permanência com qualidade.

De acordo com o censo 2010, em nosso município há 26 indivíduos com alguma deficiência mental; 385 com alguma dificuldade para enxergar; 161 para ouvir e 200 para se locomover. Num total de 772 indivíduos com deficiência.

**Matrículas de pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação incluídas na Educação Básica.**

**Matrículas de pessoas público-alvo da educação especial matriculadas em classes comuns.**

Ano	Estadual		Municipal		Privada		Total	
	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)
2002	3	12	1	1	-	-	4	13
2003	3	11	4	6	-	-	7	17
2004	6	32	1	1	-	-	7	33
2005	6	22	3	8	-	-	9	30
2006	5	29	1	3	-	-	6	32
2007	6	15	9	53	-	-	15	68
2008	3	8	10	50	-	-	13	58
2009	7	44	9	48	-	-	16	92
2010	6	55	8	60	1	1	15	116
2011	6	86	10	109	1	1	17	196
2012	3	16	3	75	1	1	7	92
2013	6	105	13	143	-	-	19	248
<b>Total Geral</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>28</b>	<b>-</b>

Fonte: INEP/ IBGE

**Matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns**

Ano	Altas habilidades/Superdotação		Deficiência - Baixa visão		Deficiência - Cegueira		Deficiência - Auditiva		Deficiência - Física		Deficiência Intelectual		Deficiência - Múltipla		Deficiência - Surdez		TGD - Autismo Infantil		TGD - Síndrome de Asperger		TGD - Transtorno desintegrativo da infância		Total	
	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)	Escola(s)*	Aluno(s)
2009	1	1	10	17	1	1	4	9	8	13	10	33	4	5	1	1	-	-	1	2	4	18	16	100
2010	-	-	8	14	1	1	3	7	7	12	11	71	3	5	1	1	-	-	1	2	2	13	15	126

2011	-	1	10	24	2	2	2	6	8	14	14	122	3	5	2	3	1	1	2	2	8	31	17	211
2012	1	1	8	19	1	1	2	6	9	14	19	179	4	6	2	6	2	2	2	2	6	27	20	263
Total Geral	2	-	13	-	2	-	4	-	12	-	19	-	8	-	3	-	2	-	4	-	9	-	22	-

Fonte:MEC/INEP

Obs.: Nesse indicador pessoas com mais de um Tipo de Deficiência, TGD ou Altas Habilidades/superdotação é contado em duplicidade. Assim o total de matrículas contém duplicidade, mas pode ser usado como consulta pelo tipo de deficiência.

#### **META 4**

**Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

#### **ESTRATÉGIAS**

4.1. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.2. Promover articulação entre os profissionais do ensino regular com os profissionais do Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE, para ampliar a integração entre os estudantes.

4.3. Ampliar o acompanhamento e o monitoramento do acesso a escola dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias.

4.4. Assegurar o acesso e permanência de jovens com necessidades especiais na EJA com a implantação de salas de atendimento no horário diurno.

4.5. Ampliar as equipes de professores garantindo a oferta de profissionais de apoio ou auxiliares, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes com necessidades especiais.

4.6. Promover em parceria com as áreas de saúde, assistência social, conselho tutelar, o acompanhamento e o monitoramento do acesso a escola para os seguimentos considerados na meta, identificando motivos de afastamento e colaborando com o sistema e rede de ensino na garantia de frequência e apoio a aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses alunos na rede pública.

4.7. Criar mecanismos que promovam a integração da família, escola e comunidade.

4.8. Assegurar o Atendimento de Estimulação Precoce no mínimo em uma Escola de Educação Infantil, ampliando a oferta conforme a demanda.

4.9. Implantar e assegurar o funcionamento das salas de Recursos Multifuncionais e garantir a formação continuada de professores para o atendimento de alunos com altas habilidades e deficiência visual e ou auditiva com o atendimento educacional especializado no ensino regular.

4.10. Promover autonomia e funcionalidade das pessoas com deficiência, através de programas de inclusão ao mundo de trabalho, através de parcerias com instituições públicas e privadas.

4.11. Incluir conteúdos disciplinares referentes a educandos com necessidades especiais, nos cursos profissionalizantes e superior oferecidos no município, para que possam conhecer as necessidades, viabilizando, na sua prática, a inclusão.

4.12. Ampliar e disseminar o uso de equipamentos informatizados e de Tecnologia Assistiva para todas as crianças e adolescentes com deficiência, que necessitam de Comunicação Alternativa e Aumentativa.

4.13. Incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – no currículo das escolas regulares.

## 2.5 PNAIC – ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

Criado em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quatro princípios centrais serão considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Dentro dessa visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.



## 2.5.1 DIAGNÓSTICO

**Porcentagem de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com Superior completo e com Pós-graduação.**

Ano	Com superior completo		Com pós-graduação Stricto Sensu	
2007	63,2%	36	0%	0
2008	69,4%	43	0%	0
2009	81,4%	57	0%	0
2010	75%	51	0%	0
2011	79,4%	50	0%	0
2012	83,6%	61	0%	0
2013	91,4%	64	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Com relação à formação inicial dos professores, no ano de 2007 existiam 63,2% dos professores alfabetizadores atuando nos três anos iniciais com Nível Superior. Em 2013, o número de professores alfabetizadores com Nível Superior já supera a margem de 91,4%.

Nos últimos anos, observa-se que houve a oferta de formação continuada para os professores alfabetizadores no PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Todos os professores alfabetizadores e que estão atuando nas salas de alfabetização participam da formação.

Um fator que traz impacto negativo no processo de alfabetização no município é a “rotatividade de professores alfabetizadores”. Grande número dos professores alfabetizadores que atuam e participam da formação em um ano, no ano seguinte estão atuando em outros anos/série ou não atuando mais como professores, prejudicando a continuidade da formação. Esse caso se aplica principalmente das escolas do campo. Das 12 escolas do campo existentes no município, apenas 03 (três) possuem professores efetivos, sendo que os demais professores que atuam nas outras escolas, são designados temporários, fator este que interfere negativamente de forma significativa nos resultados da escola.





Outro fator que prejudica atualmente nos resultados da aprendizagem, principalmente na alfabetização é a superlotação das salas de aula; não obedecendo a legalidade e também aos espaços físicos existentes nas escolas, com muita demanda de alunos e falta de espaços físicos adequados.

Há necessidade urgente em buscar maior eficiência nas parcerias – Família/Escola/Conselho Tutelar/Promotoria Pública/ Ministério Público e outras instituições importantes existentes na comunidade escolar. Não existe hoje no município um elo de interlocução entre as escolas e essas instituições de forma efetiva, ficando as escolas com os seus problemas acumulados e muitas vezes não resolvidos.

O Município participa das avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental – ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização); das Provinhas Brasil e Prova Brasil e das avaliações em parceria com a SEDU – Secretaria de Estado da Educação do Estado do Espírito Santo que são o PAEBES ALFA (Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado do Espírito Santo Alfabetização) para os alunos do 1º, 2º e 3º anos e PAEBES (Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado do Espírito Santo), para os alunos do 5º ano, 9º ano e EM. É necessário que o município crie o sistema próprio de avaliação nas escolas, periódicos e específicos principalmente para os alunos na fase da alfabetização.

**Resultado da ANA nas escolas municipais de Ecoporanga - 2013**

ENTIDADE	QT_ALUNO_ PRESENTE	LEITURA				ESCRITA				MATEMÁTICA				
		nivel_1_ _leit	nivel_2_ _leit	nivel_3_ _leit	nivel_4_ _leit	sem pontuação_ _esc	nivel_1_ _esc	nivel_2_ _esc	nivel_3_ _esc	nivel_4_ _esc	nivel_1_ _mat	nivel_2_ _mat	nivel_3_ _mat	nivel_4_ _mat
EMEIEF PALMEIRAS	15	0,00	62,50	12,50	25,00	46,67	0,00	26,67	0,00	26,67	28,57	42,86	14,29	14,29
EMEF DR BOLIVAR DE ABREU	81	2,43	22,24	49,90	25,43	46,80	2,57	6,59	17,28	26,77	2,43	22,61	12,16	62,80
EMEIEF JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	47	3,80	36,96	42,39	16,85	45,84	2,36	9,07	17,39	25,33	8,36	24,96	20,81	45,87
EMEF PROF BENEDITA MONTEIRO	87	7,40	34,59	33,66	24,36	43,26	6,03	10,54	21,38	18,78	6,74	24,65	30,38	38,22

O investimento pedagógico será bem-vindo, incluindo a qualificação e a valorização dos professores alfabetizadores, bem como iniciar o processo de alfabetização articulado com o ano final da modalidade Educação Infantil.

Temos ainda uma lacuna em relação às práticas pedagógicas com alunos deficientes. Faltam profissionais habilitados e realmente com a formação necessária para atender e dar suporte pedagógico aos professores alfabetizadores principalmente quando se trata de situações mais complexas como é o caso de alunos autistas que até o final de 2014 surgiram em um número aproximado de 09 alunos em nossas escolas municipais e não havia nenhum profissional preparado para atender bem a esses alunos e mesmo alguém com formação especializada para orientação ao docente.

O município deve criar um plano de gestão diferenciado, focado na alfabetização, na diminuição da evasão escolar, na valorização do professor e na meritocracia. Essa nova política com base nessa nova gestão deve ser baseada em um sistema de incentivos para os professores.

<b>META 5</b>
<b>Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.</b>
<b>ESTRATÉGIAS</b>
5.1. Elaborar um sistema periódico de avaliação municipal para verificar a alfabetização das crianças.
5.2. Criar um banco de dados com os resultados obtidos do sistema avaliativo municipal, referente à alfabetização na idade certa, devendo ser disponibilizado para pesquisa.
5.3. Estruturar e articular os processos pedagógicos de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, com as estratégias desenvolvidas na educação infantil para que o processo aconteça de maneira sequencial.
5.4. Criar mecanismos que desenvolvam práticas pedagógicas inovadoras, fazendo uso das tecnologias educacionais disponíveis, que favoreçam a aprendizagem dos alunos.
5.5. Adequar estratégias e práticas pedagógicas à realidade do campo e para a população itinerante.
5.6. Promover a valorização dos professores alfabetizadores, com apoio pedagógico específico, fazendo uso inclusive, da meritocracia.
5.7. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a

alfabetização de crianças, com conhecimentos de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

5.8. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive formando profissionais de acordo com as demandas apresentadas nas escolas a fim de dar suporte necessário e instrumentalizar os professores alfabetizadores.

## **2.6 EDUCAÇÃO INTEGRAL**

O Mais Educação é a estratégia indutora da oferta de educação em tempo integral no país. É um Programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação em tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes. O governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação e transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de kits pedagógicos.

### **2.6.1 DIAGNÓSTICO**

A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso, mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família são prioridade para integrar o Mais Educação.

Em 2013, Ecoporanga fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 12 escolas do ensino fundamental, sendo 5 com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família. Sendo que com a jornada escolar com a duração igual ou superior a 7 horas diárias durante todo o período letivo em que o aluno permaneça na escola, em atividades escolares ou em outros espaços educacionais. Essa mudança deve-se acontecer de forma gradativa.

Cabe mencionar que também inclui a garantia de atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais nas formas complementares e



em escolas ou serviços especializados públicos ou convencionais. A educação integral tem o intuito de interagir com a família em atividades culturais e esportivas incentivando práticas pedagógicas como abordagem interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem de maneira flexível e diversificada com conteúdos obrigatórios como ciência, trabalho, linguagens, tecnologias, cultura e esportes.

Para que haja o oferecimento do Ensino Integral é preciso também que as escolas do nosso município sejam estruturadas física e pedagogicamente para atender a essa clientela que passará boa parte do seu dia dentro do ambiente escolar. Os que observamos as escolas na sua maioria, não estão prontas para atender as necessidades de uma escola de tempo integral e ainda há a necessidade de capacitar profissionais habilitados com o perfil adequado para atuar neste modelo de educação.

No município de Ecoporanga começa ver alguns incentivos para que haja a implantação desse tipo de ensino, neste ano de 2014 tais como:

- Educação Infantil / Creche - é oferecida tanto em meio período como integral;
- Ensino Fundamental de 09 anos - Mais Educação que permite ao aluno passar mais tempo na escola participando de aulas extracurriculares;
- Ensino Médio - temos o Ensino Médio inovador e duas turmas de 1º ano Integral.

#### Escolas que aderiram ao Mais Educação

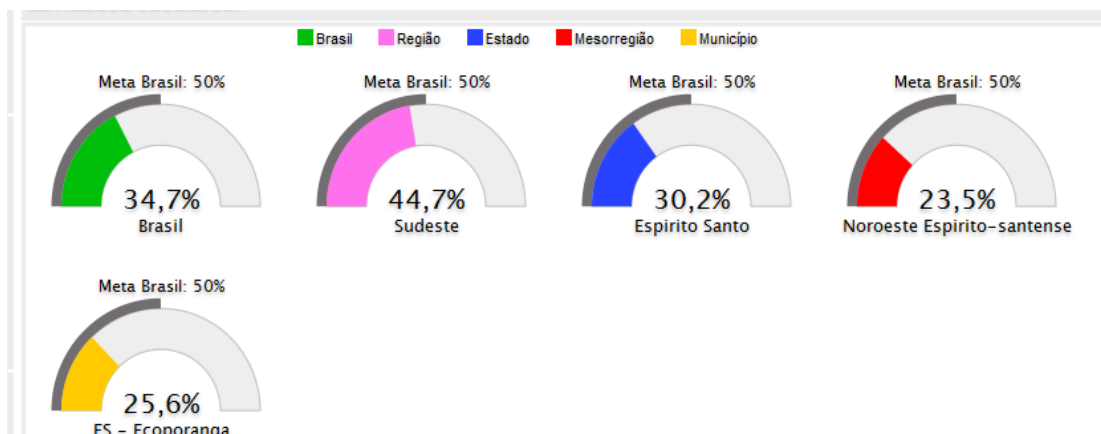
Ano	Rural		Urbana		Total
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	
	Escola(s)	Escola(s)	Escola(s)	Escola(s)	Escola(s)
2011	-	-	3	1	4
2012	-	1	4	1	6
2013	-	2	7	3	12
2014	-	2	7	3	12
<b>Total Geral</b>	-	-	-	-	-

FONTE: módulo Mais Educação / Simec

Vale salientar que um dos pontos que tem impedido o aumento do oferecimento dessas modalidades de ensino em nosso município é a ausência de espaço físico adequados para acolher nossos educandos em contra turno.

Nos gráficos abaixo mostram a realidade do nosso quadro de educação integral em nosso município até o ano de 2013.

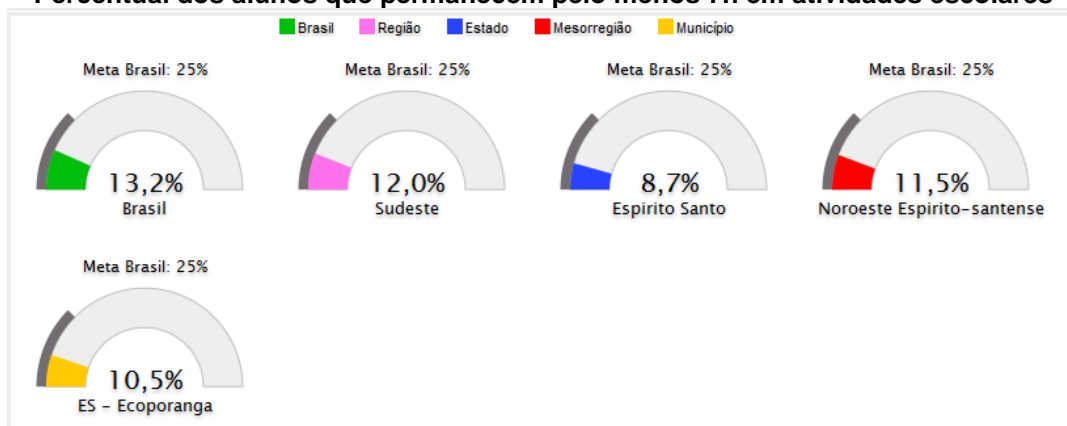
**Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.**



Fonte: Simec/MEC

De acordo com a meta nacional, que no mínimo 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas ofereçam educação em tempo integral e o que observa em nosso município só 25% (vinte e cinco por cento) atende esta demanda.

#### Percentual dos alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares



Fonte: INEP/ Censo Ecolar da educação Básica – 2013

Em Ecoporanga 10,5% dos alunos matriculados permanecem pelo menos 7 horas nas escolas, porém é preciso atender o dobro desses alunos para atingir o mínimo almejado da meta nacional. Nas tabelas a seguir detalha este fato:

#### Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo Integral na Educação Básica

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental				Ensino Médio	Educação Básica	
	Creche	Nº de matrículas	Pré-Escola	Anos Iniciais	Nº de matrículas	Anos Finais	Nº de matrículas			Nº de escolas
2011	52,8%	300	0%	0%	0	4,9%	85	0%	6,5%	385
2012	48,3%	262	0%	0%	0	4,6%	74	0%	5,8%	336
2013	54,8%	302	0%	6,2%	119	9,9%	158	0%	9,6%	579

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

#### Porcentagem de escolas públicas da Educação Básica com matrículas em tempo integral

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental				Ensino Médio	Educação Básica	
	Creche	Nº de escolas	Pré-Escola	Anos Iniciais	Nº de escolas	Anos Finais	Nº de escolas			Nº de escolas
2011	37,5%	6	0%	0%	0	11,1%	1	0%	17,5%	7
2012	37,5%	6	0%	0%	0	11,1%	1	0%	17,5%	7
2013	35,3%	6	0%	17,4%	4	44,4%	4	0%	25,6%	10

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio por quantidade de alunos matriculados em tempo integral.

Ano	Mais de 50%		Mais de 75%		100% dos alunos	
		Nº de escolas		Nº de escolas		Nº de escolas
2011	7,5%	3	7,5%	3	5%	2
2012	7,5%	3	5%	2	5%	2
2013	7,7%	3	7,7%	3	7,7%	3

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Escolas de Educação Infantil por quantidade de alunos matriculados em tempo integral

#### Creche

Ano	Mais de 50%		Mais de 75%		100% dos alunos	
		Nº de escolas		Nº de escolas		Nº de escolas
2011	37,5%	6	25%	4	18,8%	3
2012	37,5%	6	12,5%	2	6,3%	1
2013	35,3%	6	23,5%	4	17,6%	3

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Escolas de Ensino Fundamental por quantidade de alunos matriculados em tempo integral

Ano	Mais de 50%		Mais de 75%		100% dos alunos	
		Nº de escolas		Nº de escolas		Nº de escolas
2011	3,7%	1	3,7%	1	3,7%	1
2012	3,7%	1	3,7%	1	3,7%	1
2013	4%	1	4%	1	4%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com os dados as escolas de Ensino Médio do nosso município não atende alunos matriculados em tempo integral.

### Média de horas-aula diária por Etapa

Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
2010	7,7	4,3	4,7	5,4	4,8
2011	7,7	4,4	4,6	5,3	4,8

Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
2012	7,5	4,4	4,4	4,7	4
2013	7,8	4,4	4,5	5,1	4,8

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

**Escolas públicas da Educação Básica por quantidade de alunos matriculados em tempo integral.**

Ano	Mais de 50%		Mais de 75%		100% dos alunos	
		Nº de escolas		Nº de escolas		Nº de escolas
2011	7,5%	3	7,5%	3	5%	2
2012	7,5%	3	5%	2	5%	2
2013	7,7%	3	7,7%	3	7,7%	3

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

**Porcentagem de escolas públicas da Educação Básica com matrículas em tempo integral.**

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental				Ensino Médio	Educação Básica	
	Creche	Nº de escolas	Pré-Escola	Anos Iniciais	Nº de escolas	Anos Finais	Nº de escolas			Nº de escolas
2011	37,5%	6	0%	0%	0	11,1%	1	0%	17,5%	7
2012	37,5%	6	0%	0%	0	11,1%	1	0%	17,5%	7
2013	35,3%	6	0%	17,4%	4	44,4%	4	0%	25,6%	10

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

**Porcentagem de escolas de Educação Integral com infra-estrutura adequada - Ensino Fundamental**

Ano	Auditório		Refeitório		Sanitário dentro do prédio		Cozinha		Laboratório de Informática		Biblioteca ou sala de leitura		Quadra		Laboratório de ciências	
2012	0%	0	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	0%	0	0%	0
2013	20%	1	60%	3	100%	5	100%	5	100%	5	80%	4	40%	2	20%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo Integral na Educação Básica 9.0% (579 matrículas)

## META 6

**Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.**



## ESTRATÉGIAS

6.1. Assegurar, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, jornada escolar ampliada e integrada em no mínimo 7 horas diárias durante todo o ano letivo, como a garantia de espaços intra e extra-escolares, e tempos apropriados às atividades educativas, transporte escolar garantindo a estrutura física em condições adequadas e profissionais habilitados e com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2. Criar, em regime de colaboração, programa de construção e ampliação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral nas escolas municipais.

6.3. Promover estudos que identifiquem regiões de maior vulnerabilidade social, para inicialmente, implementar a educação em tempo integral ampliando a oferta.

6.4. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.5. Desenvolver a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.6. Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, considerando as peculiaridades locais.

6.7. Promover, anualmente realização da Feira Municipal de Ciência, Educação e Tecnológica, com intuito de estimular a comunicação acadêmica, a produção e exposição para a sociedade dos trabalhos desenvolvidos.

6.8. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

6.9. Assegurar o aluno o direito das principais refeições diárias com acompanhamento do funcionário adequado como: cozinheiras e nutricionista.

6.10. Ampliar gradativamente, a partir da vigência do plano, a jornada escolar, objetivando a implantação, em 05 (cinco) anos, da escola de tempo integral, abrangendo um período mínimo de sete horas diárias, garantindo aos alunos, no mínimo, duas refeições e dois lanches, além de espaços de aprendizagens, profissionais qualificados e suficientes, atividades pedagógicas, culturais, desportivas, e materiais didáticos.

## 2.7 IDEB

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, em uma escala de zero a dez.

Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros.

A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8 registrada em 2005

na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

Desse modo, esse índice reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso garantir que os alunos aprendam, não repitam o ano e tenham uma frequência regular. Por isso, mais do que um indicador estatístico, ele pode ser utilizado como um diagnóstico atualizado da situação educacional e como um parâmetro para a projeção de metas orientadoras para ações voltadas para o aumento da qualidade de ensino. Com base na análise do IDEB em nível nacional, o MEC propõe metas intermediárias calculadas pelo INEP no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso “Todos pela Educação”, eixo do plano de desenvolvimento da educação, que trata da educação básica. A meta é que o país supere progressivamente a situação atual (média de 4,2).

### **2.7.1 DIAGNÓSTICO**

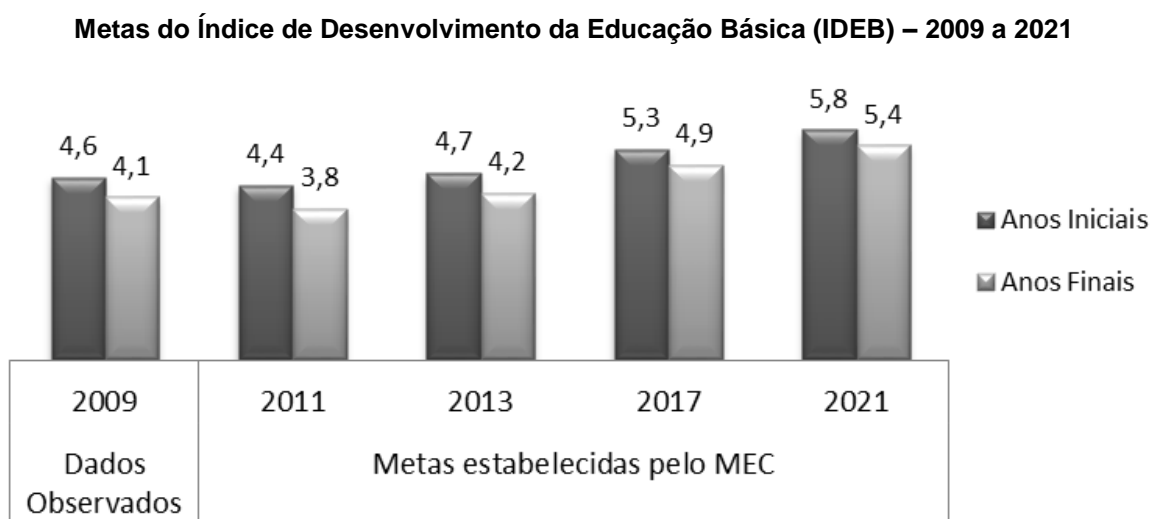
Na condição de instituição promotora da cidadania e do conhecimento para a vida e o trabalho, a escola e seus atores devem desenvolver instrumentos que ajudem a aperfeiçoar as relações sociais do cotidiano, e que sirvam para aumentar o sentimento de pertencimento dos estudantes à escola e a sua comunidade. Sob uma perspectiva diagnóstica, até mesmo para orientar as políticas da rede de ensino, as alternativas de avaliação escolar podem e devem ser orientadas no PDE. É observável que estamos vinculados em métodos de avaliações tradicionais onde há necessidade de capacitação e qualificação dos profissionais da educação e a implantação de novas tecnologias que atenda totalmente as nossas escolas para que atinja o percentual das médias do IDEB.

Nota-se que a gestão democrática apresenta pouca transparência em suas ações privando a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões e nas políticas educacionais. Acreditamos que ao elaborar uma proposta pedagógica para a educação básica de acordo com os parâmetros curriculares nacionais, respeitando



a diversidade regional e local será de grande valia para alcançarmos os resultados estipulados na rede pública municipal de educação.

Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



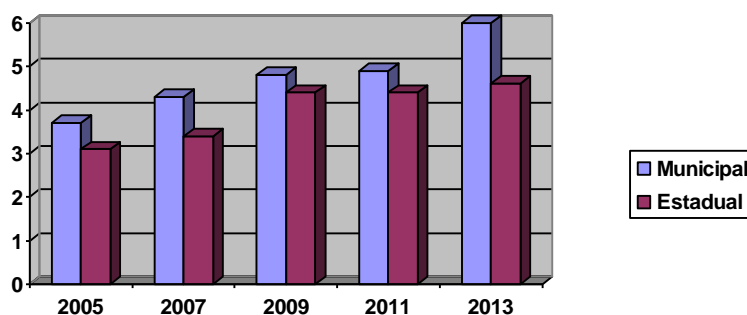
Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Essa prova, também conhecida como Prova Brasil - (Provinha Brasil), foi implantada pelo MEC em 2008 e é aplicada em alunos com idade entre seis e oito anos. A primeira aplicação ocorre no início, e a segunda, no término do ano letivo. A prova tem por objetivo oferecer às redes públicas de ensino um instrumento de diagnóstico do nível de alfabetização dos alunos. O SAEB foi instituído pelo MEC em 1995 e é constituído por avaliações nacionais por amostragem realizadas a cada dois anos, com o objetivo de investigar o nível de conhecimentos de língua portuguesa (foco em leitura) e de matemática (foco na resolução de problemas) dos alunos da 4ª série/5º Ano e 8ª série/9º Ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio com a perspectiva chegue em 2021 à média 6,0, tendo como referência a qualidade dos sistemas de países desenvolvidos. Para tanto, cada escola deve realizar todos os esforços para melhorar seus índices, porque esse será um indicativo seguro e visível para toda a sociedade de que estará cumprindo da melhor forma possível sua função social.

**Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no município de Ecoporanga**

	Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
		IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
Rede Estadual	2005	3.1	-	3.3	-	-	-
	2007	3.4	3.2	3.1	3.4	-	-
	2009	4.4	3.5	4.1	3.5	-	-
	2021	-	5.4	-	5.3	-	-
Rede Municipal	2005	3.7	-	-	-	-	-
	2007	4.3	3.8	3.9	-	-	-
	2009	4.8	4.1	-	4.0	-	-
	2021	-	5.9	-	5.6	-	-

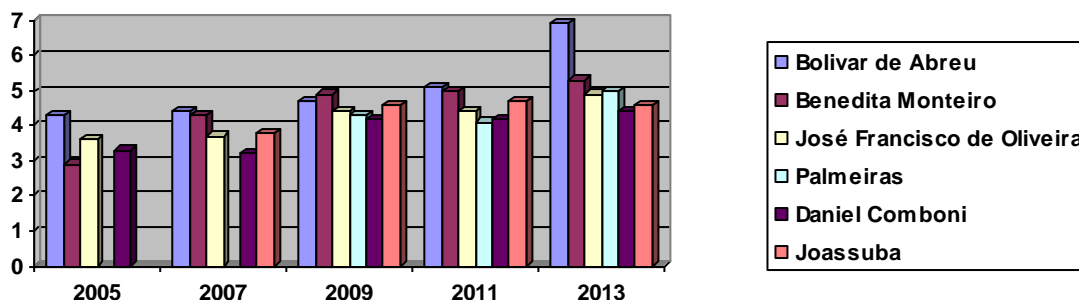
**Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental Municipal.**



Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	3,7	3,1	3,6
2007	4,3	3,4	3,9
2009	4,8	4,4	4,6
2011	4,9	4,4	4,6
2013	6,0	4,6	5,6

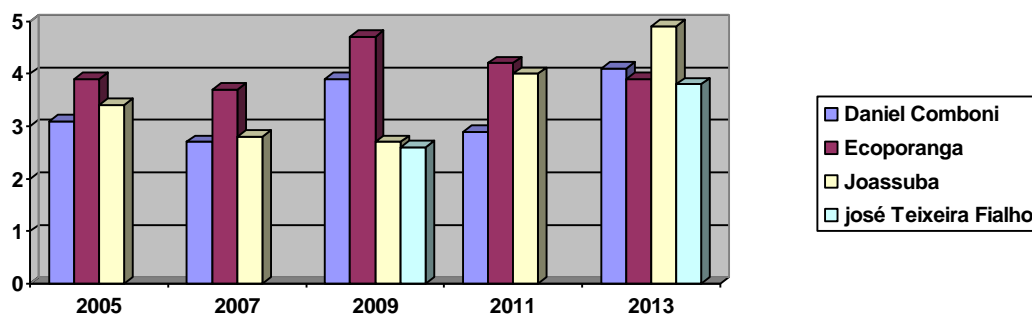
Fonte: MEC / Inep

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.



O IDEB observado para as séries iniciais em apresenta um índice crescente desde a primeira avaliação registrada no município de Ecoporanga. ES em 2005.

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais do Ensino Fundamental.



Ano	Municipal	Estadual	Pública
-----	-----------	----------	---------

*[Assinatura]*

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2007	3,9	3,1	3,2

Fonte: MEC / Inep

### Nota Padronizada (Ideb) - Ensino Médio

Ano	Total
2005	4,3
2007	4,1
2009	4,6
2011	4,7
2013	4,8

Fonte: MEC/Inep/Ideb

Resultados do IDEB para as séries INICIAIS do ensino fundamental das Escolas da Rede Municipal de Ecoporanga, comparadas com as metas projetadas:

#### Metas projetadas e índices alcançados.

#### Municipal

#### 4ª série / 5º ano

Ideb Observado							
2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †			
3.6	3.9	4.6	4.6	5.6			
Metas Projetadas							
2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †	2021 †
3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8

#### Nota Padronizada (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	4,8	4,1	4,6



Ano	Municipal	Estadual	Pública
2007	5,2	4	4,6
2009	5,3	4,7	5,1
2011	5,3	4,8	5
2013	6,2	4,8	5,7

Fonte: MEC/Inep/Ideb

## Estadual

### 8ª série / 9º ano

Ideb Observado							
2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †			
3.4	3.2	4.1	3.8	4.2			

Metas Projetadas							
2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †	2021 †
3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4

### Nota Padronizada (Ideb) - Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	Total
2005	4,6
2007	4,6
2009	5,1
2011	5
2013	5,7

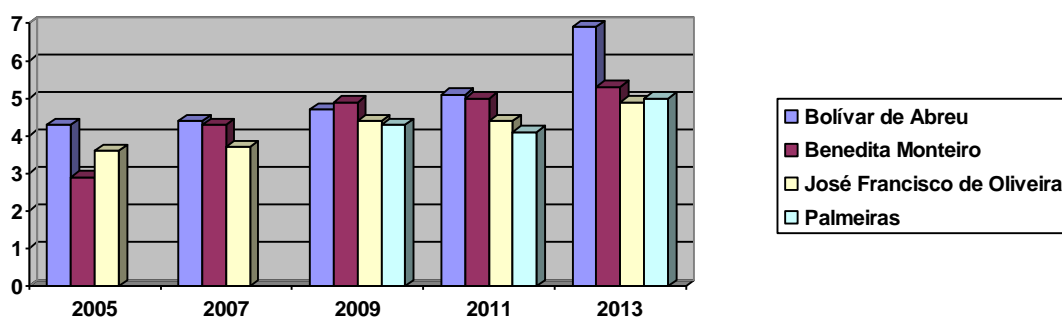
Fonte: MEC/Inep/Ideb

O IDEB de Ecoporanga observado para as séries FINAIS do Ensino Fundamental e o IDEB Brasil, demonstra uma melhora no desempenho das séries iniciais e finais do ensino fundamental, de 2005 para 2007, de 2007 para 2009, de 2009 para 2013, porém no que se refere às séries finais, a performance é mais baixa que a das

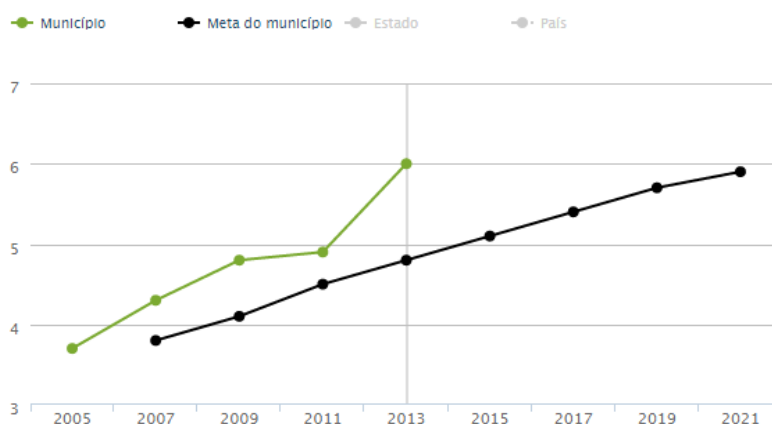
séries iniciais, demonstrando assim uma descontinuidade na evolução do processo de aprendizagem das séries iniciais para as finais. Os resultados evoluem em velocidades distintas. As séries finais apresentam-se menos velozes em crescimento.

Resultados observados e Metas projetadas para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental de Ecoporanga das escolas da Rede Municipal.

O Ideb 2013 nos anos iniciais da rede municipal de Ecoporanga atingiu a meta, cresceu e alcançou 6,0. O foco deve ser manter a situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.



### Evolução do IDEB



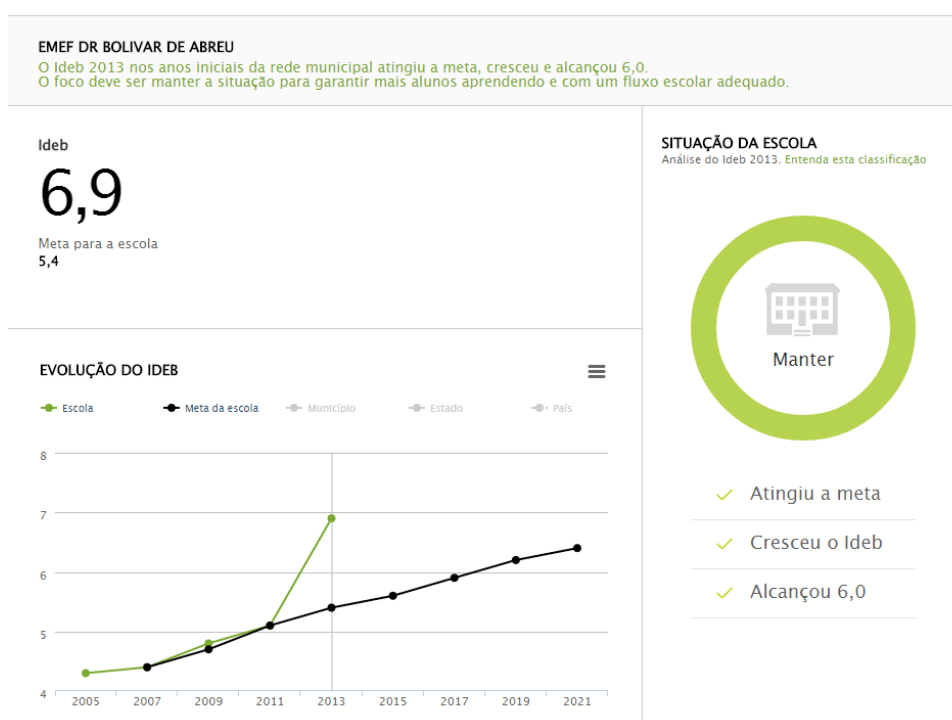
Fonte: QEdU.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

ESCOLAS DOS ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL	IDEB	Situação da escola
EMEF DR BOLIVAR DE ABREU	6,9	Manter

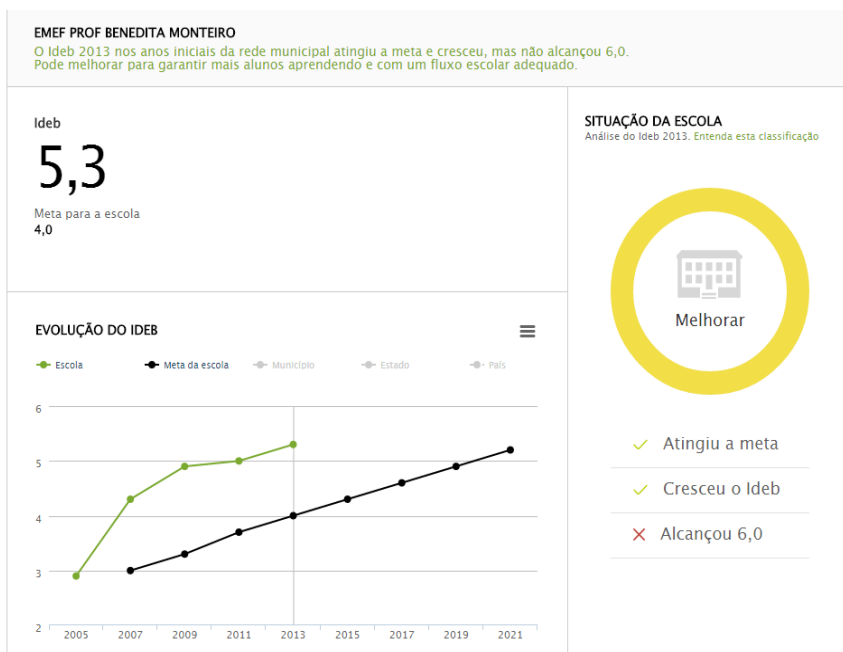
*[Handwritten signature]*

ESCOLAS DOS ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL	IDEB	Situação da escola
EMEF PROFESSORA BENEDITA MONTEIRO	5,3	Melhorar
EMEIEF JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA	4,9	Melhorar
EMEIEF PALMEIRAS	5,0	Melhorar

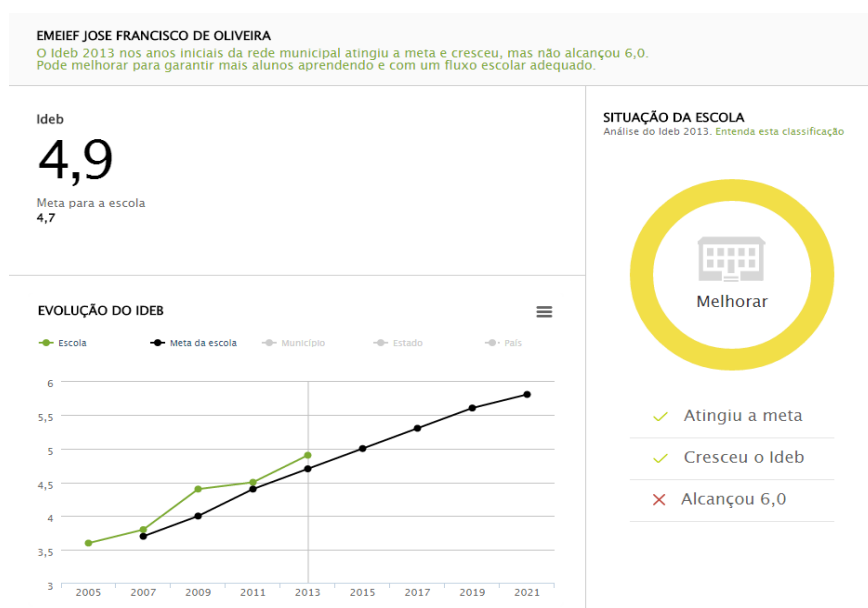
A seguir observe os gráficos com as metas projetadas de escola por escola.



Fonte: QEdU.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

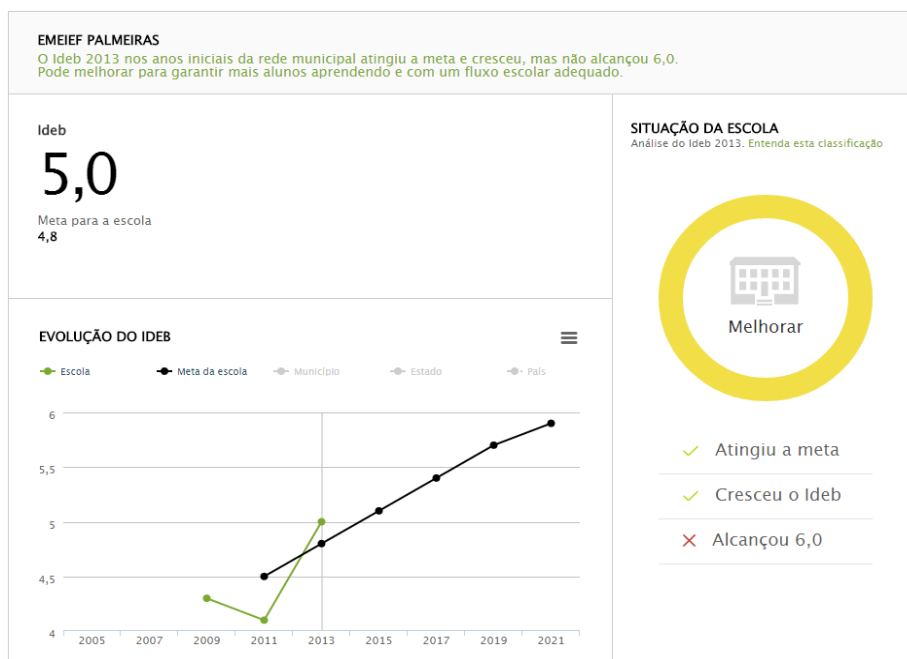


Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)



Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

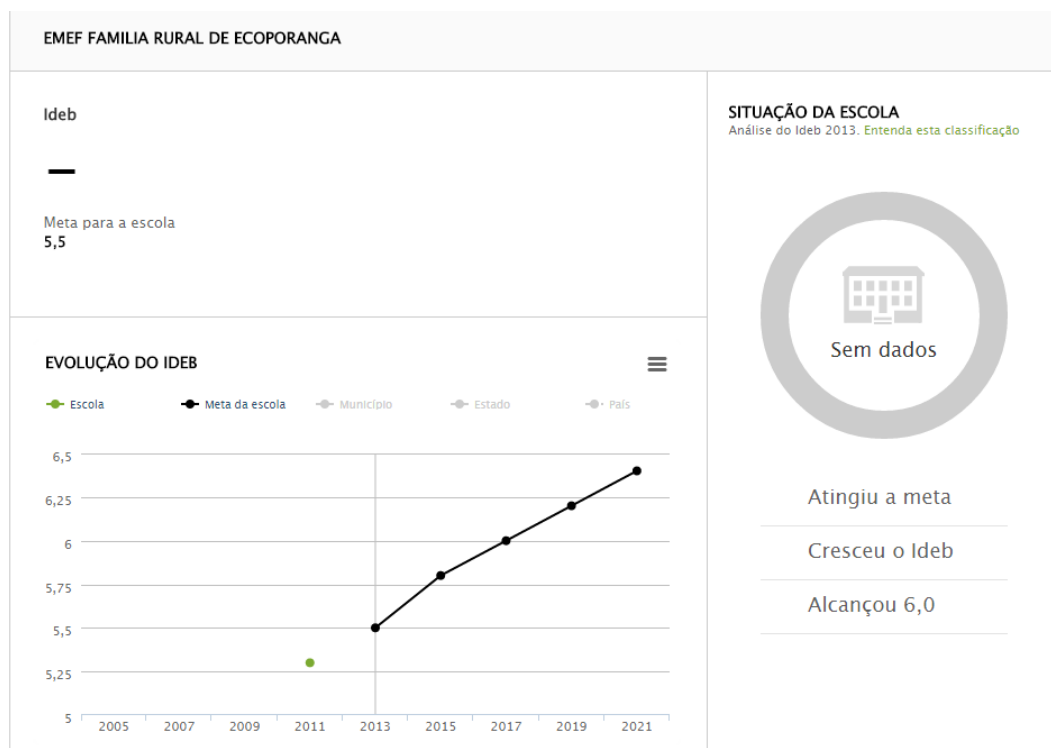
*[Handwritten signature]*



Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

O conjunto dos dados demonstra que, ao buscar a homogeneização dos resultados das escolas na direção do melhor resultado, poder-se-á apontar como meta que todas as escolas municipais alcancem, no mínimo, a nota 5 no IDEB para as séries iniciais, porém a EMEF “DR. BOLÍVAR DE ABREU”, já alcançou a meta projetada para 2021 em 2013. A seguir, apresentamos os resultados para as séries finais das escolas municipais de Ecoporanga.

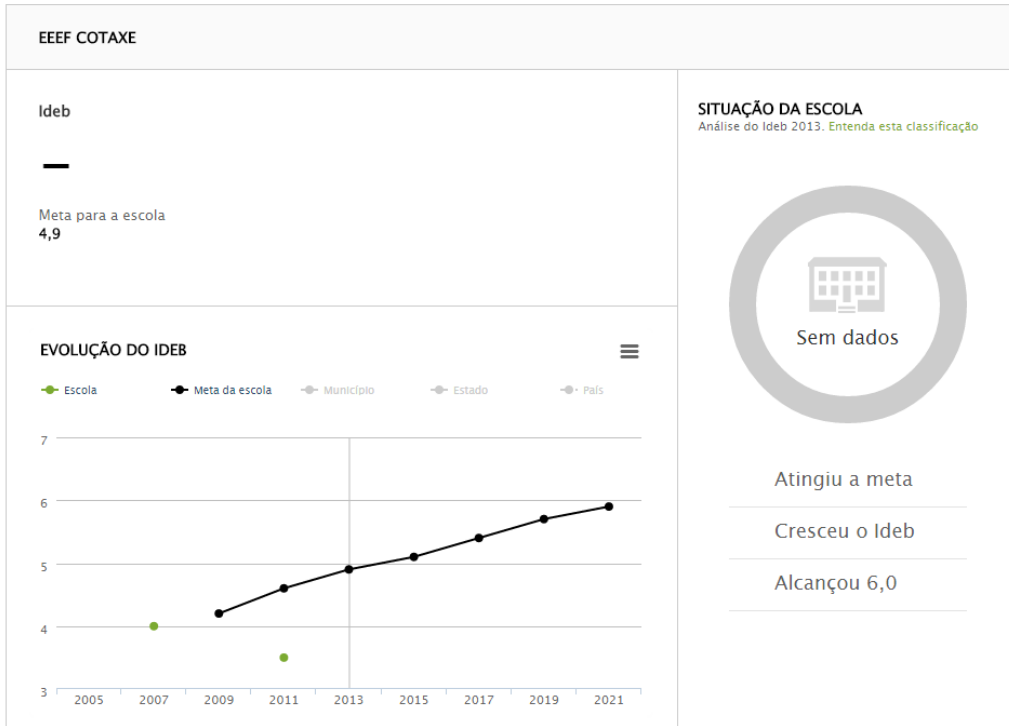
Escolas Municipais Anos Finais	Ideb	Situação da escola
EMEF FAMILIA RURAL DE ECOPORANGA	-	Sem dados
EMEIEF SANTA LUZIA DO NORTE	-	Sem dados



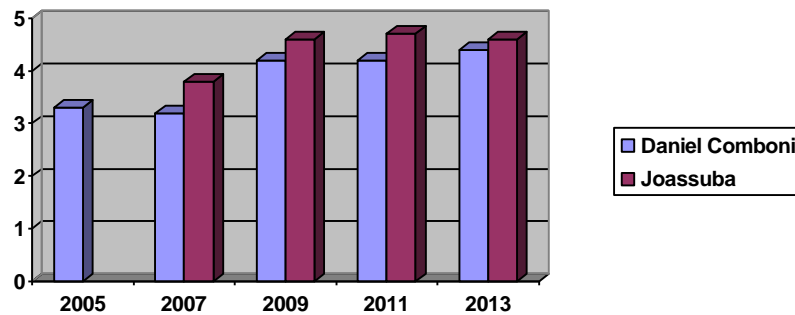
Fonte: QEdU.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

Resultados apresentados para as séries iniciais do ensino fundamental das Escolas da Rede Estadual de Ecoporanga, comparadas com as metas projetadas.

Escolas Anos Iniciais da Rede Estadual	IDEB	Situação da escola
EEEF COTAXÉ	-	Sem dados
EEEFM DANIEL COMBONI	4,4	Melhorar
EEEF PATRIMÔNIO PRATA DOS BAIANOS	-	Sem dados
EEEF SANTA TEREZINHA	-	Sem dados
EEEFM JOASSUBA	4,6	Atenção
EEEFM JOSÉ TEIXEIRA FIALHO	-	Sem dados

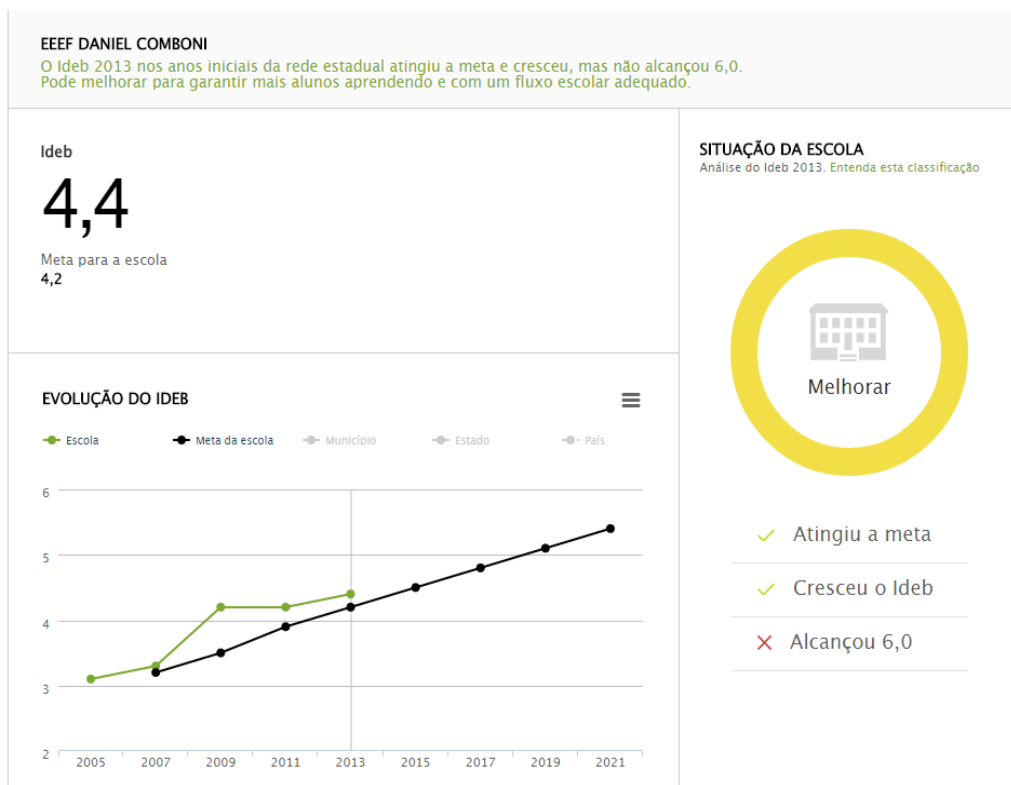


Fonte: QEdU.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

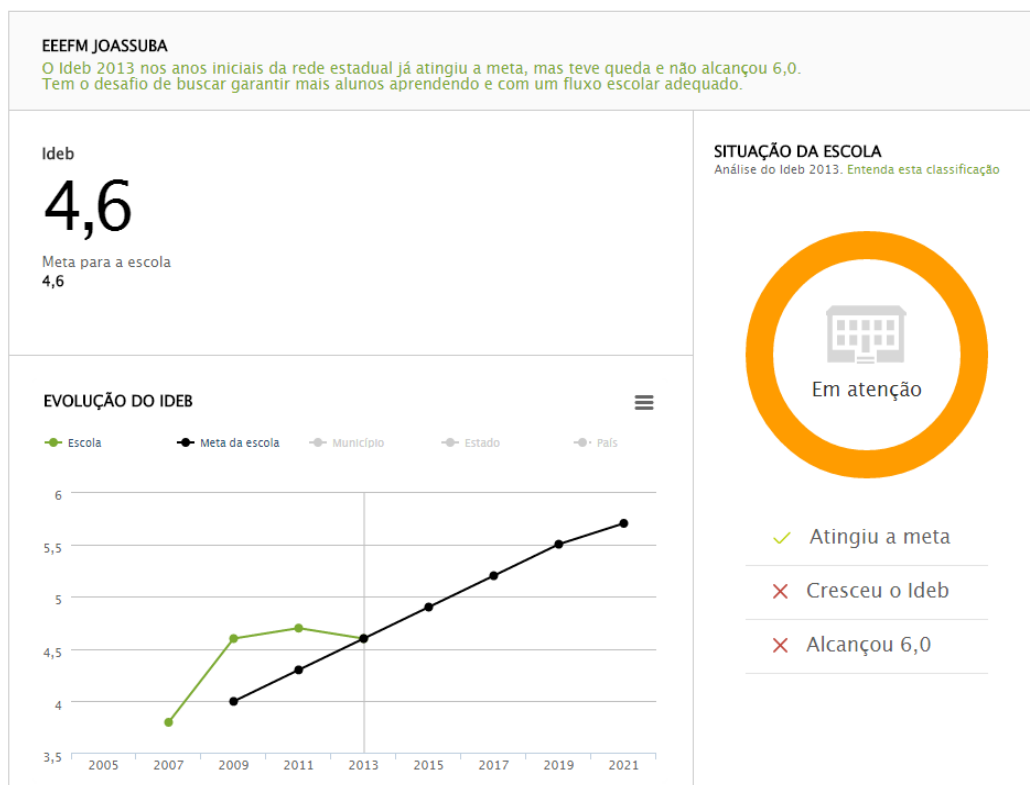


*[Handwritten signature]*





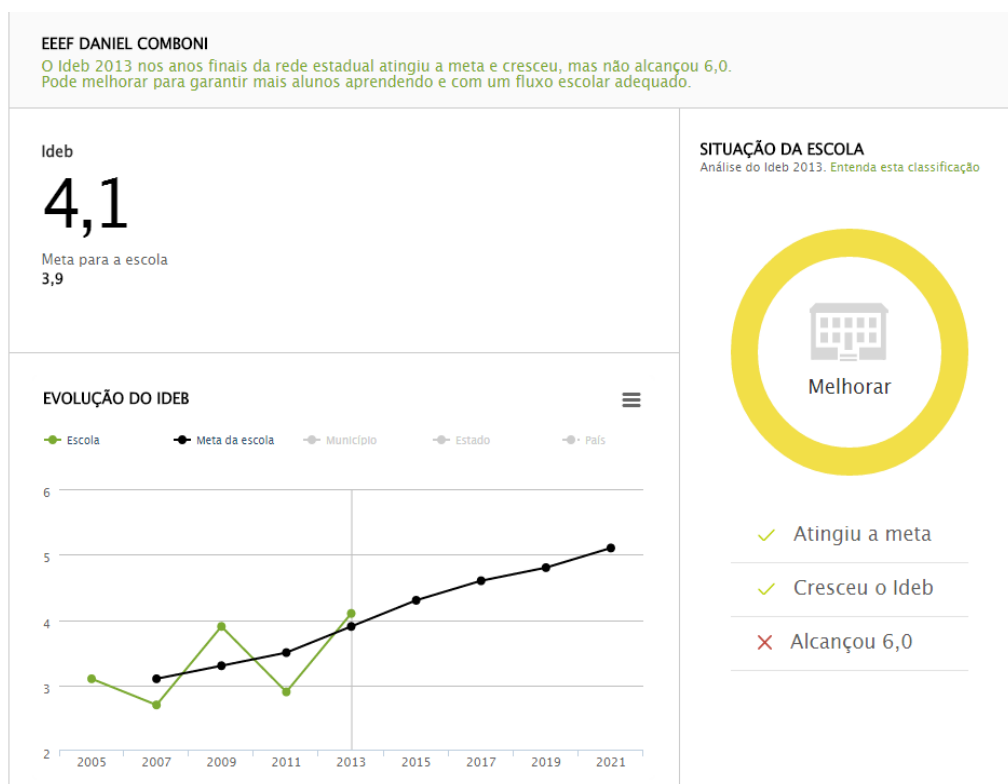
Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)



Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

Resultados apresentados para as séries iniciais do ensino fundamental das Escolas da Rede Estadual de Ecoporanga, comparadas com as metas projetadas.

ESCOLAS Anos Finais da Rede Estadual	IDEB	Situação da escola
EEEF COTAXÉ	-	Sem dados
EEEFM DANIEL COMBONI	4,1	Melhorar
EEEF PATRIMÔNIO PRATA DOS BAIANOS	-	Sem dados
EEEFM ECOPORANGA	3,9	Alerta
EEEFM JOASSUBA	4,9	Melhorar
EEEFM JOSÉ TEIXEIRA FIALHO	3,8	Sem dados

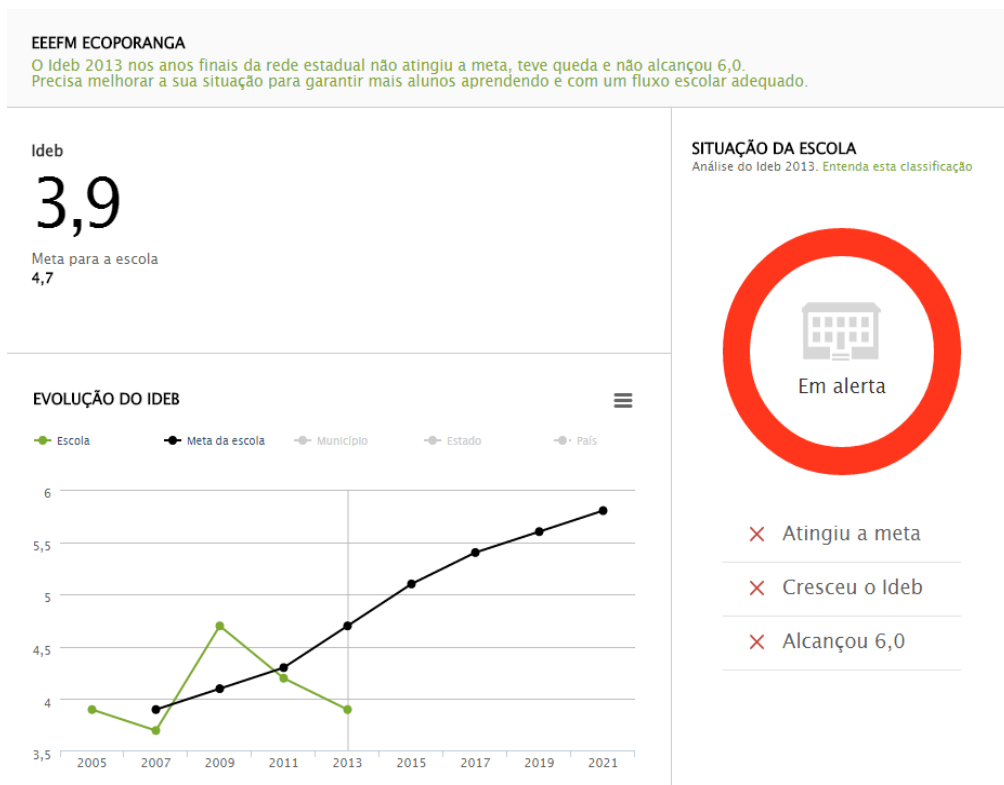


Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)





Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)



Fonte: QEdu.org.br. Dados do IDEB/INEP (2013). Organizado por Meritt(2014)

*[Handwritten signature]*

**EEEFM JOASSUBA**

O Ideb 2013 nos anos finais da rede estadual atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0. Pode melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Ideb

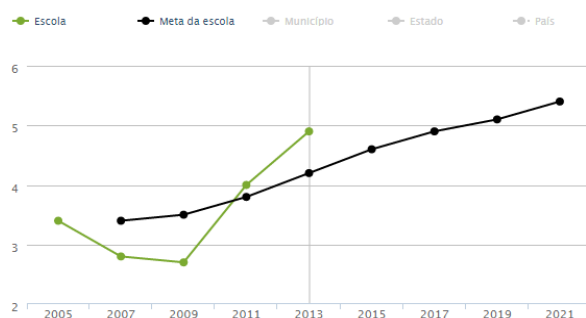
**4,9**Meta para a escola  
4,2**SITUAÇÃO DA ESCOLA**

Análise do Ideb 2013. Entenda esta classificação



Melhorar

- ✓ Atingiu a meta
- ✓ Cresceu o Ideb
- ✗ Alcançou 6,0

**EVOLUÇÃO DO IDEB**

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt (2014)

**Resultado do Enem por escola em Ecoporanga**

Médias das escolas do município em redação e demais áreas do conhecimento avaliadas pelo Enem 2013

ESCOLAS	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
<b>ECOPORANGA</b> 79% de taxa de participação (165 participantes)	464 pts	434 pts	439 pts	461 pts	395 pts
<b>JOASSUBA</b> 50% de taxa de participação (10 participantes)	456 pts	412 pts	443 pts	469 pts	378 pts

ESCOLAS	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
<a href="#">JOSE TEIXEIRA FIALHO</a> 72% de taxa de participação (16 participantes)	439 pts	417 pts	394 pts	452 pts	330 pts

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt (2014)

É visível que os resultados evoluem em velocidades distintas.

A análise crítica acerca desses dados certamente poderá constituir-se em um dos fundamentos do trabalho da Secretaria de Educação com vistas ao planejamento e gestão de políticas públicas direcionadas sistematicamente para a melhoria da qualidade da educação na rede municipal de ensino.

A cota estadual e municipal da contribuição social do salário-educação é integralmente redistribuída entre os estados e seus municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das respectivas redes de ensino apurado no censo escolar do exercício anterior ao da distribuição.

Os 10% restantes do montante da arrecadação do salário-educação são aplicados pelo FNDE em programas, projetos e ações voltados para a educação básica.

## META 7

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:**

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

## ESTRATÉGIAS

7.1. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para o ensino fundamental municipal e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.2. Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados do IDEB e anualmente do PAEBES das escolas, da rede municipal e estadual.

7.3. Garantir transporte gratuito ou passe escolar para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória.

7.4. Estimular o uso de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas na rede municipal de ensino, que assegure a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

7.5. Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva.

7.6. Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, e anualmente os resultados das avaliações do PAEBES; ANA; Provinha Brasil, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.7 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.8. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias

para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.9. Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

7.10. Informatizar a gestão das escolas e da Secretaria de Educação bem como manter programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria de Educação.

7.11. Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

7.12. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.13. Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei no 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnicorracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.

7.14. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso a bibliotecas, a espaços para prática de esportes, a bens culturais, à arte, a equipamentos e laboratórios de ciências, robótica, eletricidade, etc.

7.15. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.16. Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.

7.17. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas



da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.18. Garantir, no âmbito da rede de ensino, infraestrutura e política de recursos humanos e materiais que viabilizem o apoio necessário para atingir as metas previstas para o Ideb.

7.19. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.

7.20. Buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem.

7.21. Consolidar a educação escolar do campo de populações tradicionais, de população itinerantes respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.22. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, sob responsabilidade das Secretarias Estadual e Municipal de Educação.



## 2.8 EDUCAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE

### 2.8.1 DIAGNÓSTICO

Esta meta traz um olhar específico para a desigualdade no acesso e o sucesso escolar dos grupos mais vulneráveis da população, neste caso a população no campo, com o objetivo de reduzir as desigualdades na Educação.

Os esforços entre governo e entes federativos para universalizar o acesso à educação, valorizando as diferenças e respeitando necessidades regionais, refletiram de forma positiva nas taxas de escolarização entre a população acima dos 17 anos de idade.

Apesar do aumento da população negra na sociedade brasileira, outro grande desafio é igualar a média de escolaridade entre negros e não negros declarados.

Essas desigualdades refletem na participação no mercado de trabalho.

Houve em nosso município a adesão do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, criado pela Lei nº. 11.692/ 2008 e regulamentado pelos Decretos nº 6.629/2008 e nº 7.649/2011 que tem como objetivo a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, promovendo ações voltadas à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania desses jovens. Foi oferecido um curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e novas possibilidades de identificação de oportunidades de trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e a aquisição de trajetórias de emancipação ao longo da vida.

A formação proporcionou a esses profissionais a possibilidade de Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã; bem como das especificidades que caracterizam a parcela da juventude ecoporanguense.

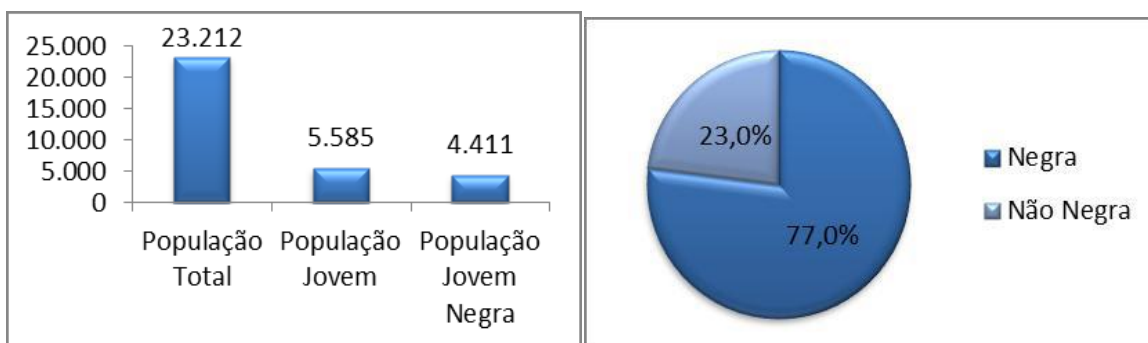
#### Taxa de Escolarização Líquida no município de Ecoporanga

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
90.40	37.20

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município de Ecoporanga era de 23.212 residentes, dos quais 5.585 são jovens de 15 a 29 anos. Entre a população total, 17.868 (77,0%) são negros (ou seja, se auto-declararam pretos ou pardos). Entre os jovens, 4.411 (79,0%) se auto-declararam negros.

**População Municipal por faixa etária e raça/cor – Brasil, 2010**

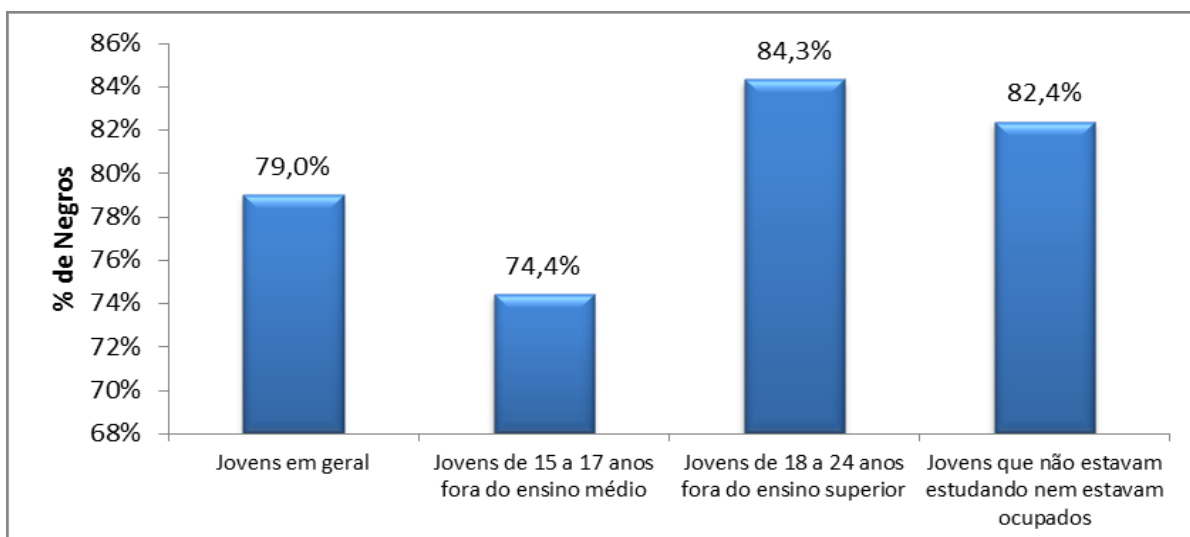


FONTE:1) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.

Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o município de Ecoporanga possuía 468 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 74,4% são negros.

Em relação ao ensino superior, 2.198 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior, sendo que 84,3% desses jovens são negros.

**Porcentagem de jovens negros em relação a escolaridade e ocupação – 2010**



FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.

Ainda a partir do Censo 2010, 103 jovens não estavam estudando nem estavam ocupados, entre os quais constavam 85 jovens negros. Enquanto na juventude em geral o percentual de jovens negros corresponde a 79,0%, entre os jovens que não

*[Assinatura manuscrita]*

estavam estudando nem estavam ocupados, o percentual de jovens negros é de 82,4%.

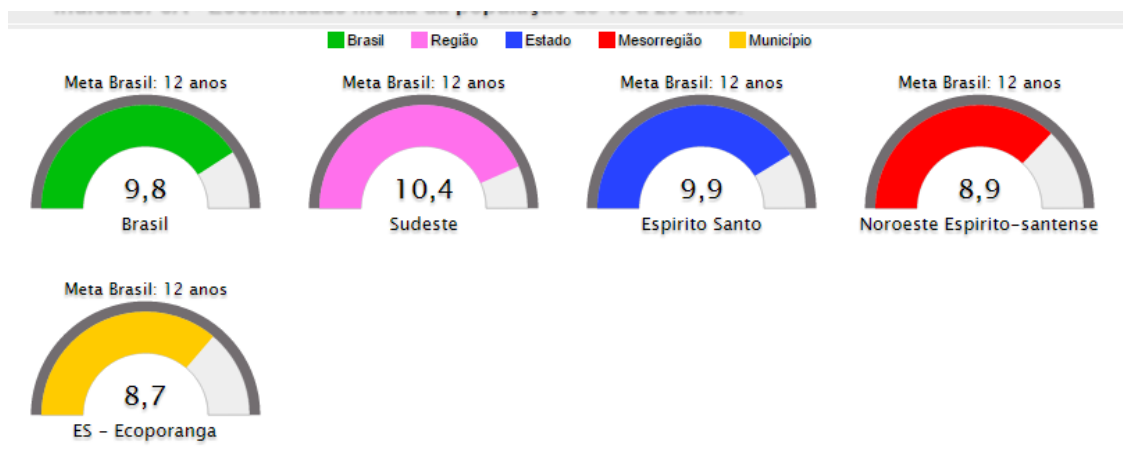
### Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de alunos de 18 a 29 anos

#### Por Cor/Raça

Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	192	7	1	80	0	0
2008	124	4	2	63	0	0
2009	14	5	6	203	6	0
2010	4	7	7	213	6	0
2011	4	3	3	148	4	0
2012	7	4	0	136	4	0
2013	29	9	2	155	1	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

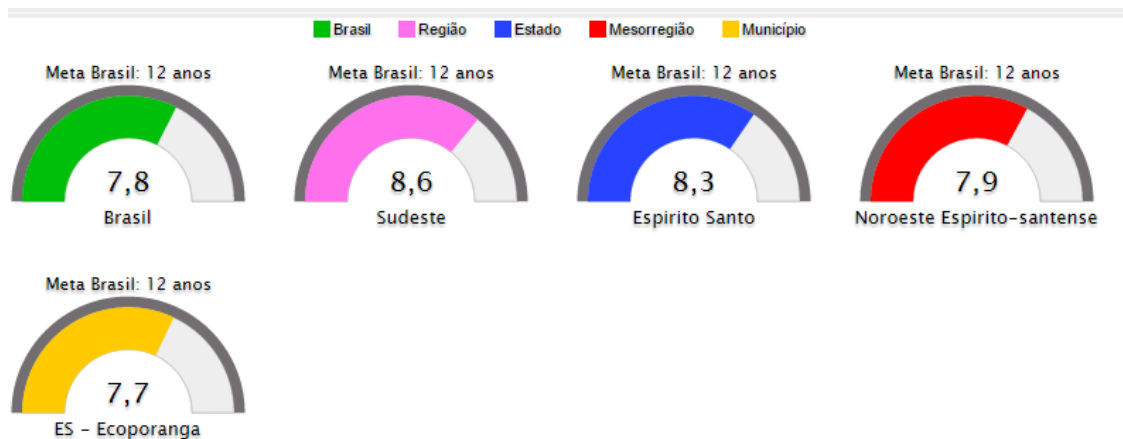


Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) – 2013.

Fonte: Município e Mesorregião – IBEG/Censo Populacional – 2010

A escolaridade média da população de 18 a 29 anos, indica que enquanto a meta do Brasil 12 anos de estudo é 9,8% em Ecoporanga é 8,7% estando aquém da meta do sudeste de 10,4% do ES. 9,9% e do Noroeste 8,9%.

### Escolaridade da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural

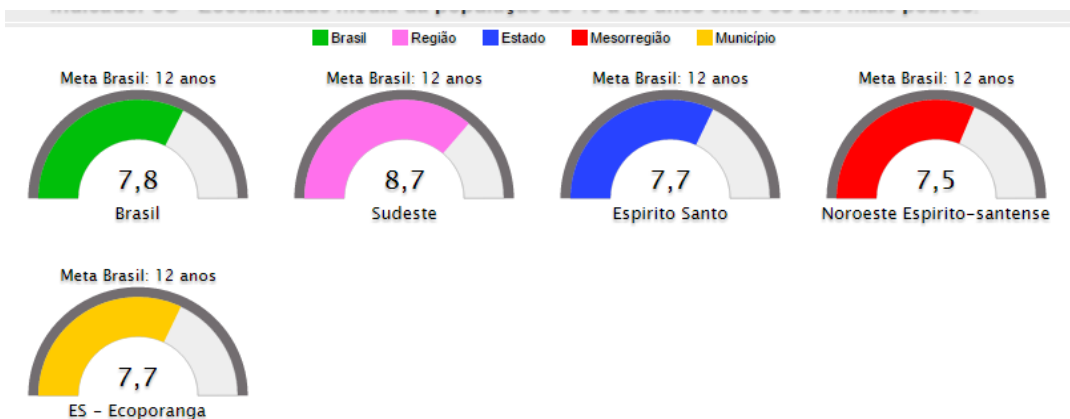


Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) – 2013.

Fonte: Município e Mesorregião – IBEG/Censo Populacional – 2010

A escolaridade da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural de 12 anos de estudo a meta do Brasil é 7,8% em Ecoporanga é 7,7%, sendo o Município situado na região sudeste a meta é 8,6%.

### Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre 25% mais pobres.

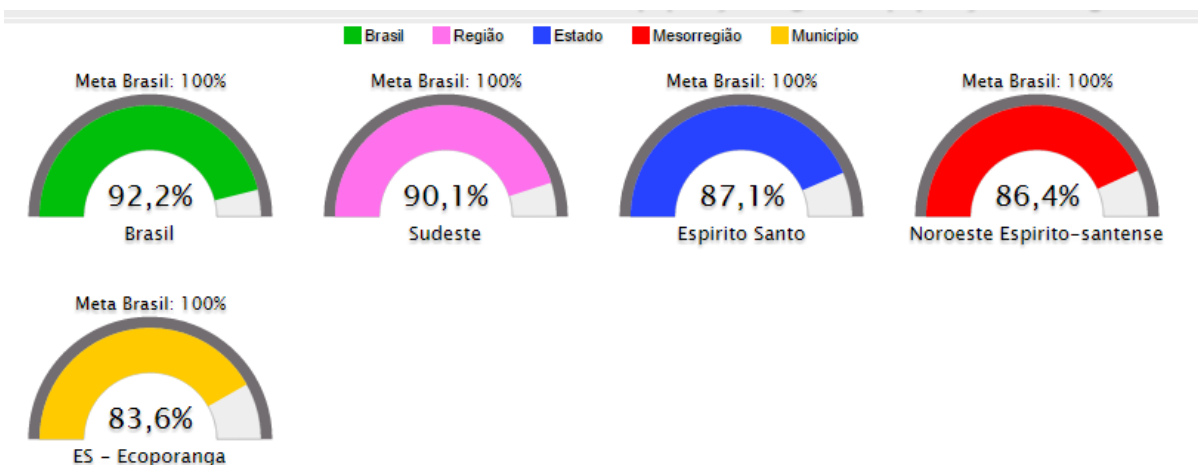


Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) – 2013.

Fonte: Município e Mesorregião – IBEG/Censo Populacional – 2010

A meta do Brasil em 12 anos de estudo é de 7,8%, em Ecoporanga é de 7,7%, sendo que na região sudeste a meta é 8,7%

Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBEG/Censo Populacional – 2010

Os gráficos representados nesse item são baseados em 2 motivos:

- 1 – são representativas da população residente no local de interesse;
- 2 – Informam qual parcela da população não está sendo atendida pelas redes de ensino.

Esses dados trazem uma necessidade de agregar esforços entre entes federativos e sistemas de ensino. A ideia é buscar uma política voltada para a igualdade social que eleve os anos de escolarização da população entre 18 e 29 anos, com atenção especial às populações do campo, negra e mais pobre, que hoje possui maior vulnerabilidade social.

## META 8

**Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

## ESTRATÉGIAS

8.1. Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da

escolarização, após a alfabetização inicial.
8.2. Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.
8.3. Implementar mecanismos para a reversão de dados alarmantes aos negros a atendê-los e incluí-los na sociedade com oportunidades e igualdade em relação aos demais membros que faz parte da sociedade ecoporanguense.
8.4. Incentivar os estudos na Educação Básica, garantindo os princípios da LDB e da Lei 10. 639/03 evidenciando a diversidade e a igualdade racial.
8.5. Analisar e assegurar que o profissional da educação tenha perfil e carisma para atender as demandas dos alunos vulneráveis a pobreza.
8.6. Viabilizar recursos e aderir os programas de alfabetização de jovens e adultos.
8.7. Monitorar os programas já existentes garantindo a aprendizagem e frequência.
8.8. Instituir busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

## **2.9 EDUCAÇÃO DO CAMPO**

### **2.9.1 DIAGNÓSTICO**

A educação do campo é uma realidade em nosso município, pois reconhecemos o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais para garantir as comunidades rurais à preservação da sua diversidade, e também respeitando a constituição de sua identidade de população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, na Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, que

constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo.

Considerando que é de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade, articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Lei 9.424, de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

Convém destacar as escolas que trabalham com a Pedagogia da Alternância, que é um jeito próprio e apropriado a realidade das famílias camponesas, resgatando a sua cultura, seus saberes e seu modo de viver.

A Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto que esta é uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender as necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar. Assumindo o trabalho como princípio educativo, a Pedagogia da Alternância permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outro, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade.

Observa-se que as práticas educativas atuantes na comunidade, por adotar um modelo pedagógico alternativo, expresso pela Pedagogia da Alternância, oportunizam às famílias uma flexibilidade de contraposição às necessidades por elas enfrentadas. Nesse contexto de mudanças que atravessa o cotidiano rural, a educação passa a constituir um fator de dimensões fundamentais para que se processem e consolidem as mudanças no relacionamento com essa nova realidade





emergente que envolve a agricultura familiar. Promovendo uma participação mais ativa das famílias no processo ensino aprendizagem.

Segundo o diretor de Educação para a Diversidade do MEC, Armênio Bello Schmidt, “Cerca de 70% dos alunos de Alternância ingressam no Ensino Superior. Nas escolas públicas esse índice é inferior a 60%”.

**Porcentagem de escolas de Ensino Fundamental com proposta pedagógica de formação por alternância**

<b>Ano</b>	<b>Total do indicador</b>	
2013	7,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

**Matrículas de Ensino Fundamental no campo**

<b>Ano</b>	<b>Todas as redes</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
2007	548	548	0
2008	564	564	0
2009	525	525	0
2010	462	462	0
2011	488	488	0
2012	470	470	0
2013	450	450	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A Educação no campo sofreu uma redução no número de alunos no decorrer dos anos de 2007 a 2013 em aproximadamente 10%.

Atualmente no município de Ecoporanga contamos com a EMEF "FAMÍLIA RURAL DE ECOPORANGA" que trabalha com a Pedagogia da Alternância e está localizada

na Rodovia Ecoporanga x Barra de São Francisco – Km 05, Zona rural Córrego do Paraíso.

A escola é administrada por uma associação de pais e colaboradores e tem um convênio com a Prefeitura para pagamento de funcionários. Funciona com no máximo 120 (cento e vinte) educandos, na faixa-etária de 11 (onze) a 18 (dezoito) anos, do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, contando com 08 (oito) professores (sendo que, dentre estes oito, um responde pela Secretaria, um pela Coordenação Administrativa, um pela Coordenação Agropecuária e um pela Coordenação Pedagógica), três serventes e um trabalhador braçal.

O espaço físico é dividido em dois prédios, que são caracterizados em Ala I e Ala II.

ALA I: tem uma cozinha, uma varanda, dois dormitórios masculinos e dois femininos, um banheiro em cada dormitório, um refeitório.

ALA II: uma biblioteca, uma secretaria, duas salas de aula, uma sala de professores, um laboratório de informática, um banheiro social, um sanitário masculino, um sanitário feminino, dois almoxarifados, uma sala de artes e uma sala pedagógica.

A escola tem uma área de cinco hectares onde produz hortaliças, frutas, café, feijão, amendoim, mandioca, milho, maracujá, área de reflorestamento, jardim e horta medicinal, contando com uma pocilga e um aviário.

<b>ESTRATÉGIAS</b>
1. Implantar projetos para o estudo e aprofundamento das questões pertinentes à Educação do Campo.
2. Realizar estudos para implantar as diretrizes e normas específicas da Educação do Campo.
3. Garantir a Educação do Campo no campo considerando as diversidades da zona rural e dos alunos que nela se encontram.
4. Valorizar o professor que possui formação específica para Educação do Campo.
5. Assegurar aos profissionais da educação, condições de trabalho na escola da zona rural.



6. Garantir, durante a vigência deste Plano, transporte escolar aos alunos que residem distantes da escola pólo com regime de internato e semi-internato e assegurar, a permanência e melhoria de qualidade do transporte escolar para os alunos matriculados nas escolas do campo, viabilizando o acesso e a permanência dos alunos na escola, preferencialmente no lugar onde vivem.
7. Possibilitar condições de recreação e prática de Educação Física, oferecendo espaço adequado e com segurança nas escolas da zona rural.
8. Garantir durante a vigência do plano ampliação e conservação das escolas rurais conforme demanda.
9. Garantir, a partir do primeiro ano deste Plano, um Projeto Pedagógico para a Educação do Campo, elaborado com base na realidade dos sujeitos do meio rural, considerando sua visão de mundo, sua cultura, seu trabalho, suas relações sociais e seus diferentes saberes e possibilitando-lhes a construção eficaz de um projeto de desenvolvimento sustentável baseado na concepção da terra como espaço de vida.
10. Assegurar, durante a vigência deste Plano, o pleno funcionamento de Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, na zona rural, com professores capacitados para atender as especificidades da educação do campo, oferecendo quando necessário, capacitação aos professores.
11. Assegurar e expandir, gradativamente, a partir da aprovação deste Plano, o atendimento da educação em tempo integral, nas escolas da zona rural, como contra-turno social, visando a complementação da educação do ensino fundamental.
12. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, a continuidade do ingresso, por meio de concurso público ou contratação, de professores de educação Física, Arte e Língua Estrangeira, com formação específica na área, para atuar nas escolas rurais da rede municipal de ensino.
13. Assegurar, durante a vigência deste Plano, com a colaboração da União e do Estado, o provimento da merenda escolar, de qualidade, aos alunos das escolas do campo, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição.
14. Valorizar a identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições



climáticas.

15. Promover a participação dos membros da Ass. da EMEF “Família Rural de Ecoporanga” e dos conselhos escolares da rede municipal de ensino em cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania, entre outros, de interesse específico dos colegiados.

16. Assegurar, durante a vigência deste Plano, um programa de capacitação continuada aos profissionais da educação das escolas rurais que funcionam conforme a pedagogia da alternância, através de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras, oferecendo também oficinas diferenciadas conforme necessidade local.

### **3 MODALIDADES DE ENSINO**

#### **3.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

##### **3.1.1 DIAGNÓSTICO**

A Educação de Jovens e Adultos no município de Ecoporanga é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica, sendo ofertada especialmente na rede pública que atende da alfabetização ao Ensino Médio, embora o atendimento, no âmbito municipal, se restrinja a parceria com programas do governo estadual e federal, como por exemplo: Programa Brasil Alfabetizado – PBA.

A EJA –Ensino Fundamental – Fase I e II é de responsabilidade da rede estadual, ofertada no período noturno na modalidade presencial, sendo organizada por regime de etapa. Cada uma é composta pelas áreas de conhecimento.

Em nosso Município, consideramos um aspecto positivo que é a implantação de projetos voltados à alfabetização de jovens e adultos, os quais auxiliaram de modo

significativo na elevação da alfabetização deste grupo etário, diminuindo assim o analfabetismo absoluto e o funcional.

A localização geográfica do município contribui para o analfabetismo, devido a sua grande extensão territorial, fazendo com que a distância impossibilite o acesso dos educandos as redes de ensino.

Segundo a LDB nº 9.394/96, na seção dedicada à educação básica de jovens e adultos, reafirma o direito destes a um ensino básico adequado às suas condições, e o dever público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos.

Sabemos que a Educação de Jovens e Adultos não tinha espaço garantido nos sistemas oficiais de ensino, tida sempre em programas de caráter compensatório.

Entretanto, só nas últimas décadas é que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB nº 1/2000, definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, afastando-se das ideias de “compensação, suprimento” e assumindo a de “reparação e equidade e qualificação”, representando para a sociedade uma vitória.

Diante disso, surge a necessidade de inserir esses cidadãos no sistema educacional, em especial aqueles que não tiveram oportunidade em serem alfabetizados na idade certa. Apesar dos avanços nos anos analisados percebe-se que ainda o índice de analfabetismo é grande devido à população do município que é de aproximadamente de 23.000.

O quadro abaixo mostra o quantitativo de analfabetos e alfabetizados:

#### **População acima de 15 anos**

<b>Ano</b>	<b>ANALFABETIZADA</b>	<b>ALFABETIZADA</b>
2010	3.423 analfabetos	13.697 alfabetizados
2000	4.070 analfabetos	12.609 alfabetizados
1991	5.642 analfabetos	9.471 alfabetizados

Fonte: Censo/IBGE

No que tange à meta de erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, tem-se que o parâmetro a ser analisado vem de dado proveniente do Censo 2010, o qual aferiu que 39,6% da população com 15 (quinze)

anos ou mais do Município de Ecoporanga se enquadra como analfabeta no sentido funcional.

### Matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública

Ano	Total	até 17 anos	de 18 a 29 anos	de 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	744	67	280	302	95
2008	426	34	193	159	40
2009	413	57	234	109	13
2010	454	96	237	112	9
2011	303	62	162	75	4
2012	264	47	151	63	3
2013	340	64	196	79	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Esses dados acima nos mostram que não é preciso, apenas, garantir o acesso à Educação Básica na idade própria, mas sim, a definição de uma política pública consistente de financiamento que vise atender às exigências da demanda com qualidade.

O município de Ecoporanga não oferta a EJA nos estabelecimentos penais uma vez que não existem prisões em nosso município.

### Porcentagem de matrículas no período noturno da Educação de Jovens e Adultos

#### EJA

Ano	EJA Fundamental				EJA Médio			
	diurno	alunos	noturno	alunos	diurno	alunos	noturno	alunos
2007	3,9%	22	96,1%	538	0%	0	100%	184
2008	10%	26	90%	234	0%	0	100%	166
2009	4%	11	96%	264	0%	0	100%	138
2010	13,5%	41	86,5%	262	0%	0	100%	151
2011	0%	0	100%	177	0%	0	100%	126
2012	0%	0	100%	159	0%	0	100%	105

2013	12,8%	25	87,2%	171	0%	0	100%	144
------	-------	----	-------	-----	----	---	------	-----

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

O funcionamento da EJA se dá, preferencialmente no noturno promovendo a compatibilização da jornada de trabalho.

### **Matrículas de idosos na Educação de Jovens e Adultos - Etapa**

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2007	94	1	95
2008	38	2	40
2009	13	0	13
2010	9	0	9
2011	4	0	4
2012	3	0	3
2013	1	0	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Diante dos dados expostos no quadro acima, foi possível identificar que o número de matrículas de idosos na Educação de Jovens e Adultos diminuiu consideravelmente, nos últimos anos, uma das causas seria a questão do horário de funcionamento e a duração das aulas.

### **3.2 EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Verifica-se pelos dados do SIMEC que o Município de Ecoporanga ainda não conta com esta matrícula integrada e também não atende a populações itinerantes do campo, comunidades indígenas, quilombolas e nem às pessoas privadas de liberdade.

No nosso município o atendimento da Educação profissional de nível médio, a população do campo, pessoas com deficiências, TDAH e superdotação não são oferecidas.

### **3.2.1 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA-ES**

Em 2013 o Governo Municipal fez uma adesão com o Governo Estadual para participar do Programa Brasil Alfabetizado-PBA do Governo Federal com duração de 3 anos (2013 a 2015). Uma vez que não chegou ao final da adesão, os órgãos competentes como, por exemplo, IBGE não tem o índice de alunos alfabetizados pelo Programa para assim disponibilizar nas redes sociais, mas em tempo nós munícipes temos em mãos os resultados dos 2 anos de regência do Programa no município, podendo assim fazer uma análise dos resultados que segue na tabela a baixo:

<b>ANO</b>	<b>TURMAS</b>	<b>MATRÍCULAS</b>	<b>ALFABETIZADOS</b>	<b>PORCENTAGEM DE ALUNOS ALFABETIZADOS</b>
2013	<b>28</b>	<b>350</b>	<b>97</b>	<b>36%</b>
2014	<b>20</b>	<b>247</b>	<b>52</b>	<b>47%</b>

O Programa “Brasil Alfabetizado” surgiu com o objetivo de alfabetizar os alunos na faixa etária de 14 a 59 anos de idade, onde foi analisado o maior índice de analfabetos, mas foi deixado em aberto para os alunos de maior idade também. Assim analisamos que no município teve uma procura elevada de alunos com idade superior a 59 anos:

<b>ANO</b>	<b>MATRÍCULAS ACIMA DE 59 ANOS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
2013	98	35%
2014	86	28%



## **META 9 e 10**

**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.**

**Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

## **ESTRATÉGIAS**

9.1. Superar durante a vigência deste PME o analfabetismo das pessoas jovens, adultas e idosas, por meio de ações articuladas entre o Município, o Estado e as organizações da sociedade civil.

9.2. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.3. Criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.

9.4. Criação de um Centro Municipal de Capacitação Profissional, analisando-se desde questões orçamentárias a questões estruturais, como capacitação do corpo docente e estrutura curricular.

9.5. Avaliar, a cada dois anos, a partir da vigência deste PME, a articulação das políticas educacionais de EJA com as demais ações sociais desenvolvidas nos planos Federal, Estadual e Municipal, de modo atender adequadamente as demandas.

9.6. Distribuir oferta de vagas nos períodos diurno e noturno, de acordo com a demanda e assegurar o acesso e permanência de jovens com necessidades especiais, articulando a educação profissional com o ensino médio.

9.7. Incentivar a construção propostas de político-pedagógicas, considerando as faixas de idade, em conformidade com as peculiaridades da etapa do ciclo de vida em que se encontram.

9.8. Realizar Censo Escolar Municipal, a cada 3 anos, de maneira a mapear demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA.

9.9. Construir políticas e estratégias de ações que assegurem o direito ao acesso e à permanência do aluno da EJA na escola, construindo estratégias e mecanismos preventivos à evasão, bem como de atenção aos evadidos das escolas do ensino regular.
9.10. Garantir que as escolas da EJA contemplem os padrões de infra-estrutura estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação e por este Plano Municipal.
9.11. Garantir a todos os alunos da EJA o acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, sobretudo aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse.
9.12. Garantir a divulgação ampla da oferta de vagas através das diversas formas de comunicação disponíveis, bem como articulação com a comunidade, associação de moradores, igrejas.
9.13. Realizar encontros e eventos de trocas de experiências em alfabetização de jovens e adultos.
9.14. Ampliar o acesso do transporte para alunos de área rural e bairros distantes às escolas e salas da EJA.
9.15. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com outras áreas como : saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede.
9.16. Flexibilizar currículos, frequência mínima para aprovação e carga horária, em concordância com a lei federal.
9.17. Promover parcerias com o Estado e Instituições federais de educação para garantir continuidade dos estudos aos alunos que concluíram o 2º segmento do EJA.
9.18. Assegurar e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de jovens e adultos EJA, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente.



### 3.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

#### 3.3.1 DIAGNÓSTICO

O município de Ecoporanga apresenta atualmente uma instituição de Ensino Médio que desenvolve programas de educação profissional, a EEEFM "Ecoporanga", instituição pública componente da rede estadual de educação e que ministra, além de cursos regulares, também cursos de educação profissional.

Considerando-se a educação profissional como sendo de responsabilidade de todo um conjunto de instituições e, até mesmo, de toda a sociedade, além de instrumento que pode assegurar não só a formação laboral como também a formação cidadã, pressupõe-se a necessidade de ações constantes que visem, não só à ampliação da oferta, como a busca constante pela qualidade dessa oferta.

No que diz respeito a meta tem-se que não há no SIMEC dados para o Município de Ecoporanga.

#### Matrículas de Educação Profissional Técnica

Ano	Rede Pública		Rede Privada
	urbana	rural	
2007	50	0	0
2008	84	0	0
2009	0	0	0
2010	119	0	0
2011	92	0	0
2012	223	0	0
2013	236	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação



### Forma de articulação com o Ensino Médio

Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente
2007	0	0	50
2008	0	0	84
2009	0	0	0
2010	35	0	84
2011	66	0	26
2012	93	0	130
2013	89	0	147

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### 3.3.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria)

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los.

São mais de 500 opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricitista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal.

Trimestralmente as prefeituras podem renegociar com as escolas a oferta de cursos do Pronatec Brasil Sem Miséria em Ecoporanga.

De janeiro de 2012 a julho de 2014, foram efetuadas 36 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município de Ecoporanga.

### Novas matrículas de Educação Profissional Técnica na Rede Pública

Ano	Rural	Urbana
2013	0	13

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Porcentagem de Matrículas na Educação Profissional de nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio

Ano	Pública		Privada	
	%	Matrículas	%	Matrículas
2007	0%	0	0%	0
2008	0%	0	0%	0
2009	0%	0	0%	0
2010	4,6%	35	0%	0
2011	8,1%	66	0%	0
2012	10,5%	93	0%	0
2013	10%	89	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

O Município de Ecoporanga oferta cursos profissionalizantes técnicos de nível médio na rede Estadual de Ensino, nota-se que houve um avanço no atendimento e demanda.

**Matrículas de Educação Profissional técnica de nível médio na rede estadual**  
**Raça/Cor**

Ano	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	Total
2007	1	0	39	0	0	10	50
2008	3	0	32	0	0	49	84
2009	0	0	0	0	0	0	0
2010	5	0	99	7	0	8	119
2011	0	0	73	7	0	12	92
2012	5	0	173	11	0	34	223
2013	9	3	149	5	0	70	236

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Sabemos que o ensino a ser ofertado contempla todas as classes sociais, respeitando a desigualdades étnicorraciais.

Assim sendo, a implantação dos cursos profissionalizantes pelo setor público municipal esbarram não apenas na questão orçamentária, mas no gerenciamento, posto ser a área da educação profissionalizante uma área bem distinta da atuação tradicional do Município no que se refere à educação, sendo que contamos esporadicamente com parcerias público-privadas para capacitação profissional, não havendo uma estrutura fixa no Município para tanto, que seja pública.

Uma medida a ser tomada seria o planejamento voltado à criação de um Centro Municipal de Capacitação Profissional, analisando-se desde questões orçamentárias a questões estruturais, como capacitação do corpo docente e estrutura curricular.

**3.3.3 FORMAÇÃO PELA ESCOLA - Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE**

Formação Pela Escola é um programa de formação continuada, na modalidade à distância, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento e atuação dos agentes e parceiros envolvidos com execução, monitoramento, avaliação, prestação



de contas e controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.

Os cursos são organizados em modulares de 40h, sendo 8h presenciais e 32h a distância, num período mínimo de 30 dias e máximo de 45 dias. A cada módulo concluído, o cursista terá seu certificado de conclusão desde que participe de todo módulo.

Temos como público alvo: Gestores escolares, Comitê local do PAR, Conselhos escolares, Conselheiros do CAE, Professores, Técnicos de secretarias, Conselho Tutelar, pais e todos que se interessarem.

Os cursos ofertados são:

Competências Básicas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PTE – Programa de Transporte Escolar

PLi – Programa do Livro Didático

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

Controle Social para Conselheiros

A demanda é compatível à oferta de cursos de acordo com a tabela a seguir:

### **Cursos e vagas oferecidos em 2013**

<b>Cursos</b>	<b>Vagas ofertadas</b>	<b>Nº de alunos concludentes</b>	<b>Duração do curso</b>
Competências Básicas	40 vagas ofertadas	39 alunos concluíram	De Setembro à Outubro de 2013
Competências Básicas	40 vagas ofertadas	33 alunos concluíram	De Novembro à Dezembro de 2013
FUNDEB	40 vagas ofertadas	37 alunos concluíram	De Novembro à Dezembro de 2013
Total geral de vagas ofertadas: 120			
Total geral de alunos que concluíram os cursos: 109			

Fonte: Responsável pelo curso no município de Ecoporanga

### Cursos e vagas oferecidos em 2014

<b>Cursos</b>	<b>Vagas ofertadas</b>	<b>Nº de alunos concludentes</b>	<b>Duração do curso</b>
Competências Básicas	40 Vagas ofertadas	32 alunos concluíram	De Janeiro à Fevereiro de 2014
PLi - Programa	80 vagas ofertadas	69 alunos concluíram	De Março à Abril de 2014
PTE – Programa Transporte Escolar	40 Vagas ofertadas	36 alunos concluíram	De Maio à Junho de 2014
PDDE	40 Vagas ofertadas	39 alunos concluíram	De Julho à Agosto de 2014
Controle Social	40 vagas ofertadas	30 alunos concluíram	De Setembro à Outubro de 2014
Total geral de vagas ofertadas: 240			
Total geral de alunos que concluíram os cursos: 206			

Fonte: Responsável pelo curso no município de Ecoporanga

### META 11

**Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão do segmento público.**

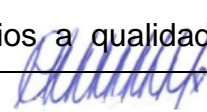
### ESTRATÉGIAS

11.1. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

11.2. Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.

11.3. Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

11.4. Assegurar, nas escolas profissionalizantes, a infra-estrutura física, didática e tecnológica adequada, de acordo com os padrões necessários a qualidade do





ensino profissional, atendendo, inclusive, aos alunos com necessidades educativas especiais.
11.5. Incentivar a educação profissionalizante como educação continuada, ampliando as oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.
11.6. Intensificar o processo de integração da educação básica ao ensino profissionalizante bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas modalidades sequenciais e concomitantes.
11.7. Assegurar a excelência de cursos profissionalizantes e sua adequação à realidade local.

## **4. EDUCAÇÃO SUPERIOR**

### **4.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR**

#### **4.1.1 DIAGNÓSTICO**

Dentre muitos problemas enfrentados pela sociedade ecoporanguense podemos destacar o elevado índice de desemprego principalmente na camada da população mais jovem, sendo um dos fatores que muito influencia é a baixa escolaridade média da população que resulta em uma sociedade excludente.

Dessa forma, a educação superior funcionaria como estratégia para a melhoria do nível social e financeiro da população, mas se faz necessário à elaboração e a organização de políticas públicas voltadas para a geração de empregos que permitem a manutenção dos recém formados no contexto geral do município.

Outra questão que envolve o acesso à Educação Superior é a necessidade de se ofertar aos professores que atuam na Educação Básica, condições de ampliar seus conhecimentos através de cursos de mestrado e doutorado.



Com a chegada da internet no Brasil nos meados da década de 1990 a educação à distância começou a desenvolver-se de forma concreta ano após anos, surgindo também os mais diversos formatos tendo sempre o objetivo de permitir o acesso à educação superior nos mais remotos lugares. Sendo assim fez se necessário repensar as leis que regem tal sistema:

O Decreto N° 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 que regulamenta o Art. 80 da LDB ( Lei n° 9.394/96) diz:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Atualmente, no município de Ecoporanga, a Educação Superior é ofertada em três Instituições de Ensino, sendo duas públicas no polo UAB e uma privada:

#### **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados em Ecoporanga**

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos, sendo ofertados cursos na modalidade EAD – Educação À Distância.
--

Fonte: © 2015 Ministério da Educação - Sistema e-MEC

As metas do Ensino Superior são de competência do Governo Federal, mas aos Governos locais cabem estimular à criação e a manutenção dos mais variados cursos promovendo aos jovens condições de estudarem em sua própria cidade. Segundo dados do MEC o crescimento do número de estudantes em cursos de educação a distância superou expectativas. Esse crescimento é atribuído à credibilidade desse método de ensino, ao incremento da tecnologia nos últimos anos e à criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que foi uma rede nacional inicialmente experimental voltada para a pesquisa de novas metodologias de ensino para a educação superior, com a finalidade de expandir, democratizar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – SEED, atua como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e

aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso à biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnicorraciais, de temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

De acordo com o censo de 2010, o número pessoas que frequentavam a Educação Superior do município de Ecoporanga pode ser dividido da seguinte forma:

<b>Tipos de graduação</b>	<b>Quantidade de pessoas matriculadas</b>
Particular	428
Pública	136
Total	564

Fonte: Censo demográfico 2010: resultado da amostra – educação

O polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de Ecoporanga, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de EAD de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior (IPES) formadoras.



### Cursos ofertados no pólo em 2014

▲ Instituição	Curso	Chamada UAB	Tipo de Curso	Total de Ofertas	Ofertas em andamento	Alunos Matriculados
1 IFES	COMPLEMENTACAO PEDAGOGICA	UAB	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	1	1	13
2 IFES	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	UAB	ESPECIALIZAÇÃO	1	0	0
3 IFES	GESTAO PUBLICA MUNICIPAL	PNAP	ESPECIALIZAÇÃO	1	0	0
4 IFES	LETRAS PORTUGUES	UAB	LICENCIATURA	1	1	33
5 IFES	TECNOLOGIA EM ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	UAB	TECNOLOGO	4	2	16
6 UFES	ARTES VISUAIS	UAB	LICENCIATURA	1	0	0
7 UFES	BIOLOGIA	UAB	LICENCIATURA	1	1	29
8 UFES	CIENCIAS CONTABEIS	UAB	BACHARELADO	1	0	0
9 UFES	DIMENSOES DA HUMANIZACAO: FILOSOFIA, PSICANALISE, MEDICINA	UAB	APERFEIÇOAMENTO	1	0	0
10 UFES	FILOSOFIA E PSICANALISE	UAB	ESPECIALIZAÇÃO	1	0	0
11 UFES	FISICA	UAB	LICENCIATURA	1	0	0
12 UFES	GESTAO DE AGRONEGOCIOS	UAB	ESPECIALIZAÇÃO	1	0	0
13 UFES	GESTAO EM SAUDE	PNAP	ESPECIALIZAÇÃO	1	0	0
14 UFES	HISTORIA	UAB	LICENCIATURA	1	1	27
15 UFES	LOGISTICA	UAB	ESPECIALIZAÇÃO	1	0	0
16 UFES	PEDAGOGIA - SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	UAB	LICENCIATURA	1	1	20
17 UFES	QUIMICA	UAB	LICENCIATURA	1	0	0
<b>Total</b>				<b>20</b>	<b>7</b>	<b>138</b>

Fonte: Equipe responsável pelo polo UAB

### Cursos e vagas ofertadas em 2013

Graduação UFES - Licenciatura em Artes Visuais – 26 alunos;  
 Graduação UFES – Bacharel em Ciências Contábeis – 18 alunos  
 Graduação em Química UFES – 04 alunos  
 Aperfeiçoamento em Diversidade e Cidadania UFES – 37 alunos  
 Graduação IFES – Tecnólogo em Tecnologia Analise em Desenvolvimento de Sistemas – 13 alunos  
 Graduação UFES – Licenciatura em Física – 09 alunos  
 Aperfeiçoamento em Educação do Campo – 54 alunos;  
 Especialização em Gestão em saúde – 26 alunos  
 Total geral: 187 alunos

Fonte: Equipe responsável pelo polo UAB

### Número de matrículas ativas do Sistema UAB de Ecoporanga.

Ano	Bacharelado	Especialização	Licenciatura	Tecnólogo	Total
2007	-	-	-	17	17
2008	-	35	-	17	52
2009	-	29	-	33	62
2010	29	40	81	23	173
2011	29	113	81	23	246
2012	29	113	81	23	246

FONTE: SISUAB – CAPES

Os números correspondem às matrículas nas situações (status) "cursando" e "provável formando".

A primeira formatura no pólo de Ecoporanga ocorreu no 2º semestre de 2012 com 23 formandos do curso de Licenciatura em Artes Visuais e 9 alunos de Licenciatura em Física em 2013.

De acordo com o diagnóstico, definimos como propósito, melhorar a Educação Superior do município de Ecoporanga, aprimorando também a melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade de acordo com metas e estratégias.

### **METAS 12, 13 e 14**

**Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

**Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**

**Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.**

### **ESTRATÉGIAS**

12.1. Ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal da Educação Superior, ofertar vagas em cursos que atenda o interesse da população.

12.2. Incentivar as IES do município a ofertarem cursos à nível de pós graduação (mestrado, doutorado).

12.3. Expandir o financiamento estudantil por meio do FIES à pós-graduação stricto sensu.

12.4. Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação



superior e beneficiárias do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES de que, trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior de modo a reduzir as desigualdades étnicorraciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afro-descendentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.5. Estimular a ampliação e o desenvolvimento da pós-graduação stricto-sensu (mestrado e doutorado) e da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, nas Instituições Privadas e no sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil, aumentando assim o número de docentes do ensino superior com maior qualificação.

12.6. Adotar mecanismos para incentivar a expansão das vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação das IES.

12.7. Garantir investimentos necessários para dotar o município de infra-estrutura básica na oferta de Cursos a Distância, tendo como instituição mantenedora a Universidade Aberta do Brasil – UAB.

12.8. Cobrar propostas das IES para garantir o acompanhamento adequado dos estágios curriculares.

12.9. Assegurar o estabelecimento de convênios com as IES para garantir a formação de profissionais de nível superior do município de Ecoporanga inclusive na ampliação da oferta de cursos.

12.10. Promover, anualmente, a partir da aprovação deste Plano, a realização da Semana Acadêmica, com o intuito de fomentar a comunicação, a produção e exposição para a sociedade dos conhecimentos desenvolvidos nas IES.

12.11. Firmar convênios com as IES para fortalecer o oferecimento de cursos de acordo com as necessidades da administração pública municipal, visando a qualificar seu quadro de funcionários para melhor servir à sociedade ecoporanguense.

12.12. Ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes.

12.13. Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

## **5. MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **5.1 FORMAÇÕES DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

#### **5.1.1 DIAGNÓSTICO**

Todas as ações para melhorar a qualidade da Educação Básica só terão êxito mediante vigorosa Política de Valorização do Magistério e de Formação Docente como reza a meta ao ressaltar a equiparação do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente até 2020. O Plano Nacional de Educação define a amplitude desta política de valorização do professor:

- Formação profissional inicial;
- Condições de trabalho, salário e carreira;
- Formação continuada.

A carreira do magistério deve ser atrativa no que diz respeito aos aspectos apontados, uma vez que já se constata uma significativa fuga de docentes que têm migrado para outras carreiras pelos baixos salários.

Os objetivos, metas e ações propostas no Plano Municipal de Educação de Ecoporanga no que concernem à Valorização do Magistério e à Formação do Docente da Educação Básica procuraram dar uma definição detalhada desses aspectos.

Como um instrumento paliativo, para atender a crescente demanda de docentes, a Emenda Constitucional nº14, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que se estenderá até 2020, garantem a realização de cursos de licenciaturas breves. Mesmo assim, não há um grande aumento do número de jovens docentes. E pode se observar que a profissão de professor surge como algo provisório, na vida dos jovens trabalhadores.



As metas e objetivos encaminhados neste Plano para efetiva valorização docente resultaram do diagnóstico da realidade educacional do município de Ecoporanga, a partir do levantamento do número de professores da Educação Básica por grau de formação e níveis escolares na esfera da Rede de Ensino Pública e Privada e da análise conjuntural que contribui para o agravamento dos problemas enfrentados pelos profissionais da educação.

Para inferir e propor sobre a formação continuada e a valorização do magistério em nosso município, deve-se partir de uma visão geral de como se encontra a distribuição das funções docentes. Vale ressaltar que o mesmo docente pode estar atuando em mais de um nível e/ou modalidade de ensino, e em mais de um estabelecimento do ensino ora na Rede Pública, ora na Rede Privada.

A seguir será apresentada a distribuição das funções docentes em seus níveis de formação e modalidades de ensino com bases nos dados obtidos pelo MEC/INEP, no período de 2007 a 2013.

#### Professores da Educação Básica por escolaridade

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2007	0%	0	36,9%	106	5,6%	16	57,5%	165
2008	0%	0	17,5%	50	5,6%	16	76,8%	219
2009	0,3%	1	12,7%	39	6,5%	20	80,5%	248
2010	0,4%	1	9,9%	28	11,7%	33	78%	220
2011	0,4%	1	8,3%	23	7,2%	20	84,2%	234
2012	0%	0	6,9%	20	7,6%	22	85,5%	247
2013	0%	0	3,3%	10	6,6%	20	90%	271

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Ao analisar a tabela acima se observa que 271 professores possuem Ensino Superior equivalendo a 90% dos docentes atuam na Educação Básica e destes apenas 3,3% possuem Normal/Magistério, a maioria atua na rede municipal.



### Professores da Educação Infantil

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	37,9%	25	0%	0	62,1%	41
2008	0%	0	20,3%	14	1,4%	1	78,3%	54
2009	1,3%	1	21,8%	17	2,6%	2	74,4%	58
2010	0%	0	19,7%	13	4,5%	3	75,8%	50
2011	0%	0	16,2%	11	1,5%	1	82,4%	56
2012	0%	0	15,5%	11	2,8%	2	81,7%	58
2013	0%	0	9,9%	7	4,2%	3	85,9%	61

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Professores do Ensino Fundamental

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	33,2%	65	6,6%	13	60,2%	118
2008	0%	0	16,1%	32	6,5%	13	77,4%	154
2009	0%	0	10%	21	8,5%	18	81,5%	172
2010	0,5%	1	8,5%	16	12,2%	23	78,8%	149
2011	0,5%	1	6%	12	8,5%	17	84,9%	169
2012	0%	0	4,2%	9	8,4%	18	87,4%	188
2013	0%	0	1,4%	3	7,7%	16	90,8%	188

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

### Professores do Ensino Médio

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	11,9%	7	13,6%	8	74,6%	44
2008	0%	0	6,3%	4	12,5%	8	81,3%	52

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	0%	0	5,7%	4	7,1%	5	87,1%	61
2010	1,7%	1	0%	0	20%	12	78,3%	47
2011	1,5%	1	1,5%	1	9,2%	6	87,7%	57
2012	0%	0	0%	0	10,1%	7	89,9%	62
2013	0%	0	0%	0	7,7%	5	92,3%	60

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A análise dos Gráficos acima apresenta os dados da distribuição docente da educação infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Médio nos permite inferir que há na Rede Pública no ano de 2013, 11,3% de docentes que possuem Normal/Magistério e 19,6% ainda com Ensino Médio. Embora não saibamos precisar o total do percentual de docentes licenciados, tendo em vista a singularidade da atuação docente com ampla jornada de trabalho: ora na Rede Pública Estadual ora na Rede Pública Municipal, há muitos profissionais licenciados nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Embora os dados que nos foram fornecidos não esclareçam a distribuição docente tanto nas séries iniciais como nas séries finais, é considerável a parcela de docentes com licenciatura.

#### Professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área que atua

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	244	77%	188	67,6%	165	9%	22
2010	100%	193	77,2%	149	65,8%	127	7,3%	14
2011	100%	269	81,8%	220	75,1%	202	17,8%	48
2012	100%	287	89,5%	257	67,2%	193	10,8%	31
2013	100%	262	97,7%	256	68,3%	179	6,9%	18

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Salientamos que somente a rede estadual atua nesta modalidade de ensino e em 2007 com 67,6% e 9%, respectivamente, dos professores portando diploma de nível superior em alguma licenciatura e com licenciatura na área que atua. Destaca que em 2013 os docentes com licenciatura ou nível superior permaneceram com 68,3% e diminuindo os que têm licenciatura na área que atua com 6,9%. O que em Ecoporanga é de extrema necessidade o cumprimento da meta onde assegura que todos os professores de Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área do conhecimento em que atuam.

**Professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam**

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2009	100% 65	87,7% 57	72,3% 47	29,2% 19
2010	100% 53	75,5% 40	43,4% 23	11,3% 6
2011	100% 67	91% 61	59,7% 40	31,3% 21
2012	100% 67	97% 65	44,8% 30	23,9% 16
2013	100% 63	100% 63	44,4% 28	20,6% 13

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

É no Ensino Médio, sem dúvida, que há o maior contingente de docentes licenciados quando comparado com outros níveis de formação nesta modalidade de ensino.

**Professores da Educação Básica com Pós-Graduação**

Ano	Total do indicador
2007	35,2% 102
2008	53,1% 154
2009	53,5% 167
2010	32,4% 94
2011	57,7% 164
2012	60% 177
2013	73,7% 227

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Professores da Educação Básica com tipo de Pós-Graduação

Ano	Especialização		Mestrado		Doutorado	
2007	34,8%	101	0,3%	1	0%	0
2008	52,4%	152	0,7%	2	0%	0
2009	53,5%	167	0%	0	0%	0
2010	32,4%	94	0%	0	0%	0
2011	57,4%	163	0,4%	1	0%	0
2012	59,3%	175	0,7%	2	0%	0
2013	73,7%	227	0,6%	2	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Neste caso, os dados informados para os professores no município de Ecoporanga indicam que há um número considerável de docentes com pós-graduação, até mesmo acima da meta desejada para 2024 do PNE.

Atualmente temos na rede municipal um quadro efetivo de:

Nº de Professores	Nível de Escolaridade
1 (um)	MMPA I
132 (cento e trinta e dois)	MMPA V
10 (dez)	MMPA IV
2 (dois)	Educação Física - MMPAV
10 (dez)	MMPP V
1 (um)	MMPP VI

Fonte: Prefeitura de Ecoporanga

Além desses dados sobre a formação docente, outros aspectos contribuem para tornar desafiador o exercício docente em nosso município, pois temos um bom número de professores com extensão de carga horária e contratos temporários.

É necessário que se promova a reformulação da lei de valorização do magistério e plano de carreira do município em vistas dos desafios presentes e das novas exigências no campo da educação que demandam profissionais cada vez mais qualificados, valorizados e permanentemente atualizados, desde a educação infantil até a educação superior.

Uma das características próprias da política pública do Fundeb é seu caráter evolutivo, resultante da necessidade de permanente revisão e busca constante de superação de novos desafios impostos a cada momento da implementação.

O Fundeb se inscreve nessa perspectiva, pois pretende:

No Artigo 67/LDB, os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluídos na carga de trabalho;

Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

### **5.1.2 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES – FORMAÇÃO CONTINUADA**

A Lei nº 9424/96 que instituiu o FUNDEF estabeleceu que 60% dos recursos subvinculados para o ensino fundamental deveriam ser aplicados na remuneração e capacitação de professores, sobretudo nos cinco primeiros anos de vigência do fundo. Esta lei exigiu a criação de planos de carreira e remuneração do magistério em todos os sistemas de ensino. Além disso, definiu que um padrão de qualidade do ensino no que tange à definição de custo aluno inclui a “capacitação permanente dos profissionais da educação”.

De igual modo, a Resolução nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação, definiu, no artigo 5º, que os sistemas de ensino “envidarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior em instituições credenciadas, bem como, em programas de aperfeiçoamento em serviço”. Desse modo, os planos de carreira devem incentivar a progressão, por meio da qualificação inicial e continuada dos trabalhadores da educação.

No 1º semestre de 2013, visando acompanhar, assessorar e avaliar o processo de informatização das escolas, oferecendo suporte técnico e pedagógico, a Secretaria



Municipal de Educação do município de Ecoporanga formou uma equipe composta por 1 coordenador, 2 tutores e 1 técnico de suporte.

No 2º semestre de 2013, o município aderiu ao Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – ProInfo Integrado, com o objetivo de promover o processo de inclusão digital para que professores e agentes educacionais possam utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação em sua prática pedagógica. Foi ofertado o curso de “Introdução à Educação Digital” (60 h) à 60 professores onde 50 concluíram todas as etapas.

No ano de 2014 fizeram parte da equipe 1 coordenador, 1 tutor e técnico de suporte. O curso de “Introdução à Educação Digital” (60 h) foi oferecido a 32 profissionais da educação onde 30 finalizaram com êxito.

A fim de proporcionar um aprofundamento sobre os recursos tecnológicos para serem utilizados na prática pedagógica, visando à aplicação dos saberes com turmas de alunos, a partir de março de 2015 será ofertado a 35 professores e gestores escolares o curso de “Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC” (60h).

Mes	Total		
	Escola(s)*	Laboratório(s)	Valor (R\$)
Outubro/2002	1	1	28.866,30
Setembro/2007	1	1	33.398,46
Julho/2008	1	1	11.885,30
Junho/2009	2	2	7.256,46
Julho/2009	1	1	11.885,30
Março/2010	1	1	30.819,90
Agosto/2011	3	3	40.748,10
Setembro/2011	2	2	6.279,90
Fevereiro/2012	1	1	13.582,70
<b>Total Geral</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>184.722,42</b>

Uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na rede pública de educação básica. Reformulado em 2007, com a ampliação do seu escopo, o programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais digitais, bem como oferta cursos de formação continuada aos professores e gestores das escolas, voltados para o uso didático-pedagógico das TICs.

## Projetores Proinfo entregues (execução direta FNDE)

Ano	Urbana						Total		
	Estadual			Municipal					
	Escolas	Projetores	Valor (R\$)	Escolas	Projetores	Valor (R\$)	Escolas	Projetores	Valor (R\$)
2011	2	2	2.938,00	1	1	1.469,00	3	3	4.407,00

Fonte: FNDE/Ideb

O professor precisa ser valorizado em seu ofício de ensinar, não menos complexo que o do médico ou o de outros profissionais cujas funções são essenciais na nossa sociedade. A reformulação do Plano de Carreira deverá ocorrer para regulamentar, no tocante às carreiras do magistério da Educação Básica pública, os dispositivos da Lei nº 11.738/2008 (Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público), em especial o art. 2º § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

A Lei Municipal Nº1503/11 que é o Plano de Carreira, institui e disciplina o regime de relação entre deveres dos servidores do Magistério Público do Município de Ecoporanga, no que diz respeito às atividades e tarifas a executar e as correspondentes retribuições peculiares, e tem sua execução regulada pelos seus dispositivos e pelo Estatuto do Magistério Público Municipal e demais legislações complementares. Segue abaixo os cargos e a tabela de vencimentos dos servidores do Magistério Público do município de Ecoporanga:

Classe	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
Professor A	I	641,27	654,10	667,18	680,52	694,13	708,01	722,17	736,62	751,35	766,38	781,70	797,34	813,29	829,55	846,14	863,06
	II	929,84	948,44	967,41	986,76	1006,62	1026,62	1047,15	1068,10	1089,46	1111,25	1133,47	1156,14	1179,26	1202,85	1226,91	1251,44
	III	1069,32	1090,70	1112,52	1134,77	1157,46	1180,61	1204,23	1228,31	1252,88	1277,93	1303,49	1329,56	1356,15	1383,28	1410,94	1439,16
	IV	1363,84	1391,12	1418,94	1447,32	1476,26	1505,79	1535,91	1566,62	1597,96	1629,92	1662,51	1695,76	1729,68	1764,27	1799,56	1835,55
	V	1500,22	1530,22	1560,83	1592,05	1623,89	1656,36	1689,49	1723,28	1757,75	1792,90	1828,76	1865,34	1902,64	1940,69	1979,51	2019,10
	VI	1650,24	1683,24	1716,91	1751,25	1786,27	1822,00	1858,44	1895,61	1933,52	1972,19	2011,63	2051,87	2092,90	2134,76	2177,46	2221,01
	VII	1815,26	1851,57	1888,60	1926,37	1964,90	2004,19	2044,28	2085,16	2126,87	2169,40	2212,79	2257,05	2302,19	2348,23	2395,20	2443,10
Professor B	IV	1363,84	1391,12	1418,94	1447,32	1476,26	1505,79	1535,91	1566,62	1597,96	1629,92	1662,51	1695,76	1729,68	1764,27	1799,56	1835,55
	V	1500,22	1530,22	1560,83	1592,05	1623,89	1656,36	1689,49	1723,28	1757,75	1792,90	1828,76	1865,34	1902,64	1940,69	1979,51	2019,10
	VI	1650,24	1683,24	1716,91	1751,25	1786,27	1822,00	1858,44	1895,61	1933,52	1972,19	2011,63	2051,87	2092,90	2134,76	2177,46	2221,01
	VII	1815,26	1851,57	1888,60	1926,37	1964,90	2004,19	2044,28	2085,16	2126,87	2169,40	2212,79	2257,05	2302,19	2348,23	2395,20	2443,10
Professor P	IV	1363,84	1391,12	1418,94	1447,32	1476,26	1505,79	1535,91	1566,62	1597,96	1629,92	1662,51	1695,76	1729,68	1764,27	1799,56	1835,55
	V	1500,22	1530,22	1560,83	1592,05	1623,89	1656,36	1689,49	1723,28	1757,75	1792,90	1828,76	1865,34	1902,64	1940,69	1979,51	2019,10
	VI	1650,24	1683,24	1716,91	1751,25	1786,27	1822,00	1858,44	1895,61	1933,52	1972,19	2011,63	2051,87	2092,90	2134,76	2177,46	2221,01
	VII	1815,26	1851,57	1888,60	1926,37	1964,90	2004,19	2044,28	2085,16	2126,87	2169,40	2212,79	2257,05	2302,19	2348,23	2395,20	2443,10



### **META 15, 16, 17 e 18**

**Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

**Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

**Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.**

**Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.**

### **ESTRATÉGIAS**

15.1. Divulgar a plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação;

15.2. Estimular a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.3. Garantir formação continuada a todos os profissionais da educação básica dentro da sua área de atuação.

15.4. Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos à distância, na área de formação e qualificação de professores do Ensino Infantil e Fundamental.





15.5. Realizar planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município.
15.6. Fazer parcerias com Universidades e Instituto Federais ou Faculdades Particulares com objetivo de promover capacitações.
15.7. Assegurar a utilização de programas e projetos de Educação a Distância e uso das tecnologias educacionais, integrando-os a uma política educacional que privilegie a qualidade e a equidade na educação pública ecoporanguense.
16.1. Institucionalizar uma política municipal de formação continuada de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.
16.2. Aderir ao programa nacional de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.
16.3. Divulgar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, que disponibiliza gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.
16.4. Divulgar os programas de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica, ofertadas pelo Ministério da Educação.
16.5. Aderir a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.
16.6. Incentivo financeiro aos profissionais que necessitam deslocar do seu domicílio com objetivos de estudos ou qualquer formação na área de atuação.



17.1. Garantir, por iniciativa da SMEC, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação do Executivo Municipal, e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
17.2. Adequar, o plano de carreira para os profissionais do magistério da rede pública municipal, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento das horas atividades;
17.3. Reivindicar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.
17.4. Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, a fim de subsidiar o Conselho Municipal de Educação (deliberativo) para que possa tratar das condições necessárias à atividade docente – número de estudante por sala, profissionais de apoio, currículo, entre outros.
17.5. Valorizar os educadores, com melhores salários, de acordo com seu nível de especialização, respeitando o estabelecido no Plano de Carreira e Vencimento dos Servidores do Magistério Público Municipal e no Estatuto do Magistério Público.
18.1. Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, a maioria dos profissionais da educação seja ocupante de cargos de provimento efetivo e esteja em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.
18.2. Prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação “stricto sensu”.
18.3. Instituir comissões permanentes de profissionais da educação do sistema de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira.

## 6 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

### 6.1 DIAGNÓSTICO:

As lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade fazem parte das reivindicações de diversos segmentos da sociedade há algumas décadas, essas se intensificaram a partir da década de 1980, resultando na aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal art. 206.

A Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Enquanto lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática.

A Lei nº 9424/96 que instituiu o FUNDEF estabelece normas para a “gestão democrática do ensino público na educação básica” e, no artigo 15, determina que os sistemas de ensino assegurem “às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público”.

Para garantir o cumprimento a essas orientações legais, compete a rede municipal de ensino instituir políticas voltadas à garantia das condições de trabalho dos profissionais da educação.

O Plano Municipal de Educação tem o compromisso de garantir e ampliar a gestão democrática no âmbito da Rede Municipal de Ensino, tanto no que diz respeito aos instrumentos e mecanismos formais, quanto à vivência cotidiana em cada instituição, oportunizando aos atores interessados a participação no planejamento e no acompanhamento das ações educacionais em cada instituição, como determina a Constituição Federal de 1988 e a LDB, que consagram a gestão democrática no ensino público como princípio, após longos e controversos debates sobre o significado e abrangência desse pressuposto.

A democratização da educação em um sentido amplo garante pleno acesso de todos os cidadãos à educação. No caso da educação formal, é entendida como



garantia de acesso, permanência e sucesso, com conclusão dos estudos, em instituições de ensino. Esses pressupostos têm como decorrência o debate sobre qual educação deve ser desenvolvida nessas instituições, e de como garantir os interesses educacionais da população. Portanto, para além do acesso, torna-se premente a necessidade de garantir a participação dos atores sociais envolvidos na gestão, através de espaços de discussão, deliberação e avaliação do currículo (entendido de forma ampla) das instituições de ensino e, também, na esfera macro, a participação na elaboração das políticas educacionais. Esse é o conceito que constitui a gestão democrática da educação, em âmbito de sistema e em cada instituição como participação social nos processos de reflexão, decisão e avaliação do conjunto das políticas educacionais e das ações pedagógicas.

A gestão democrática em Ecoporanga, como no restante do país, é fruto de um processo de democratização da sociedade brasileira, além da CF de 1988, pelo “Plano Decenal de Educação Para Todos”, pela LDB, pela Constituição Estadual, pelo Estatuto do Magistério e pela Lei Orgânica do Município de Ecoporanga.

Institucionalizada pela Secretaria Municipal de Educação no Decreto nº 3.050 de 2006, com a implantação e implementação dos Conselhos Escolares e da Eleição Direta para Diretores, como mecanismos privilegiados da Gestão Democrática, esta é dever e responsabilidade dos gestores públicos e de toda a sociedade.

O município de Ecoporanga não possui uma lei única de gestão democrática, no entanto possui a lei que regulamenta os Conselhos Escolares. Também não possui sistema próprio, porém tem organizado os Conselhos do: CAE, FUNDEB e CME.

Esperamos a unificação e a regulamentação da Gestão Democrática da rede de Ensino e das instituições educacionais, prevendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

#### **META 19**

**Garantir, em leis específicas a efetivação da gestão democrática na educação básica, que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa.**

#### **ESTRATÉGIAS**

19.1. Avaliar o profissional da educação semestralmente nos itens de pontualidade, assiduidade, comprometimento e responsabilidade em sua função por uma comissão formada pelo trio gestor e o conselho escolar.

19.2. Garantir o pagamento adicional de 19h para o profissional eleito para direção escolar com carga horária de 25h mais gratificação em cima do número de alunos, caso o profissional eleito tenha carga horária de 50h será acrescido somente a gratificação por aluno.

19.3. Assegurar ao diretor escolar autonomia plena na execução do regimento municipal da educação e garantir o cumprimento da Lei Municipal Lei Nº 1163, de 17 de outubro de 2005 que fala sobre o repasse financeiro da prefeitura para todas as unidades escolares municipais tendo o cálculo do repasse na base de R\$ 2,00 (dois reais) por aluno, não podendo ultrapassar a R\$ 600,00 (seiscentos reais) por entidade.

19.4. Assegurar, desde a implantação deste PME, que o coletivo tome consciência dos principais problemas da escola e das suas possibilidades de solução, de modo a definir nos seus PPP as responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas.


19.5. Promover, a cada dois anos a partir da vigência deste plano, uma Conferência Municipal de Educação, sob a coordenação da SMEC/Scoporanga, com garantia de apoio técnico e administrativo.

19.6. Garantir, nas pautas das atividades de formação continuada, a discussão sobre o tipo de gestão assumida pela SMEC/Scoporanga, nos termos deste PME.

19.7. Priorizar a nomeação dos diretores, a partir de critérios de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar e pautar, nos processos de escolhas de representantes nos diversos coletivos escolares e na eleição de diretores, o tema da gestão democrática, enquanto determinação legal e direito social.

19.8. A partir da aprovação deste Plano, promover encontros de formação dos conselhos municipais da área da educação e conselhos escolares, semestralmente, visando capacitá-los para o desempenho de suas funções relativas à aplicação de recursos financeiros e acompanhamento deste PME promovido pela SMEC/Scoporanga.

19.9. Organizar e atualizar permanentemente, no primeiro ano de vigência deste PME, um sistema de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações pedagógicas desenvolvidas na SMEC/Scoporanga.



19.10. Aderir os programas de apoio e formação para os conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, Conselho Municipal de Educação e de outros e para os representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.11. Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.

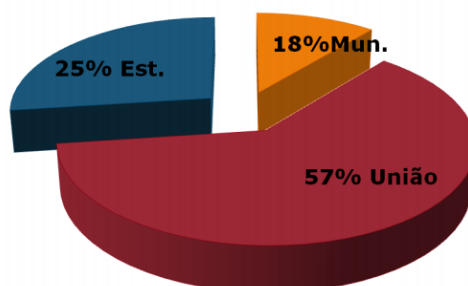
19.12. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

## 7- FINANCIAMENTO

### 7.1 DIAGNÓSTICO:

O Brasil é um dos poucos países do mundo a manter uma vinculação de recursos tributários, como uma das garantias da existência de recursos financeiros para a Educação, tendo essa vinculação sofrida idas e vindas, conforme fosse a conjuntura política mais ou menos democrática.

### **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO** **Repartição da arrecadação tributária** Brasil:2010



Fonte: Tribunal de Contas do Estado

Além dos recursos vinculados constitucionalmente, que são as principais fontes de Financiamento da Educação pública, destinam-se a ela, ainda, os recursos provenientes do Salário-Educação que, a partir da Emenda Constitucional nº 14/1996 (EC nº 14/1996), passou a ser calculado em 2,5% da folha de pagamento das empresas. Há, ainda, outras poucas fontes de recursos para a educação, tais como empréstimos, convênios, receita de prêmios lotéricos, doações, etc., mas que representam muito pouco em termos de montantes e percentuais para o setor educacional.

A base de qualquer projeto pedagógico de qualidade passa obrigatoriamente pela política de financiamento da Educação.

Diferentemente da lógica neoliberal, que vem procurando localizar na gestão a principal causadora dos problemas que afetam o rendimento e a eficiência do ensino, temos na política de financiamento da escola pública e na gestão democrática, as principais alavancas impulsionadoras de qualquer projeto político e pedagógico que busque a qualidade, valorização profissional, manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ecoporanga, no contexto das políticas públicas nacionais para a Educação, representa hoje um quadro que está a demandar maior empenho dos gestores, dentre os quais, ressalta-se a necessidade de se avançar para além dos recursos vinculados, seja via FUNDEB, seja em relação ao que é disponibilizado para uma gestão mais efetiva por parte dos entes federados.

Quem acompanha os efeitos do FUNDEF sobre a educação ecoporanguense sabe que, a partir de 1998, com a implementação desse Fundo, houve uma significativa redistribuição dos recursos para a educação em Ecoporanga, havendo um repasse importante dos recursos originados de impostos que são gerenciados pelo governo estadual e federal repassados para os municípios. Sendo assim, Financiamento e Gestão estão intrinsecamente ligados. A transparência da gestão dos recursos financeiros e o exercício do controle social, a par da definição de prioridades bem definidas, são instrumentos que permitirão a garantia da efetiva aplicação dos recursos destinados à educação.

Recurso financeiro transferido pelo PDDE / Escola Acessível						
Ano	Estadual		Municipal		Total	
	Escola(s)*	Reais	Escola(s)*	Reais	Escola(s)*	Reais

*[Handwritten signature]*

Ano	Estadual		Municipal		Total	
	Escola(s)*	Reais	Escola(s)*	Reais	Escola(s)*	Reais
2010	5	68.600,00	1	20.000,00	6	88.600,00
2011	2	16.000,00	1	7.000,00	3	23.000,00
2012	1	8.300,00	-	-	1	8.300,00
2013	1	10.000,00	4	36.600,00	5	46.600,00
<b>Total Geral</b>	<b>6</b>	<b>102.900,00</b>	<b>6</b>	<b>63.600,00</b>	<b>12</b>	<b>166.500,00</b>

FONTE: FNDE

**Conjuntos de mobiliários escolares adquiridos por meio do PAR com recurso FNDE**

Mes	Conjunto Aluno - tamanho 3	Conjunto professor	Mesa acessível	Total
	Municipal	Municipal	Municipal	
	Conjunto(s)	Conjunto(s)	Conjunto(s)	
Junho/2012	568	42	6	616

FONTE: FNDE / PAR

**Recursos FNDE empenhados para aquisição de mobiliários escolares por meio do PAR**

Mes	Municipal	Total
	Reais	Reais
Junho/2012	84.847,40	84.847,40

FONTE: FNDE / PAR

**Recursos repassados pelo programa PDE-Escola**

Ano	Total	
	Escola(s)*	Reais
2008	1	16.000,00
2010	7	233.000,00
2012	1	33.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>	<b>282.000,00</b>

FONTE: FNDE

Número de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE nos níveis de ensino.

Ano	Creche		Educação de Jovens e Adultos (EJA)		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Pré-Escola		Total
	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	
	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	
1999	-	-	-	-	3.113	2.609	-	-	-	-	5.722
2000	-	-	-	-	2.890	2.507	-	-	-	-	5.397
2001	-	-	-	-	2.978	2.368	-	-	-	-	5.346
2002	-	-	-	-	2.745	2.507	-	-	-	-	5.252
2003	-	349	-	-	2.373	2.380	-	-	-	-	5.102
2004	-	394	-	-	2.417	2.492	-	-	-	-	5.303
2005	-	294	-	-	2.337	2.594	-	-	-	-	5.225
2006	-	327	-	-	2.293	2.635	-	-	-	-	5.255



Ano	Creche		Educação de Jovens e Adultos (EJA)		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Pré-Escola		Total
	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	
	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	Aluno(s)	
2007	-	350	-	-	2.321	2.618	-	-	-	-	5.289
2008	-	471	-	-	2.289	1.685	-	-	-	653	5.098
2009	-	575	426	-	2.445	1.668	867	-	-	590	6.571
2010	-	585	413	-	2.350	1.562	810	-	-	656	6.376
2011	-	571	454	-	2.315	1.406	849	-	-	569	6.164
2012	-	568	303	-	2.267	1.416	845	-	-	561	5.960
2013	-	542	264	-	2.066	1.424	1.018	-	-	523	5.837
<b>Total Geral</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O município de Ecoporanga assume a responsabilidade pela oferta da alimentação escolar para os alunos das escolas municipais. Nestes casos, o FNDE repassa recursos para atendimento dessa clientela diretamente para o município. Para as escolas estaduais a responsabilidade pelo atendimento da alimentação escolar das escolas estaduais é da respectiva secretaria de estado da educação.

#### **PNAE - Recursos repassados (redes municipais e estaduais)**

Ano	Rede Municipal				Pré-Escola	Total	
	Creche	Ensino Fundamental	Mais Educação (parc. compl.) - fundamental				
	Reais	Reais	Reais		Reais	Reais	
1999	-	138.621,93			-	138.621,93	
2000	-	130.046,00			-	130.046,00	
2001	-	128.398,00			-	128.398,00	
2002	-	123.840,00			-	123.840,00	
2003	9.485,82	123.578,00			-	133.063,82	
2004	17.730,00	135.488,40			-	153.218,40	
2005	5.344,92	153.847,20			-	159.192,12	
2006	14.388,00	109.616,00			-	124.004,00	
2007	15.015,00	115.192,00			-	130.207,00	
2008	16.305,99	74.140,00			28.732,00	119.177,99	
2009	32.890,00	73.392,00			25.960,00	132.242,00	
2010	70.200,00	93.720,00			39.360,00	203.280,00	
2011	68.520,00	84.360,00			7.200,00	34.140,00	194.220,00
2012	95.424,00	84.960,00			4.680,00	47.124,00	232.188,00
2013	108.400,00	95.800,00			8.880,00	52.300,00	265.380,00
<b>Total Geral</b>	-	-			-	-	

FONTE: FNDE

Indicador apurado conf. regime de caixa. / Os repasses são realizados para secretarias municipais e estaduais de educação. No caso de delegação de rede, o repasse é feito diretamente à entidade delegada.

#### Alunos beneficiados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

Ano	Municipal						Total	
	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Aluno(s)	Valor (R\$)
	Aluno(s)	Valor (R\$)	Aluno(s)	Valor (R\$)	Aluno(s)	Valor (R\$)		
2004	-	-	249	18.641,52	-	-	249	18.641,52
2005	-	-	128	2.275,54	-	-	128	2.275,54
2006	-	-	1.228	90.031,92	-	-	1.228	90.031,92
2007	-	-	1.114	75.854,18	-	-	1.114	75.854,18
2008	-	-	988	32.538,54	-	-	988	32.538,54
2009	16	1.592,00	1.161	115.519,50	304	30.248,00	1.481	147.359,50
2010	46	6.074,18	1.078	132.691,88	309	38.388,71	1.433	177.154,77
2012	42	5.725,34	977	133.182,25	278	37.896,28	1.297	176.803,87
2013	29	439,25	-	-	259	3.922,92	288	4.362,17

FONTE: FNDE

Quantidade de alunos beneficiados e o valor repassado por município pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

#### DIAGNÓSTICO FINANCEIRO FUNDEB

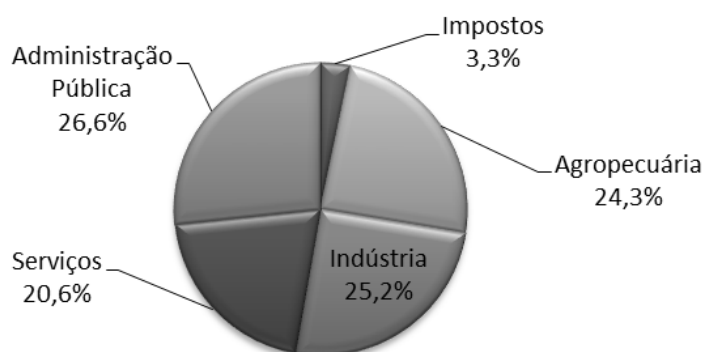
VALOR FUNDEB /2014		
	PONDERAÇÕES	NACIONAL
I – CRECHES PÚBLICAS /T PARCIAL :	1,00	2.285,57
II – CRECHES PÚBLI/T INTEGRAL:	1,30	2.971,24
III – CRECHES CONVEN/ T PARCIAL:	0,80	1.828,45
IV – CRECHES CONVEN/T INTEGRAL :	1,10	2.514,13
V – PRÉ-ESCOLA/T PARCIAL :	1,00	2.285,57
VI – PRÉ-ESCOLA/T INTEGRAL :	1,30	2.971,24
VII – ANOS INICIAIS/EF URBANO:	1,00	2.285,57
VIII – ANOS INICIAIS/EF RURAL:	1,15	2.628,40
IX - ANOS FINAIS/EF URBANO:	1,10	2.514,13
X – ANOS FINAIS/EF RURAL:	1,20	2.742,68
XI –EF/INTEGRAL:	1,30	2.971,24
XII – ENS. MÉDIO/URBANO:	1,25	2.856,96
XIII – ENS.MÉDIO/RURAL:	1,30	2.971,24
XIV – ENS.MÉDIO/TEMPO INTEGRAL:	1,30	2.971,24
XV – ENS.MÉDI/INTEG A ED. PROFIS:	1,30	2.971,24
XVI – EDUCAÇÃO ESPECIAL:	1,20	2.742,68
XVI – EDUCAÇÃO IND E QUILO:	1,20	2.742,68
XVII – EJA	0,80	1.828,45
XVIII –EJA PROFISSIONALIZANTE	1,20	2.742,68

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

O orçamento do Programa para 2014 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 38,9%, passando de R\$ 163,5 milhões para R\$ 227,1 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 41,4%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,35% para 0,34% no período de 2005 a 2010.

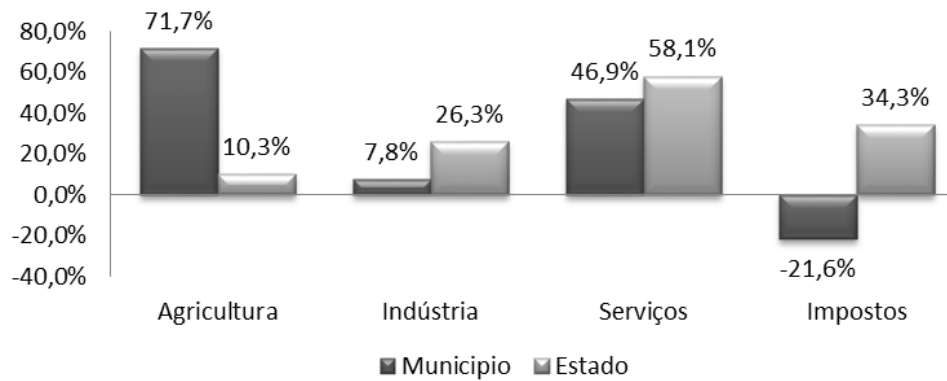
#### Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município - 2010



Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 47,0% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 20,8% em 2010, contra 26,8% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 26,8% em 2005 para 24,2% em 2010.

**Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município de Ecoporanga e no estado – 2005 a 2010.**

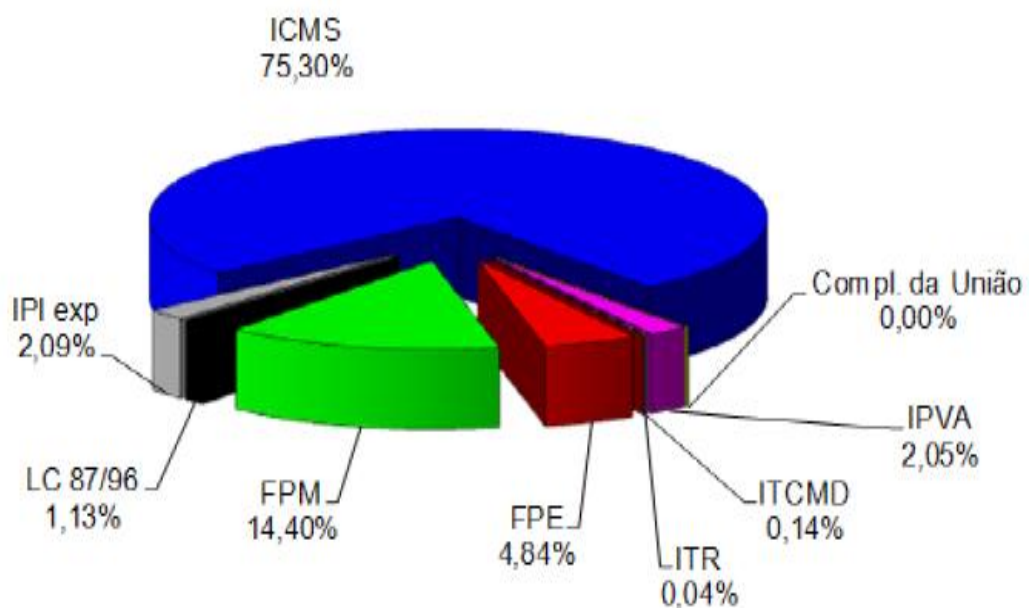


Fonte: IBGE

### Produto Interno Bruto - PIB municipal do município de Ecoporanga

Ano	PIB municipal
2006	223.335.000
2007	220.788.000
2008	219.495.000
2009	228.963.000
2010	261.145.000
2011	271.440.000
2012	332.787.000

### RECURSOS QUE COMPÕE O FUNDEB



## ► Tabela CAQi

Tipo de Unidade	Creche	Pré-Escola	Ens. F. Série Inic.	Ens. F. Séries Finais	Ens. Médio
Tamanho Médio (Alunos)	130	264	480	600	900
Jornada Diária dos Alunos	10	5	5	5	5
Nº. De Alunos por turma	13	22	24	30	30
Custo de Pessoal + Encargos	81,60%	76,80%	76,10%	75,50%	76,50%
<b>Custo Total</b>	<b>9.772,01</b>	<b>3.829,23</b>	<b>3.630,32</b>	<b>3.555,72</b>	<b>3.680,05</b>

### Município: Repasse estadual Ecoporanga/ES

Mês	Ano	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
01	2011	784.561,79	7.700,61	0,00	11.680,44	0,00	23.019,65	0,00	0,00	508.195,40	1.335.157,89
02	2011	845.250,34	2.341,86	0,00	11.680,44	0,00	0,00	0,00	0,00	374.367,30	1.233.639,94
03	2011	551.796,58	1.510,71	0,00	11.680,44	0,00	0,00	0,00	0,00	590.251,22	1.155.238,95
04	2011	731.404,62	1.338,56	0,00	11.680,44	0,00	20.919,49	0,00	0,00	523.694,43	1.289.037,54
05	2011	839.499,42	769,36	0,00	11.680,44	0,00	0,00	0,00	0,00	659.600,98	1.511.550,20
06	2011	757.707,39	682,90	0,00	11.680,44	0,00	0,00	0,00	0,00	539.504,57	1.309.575,30
07	2011	644.563,37	1.280,96	0,00	11.680,44	0,00	24.752,06	0,00	0,00	519.629,18	1.201.906,01
08	2011	664.878,60	2.550,17	0,00	11.680,44	0,00	0,00	0,00	0,00	519.478,08	1.198.587,29
09	2011	530.793,58	5.476,33	0,00	11.680,44	0,00	0,00	0,00	0,00	495.096,45	1.043.046,80
10	2011	697.690,71	37.917,65	0,00	11.680,44	0,00	25.826,68	85.089,10	0,00	536.381,24	1.394.585,82
11	2011	737.164,39	4.923,29	0,00	11.680,44	0,00	0,00	85.089,10	0,00	542.658,91	1.381.516,13
12	2011	1.335.484,25	4.104,45	0,00	11.680,44	0,00	0,00	85.089,10	0,00	574.570,21	2.010.928,45
01	2012	779.281,15	3.272,88	0,00	11.403,32	0,00	19.620,43	0,00	0,00	637.759,12	1.451.336,90
02	2012	942.658,93	1.274,70	0,00	11.403,32	0,00	0,00	0,00	0,00	491.769,28	1.447.106,23
03	2012	640.215,97	1.299,06	0,00	11.403,32	0,00	0,00	0,00	0,00	658.013,98	1.310.932,33
04	2012	806.882,09	1.471,17	0,00	11.403,32	0,00	12.334,30	0,00	0,00	518.260,13	1.350.351,01
05	2012	902.440,52	755,99	0,00	11.403,32	0,00	0,00	0,00	0,00	709.741,09	1.624.340,92
06	2012	770.096,65	1.375,67	0,00	11.403,32	0,00	0,00	0,00	0,00	584.477,89	1.367.353,53
07	2012	575.082,46	1.538,89	0,00	11.403,32	0,00	13.541,94	0,00	0,00	586.664,00	1.188.230,61
08	2012	634.591,40	756,06	0,00	11.403,32	0,00	0,00	0,00	0,00	551.359,45	1.198.110,23
09	2012	555.258,18	9.464,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.279,56	1.098.001,84
10	2012	589.431,60	34.971,97	0,00	22.806,64	0,00	2.405,25	0,00	0,00	616.386,08	1.266.001,54
11	2012	796.713,62	3.684,31	0,00	11.403,32	0,00	0,00	321.763,20	0,00	594.201,26	1.727.765,71
12	2012	1.393.805,46	4.052,88	0,00	11.403,32	0,00	0,00	0,00	0,00	664.425,29	2.073.686,95
01	2013	832.621,23	4.066,42	0,00	0,00	0,00	73,37	0,00	0,00	637.191,78	1.473.952,80
02	2013	1.120.202,82	1.804,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	706.570,82	1.828.578,31
03	2013	645.153,65	1.077,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.969,11	1.180.200,43
04	2013	692.235,30	1.023,09	0,00	44.283,11	0,00	2.376,85	0,00	0,00	679.287,88	1.419.206,23
05	2013	994.648,03	3.862,41	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	702.106,28	1.711.687,50
06	2013	829.827,44	1.513,19	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	633.573,69	1.475.985,10
07	2013	590.943,06	1.520,92	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	598.478,03	1.202.012,79
08	2013	772.648,60	1.484,12	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	591.554,84	1.376.758,34
09	2013	639.468,11	7.730,93	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	516.263,46	1.174.533,28
10	2013	639.477,91	36.694,49	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	717.295,13	1.404.538,31
11	2013	889.500,81	5.812,04	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	698.429,28	1.604.812,91
12	2013	1.448.031,70	3.520,77	0,00	11.070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	727.776,76	2.190.400,01
01	2014	1.253.360,90	5.709,11	0,00	10.474,98	0,00	4.964,11	241.440,10	0,00	667.924,41	2.183.873,61
02	2014	1.338.406,13	1.110,25	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	709.121,11	2.059.112,47
03	2014	793.935,93	2.917,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	646.302,78	1.443.156,27

04	2014	906.144,19	1.019,24	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	828.264,90	1.745.903,31
05	2014	1.207.548,52	1.136,96	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	786.586,43	2.005.746,89
06	2014	905.583,44	2.777,58	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	521.884,03	1.440.720,03
07	2014	777.781,61	764,08	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	850.569,13	1.639.589,80
08	2014	944.872,31	1.341,48	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	629.911,22	1.586.599,99
09	2014	828.259,58	8.035,78	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	648.466,79	1.495.237,13
10	2014	782.790,60	44.242,66	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	673.545,84	1.511.054,08
11	2014	1.036.123,47	10.746,87	0,00	10.474,98	0,00	0,00	0,00	0,00	678.622,97	1.735.968,29
12	2014	1.798.607,54	3.032,96	0,00	20.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	815.500,53	2.638.090,99
01	2015	1.263.303,92	6.596,87	0,00	0,00	0,00	104,38	0,00	0,00	697.372,51	1.967.377,68
02	2015	1.289.588,52	692,85	0,00	0,00	0,00	259,87	0,00	0,00	609.052,27	1.899.593,51
03	2015	939.275,84	925,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	758.139,03	1.698.340,08
04	2015	1.013.727,55	1.251,98	0,00	44.615,64	0,00	0,00	0,00	0,00	761.979,15	1.821.574,32

**MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA CONSIDERADAS NO FUNDEB EM 2014, ESTIMATIVA DA RECEITA ANUAL DO FUNDO E COEFICIENTES DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR ENTE GOVERNAMENTAL PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 19, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013, NO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA**

Educação Infantil	Creche Tempo Integral	302
	Creche Parcial	247
	Pré-Escola Tempo Integral	0
	Pré Escola Parcial	578
Ensino Fundamental	Séries Iniciais Urbana	822
	Séries Iniciais Rural	372
	Séries Finais Urbana	37
	Séries Finais Rural	0
	Tempo Integral	112
ENSINO MÉDIO	Urbano	0
	Rural	0
	Tempo Integral	0
	Integrado à Ed. Profissional	0
Educação Especial		142
AEE		99
EJA	Aval. No Processo	0
	Integ. À Ed. Profiss. de nível médio	0
EDUCAÇÃO INDÍGENA/QUILOMBOLA		0
INSTITUIÇÕES CONVENIADAS	Creche Tempo Integral	0
	Creche Parcial	0
	Pré-Escola Tempo Integral	0
	Pré-Escola Parcial	0
FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA	Ed. Especial	0
	Ensino Médio Rural	0
	Ensino Médio Int. Ed. Profis.	0
	Educ. Indig/Quil.	0
	EJA – Aval. No Proces.	0

	EJA – Int. Ed. Profis. De Nível Médio	0
R\$1,00	Estimativa das Receitas do FUNDEB 2014 por esfera de governo Municipal e Estadual	8.033.479,35
	Coeficientes de Distribuição de Receitas do FUNDEB 2014	0,003454794277

## META 20

**Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

## ESTRATÉGIAS

20.1. Tratar o financiamento da educação como instrumento para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população.

20.2. Fazer a gestão dos recursos para a educação de forma descentralizada e democrática mediante mecanismos colegiados de controle social, para que se evite a aplicação excessiva de recursos nas atividades-meio e as injunções de natureza política.

20.3. Tratar o princípio da equidade como um desafio a obter a adequação da aprendizagem a um padrão mínimo de qualidade (art. 211, Parágrafo 1º, CF e art. 60, Parágrafo 4º, ADCT - (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias), ou seja, quantidade mínima por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensinoaprendizagem, caminhando em busca da garantia do custo aluno-qualidade.

20.4. Considerar a educação como uma prioridade estratégica para um projeto de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades na distribuição de renda e na erradicação da pobreza.

20.5. Instituir um planejamento democrático da Educação, submetendo o orçamento e a gestão financeira às metas e objetivos do Plano Municipal de Educação e ao controle social.

20.6. Garantir o repasse dos recursos constitucionalmente vinculados para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Art. 212 da CF) aos órgãos educacionais, nos termos do Art. 69, Parágrafo 5º da LDB.

20.7. Aprimorar, permanentemente, os Conselhos Escolares, com calendários de



reuniões pré-determinado para cada ano letivo com encontro mensais reforçando-lhes o caráter deliberativo, de modo a que sejam instrumentos de construção coletiva e de acompanhamento democrático das propostas político-pedagógicas das unidades escolares.

20.8. Fortalecer os conselhos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB, da Alimentação e de Educação, visando à transparência na aplicação dos recursos.

20.9. Criar, até um ano após a entrada em vigor deste PME, no âmbito da SMEC/Ecoporanga, um Conselho de Acompanhamento dos Recursos para a Educação, com representação paritária e pleno acesso às informações necessárias as suas funções, com autonomia, orçamento e infra-estruturas adequados e divulgações de suas avaliações.

20.10. Elaborar, divulgar e distribuir material básico para orientação e formação específica, qualificando o acompanhamento e controle social da aplicação do PME e das verbas destinadas à educação.

20.11. Assegurar a realização de audiências públicas para discussão da LOA e LDO com ampla divulgação nos meios de comunicação social.

20.12. A partir da vigência deste Plano, publicar anualmente, documento oficial de aplicação de verbas da administração direta e indireta (Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundação de Assistência Social e Comunitária), na educação básica.

20.13. Destinação, nas Conferências Municipais de Educação, de espaço de discussão e avaliação do andamento deste PME.

20.14. Definir, em um ano após a vigência deste PME, a garantia de recursos para reforçar a infra-estrutura física das unidades e escolas da rede municipal, ampliando, modernizando e reorganizando laboratórios, oficinas, salas especiais, ampliando e atualizando bibliotecas especializadas e capacitando os trabalhadores para sua manutenção, mediante a definição de recursos orçamentários a serem geridos pelo coletivo de cada escola, tomando por base o PPP de cada escola.

20.15. Garantir ambiente informatizado em 100% das unidades escolares até o 3º ano de vigência do PME.

20.16. Definir, em no máximo 2 (dois) anos, os padrões mínimos de infra-estrutura para a Educação Municipal de Ecoporanga, bem como as condições físicas dos



estabelecimentos públicos do sistema municipal, observadas a realidade regional e a compatibilidade entre atendimento e demanda.
20.17. Dotar as escolas públicas da rede municipal de infra-estrutura material, didático-pedagógica e tecnológica, garantindo um número compatível de profissionais em educação que possibilite empregar tal estrutura em prol de um ensino de boa qualidade, em todos os níveis.
20.18. Prever a partir do primeiro ano do PME, verba orçamentária para formação continuada dos profissionais de educação.
20.19. Criar uma equipe técnica na SMEC/ Ecoporanga a partir do primeiro ano de vigência do PME para gerenciar os recursos da educação.
20.20. Alimentar a página no site da prefeitura para prestação de contas.
20.21. Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.
20.22. Apoiar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.
20.23. Melhorar a relação número de alunos por professor, a fim de ampliar o retorno do Fundeb.



## ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O documento final do Plano Municipal de Educação de Ecoporanga, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em uma aula de democracia, um momento ímpar, no qual segmentos das esferas públicas e privadas, bem como a comunidade civil e organizada de Ecoporanga, definiram os caminhos da educação do município para os próximos dez anos, após sua aprovação.

Uma ação, cujo processo percorreu os seguintes passos: levantamento diagnóstico da situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de diretrizes, objetivos e metas do PME com a sociedade, consolidação do texto base sobre as políticas educacionais para o município, culminando com a realização da I Conferência Municipal de Educação.

De forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, bem como com a Lei Orgânica do Município de Ecoporanga nº 015, de 30 de julho de 2009, o PME responde as expectativas e especificidades da educação para atender aos anseios da comunidade ecoporanguense.

Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação deste plano, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução.

De acordo com determinação prevista nos Plano Nacional de Educação, será criada, após a sua aprovação, uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PME que será composta por técnicos desta Secretaria, representantes do Conselho Municipal de Educação e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, dentre outros segmentos da sociedade. É importante ressaltar que a Comissão contará com o apoio e assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação.

A Comissão trabalhará na implantação do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamentos periódicos dos resultados alcançados e replanejamento de novas ações.



Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia. Extraordinariamente, a primeira revisão deverá ser realizada dois anos após a aprovação do Plano Nacional de Educação, tendo em vista a sua melhor atualização e articulação, bem como a participação da sociedade civil e organizada.

Esta análise conjunta reorientará decisões técnico-pedagógicas e administrativas, fortalecendo o processo de planejamento participativo e enriquecendo a administração educacional e municipal como um todo.

É necessário articular e comprometer, na avaliação contínua e sistemática, a sociedade civil, organizada através de Conselhos ou entidades, interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente no Município.

O resultado desta reflexão sobre as ações em desenvolvimento deverá intervir no processo de gestão da Educação no Município, para que a implementação seja adequada às reais e sempre atualizadas necessidades e possibilidades existentes a cada ano, concretizando passo a passo o ideal sonhado, em consonância com as demais determinações legais vigentes.



## Referências

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga: Lutas Camponesas no Espírito Santo**. 1ª. ed. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

FRITZ, Ana. **Ecoporanga “Minha Terra”** – História e geografia do município.

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: Romance do Efêmero Estado “União de Jeovah”**. 2ª. ed. Vitória: Textus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cotaxé, A Reinvenção de Canudos**. 1ª. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.

A **Educação de Jovens e Adultos** no Estado do Espírito Santo .Vitória – ES/ 2007.

ESPIRITO SANTO, Constituição do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo, 1989.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

BRASIL, MEC. Plano Decenal de Educação para Todos – Brasília: MEC, 1993 – versão acrescida.

BRASIL, MEC/INEP - Censo da Educação Básica INEP/MEC, 2010.

BRASIL, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Índices de aprovação, reprovação e abandono no Município de Ecoporanga- Espírito Santo, 2010.

BRASIL, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Matrícula inicial por dependência administrativa no Ensino Médio no Município de Ecoporanga- Espírito Santo, 2010.

BRASIL, MEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Número de funções docentes por modalidade / município de Ecoporanga, Espírito Santo – Censo de 2010.

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL PARA A REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO. 2ª EDIÇÃO. VITÓRIA/ES 2011.

Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal instituído pela Lei nº 1.502/11.

Lei Orgânica Municipal de Ecoporanga.

Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: síntese do plano. - Espírito Santo: Macroplan, 2006.

Projeto "Conhecendo o seu município" realizado pela 2ª Cia/ 11º BPM em 2013.

Calendário oficial de eventos do Espírito Santo-2013 Disponível < [http://www.es.gov.br/Documentos/calendarios\\_de\\_eventos\\_2012.pdf](http://www.es.gov.br/Documentos/calendarios_de_eventos_2012.pdf)> Acesso em 13/12/2014.

Censo e IDEB do município de Ecoporanga Disponível < <http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em 13/01/2015.

DATASUS Disponível <<http://www.deepask.com/goes?page=ecoporanga/ES-Confira-a-taxa-de-analfabetismo-no-seu-municipio>> Acesso em 03/02/2015.

Informações à imprensa: Assessoria de Comunicação – Incaper Disponível:<<http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Noroeste/Ecoporanga.pdf>> Acesso em 19/08/2013

Indicadores Demográficos Educacionais Disponível < <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/3202108> > Acesso em 13/12/2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Informações, gráficos e tabelas Disponível <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320210>> Acesso em 13/12/2014.

Informações, gráficos e tabelas de Ecoporanga Disponível <<http://biblioteca.ibge.gov.br/> > Acesso em 13/12/2014.

Disponível<<http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio>> Acesso em 21/09/2014

Disponível < <http://pne.mec.gov.br/trabalhando-juntos> Ações do MEC no seu município> Acesso em 13/12/2014.

Disponível < <http://simec.mec.gov.br/>> Acesso em 13/12/2014.

Fonte dos dados geográficos: Mapoteca Disponível < <http://www.apolo11.com/>> Acesso em 11/08/2010

Mapas de Ecoporanga Disponível < [www.ijsn.es.gov.br/Sitio/custom/mapas/municipios](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/custom/mapas/municipios)> Acesso em 16/03/2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Ideb, 2014. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=273&Itemid=345](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=273&Itemid=345)>. Acesso em 07/01/ 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em < [http://www.ampr.org.br/files/Financiamento da Educao 2014 AMP.pdf](http://www.ampr.org.br/files/Financiamento_da_Educao_2014_AMP.pdf) >. Acesso em 20/04/ 2015.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. Disponível < [www.tvebrasil.com.br/salto/distancia/default.htm#a](http://www.tvebrasil.com.br/salto/distancia/default.htm#a) > Acesso em 13 de maio de 2014.

No ES: O movimento messiânico mais longo de toda a história do Brasil Disponível<[http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=30&id\\_noticia=7259](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=30&id_noticia=7259)> Acesso em 21/09/2012

PROJETO: INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E, LEVANTAMENTO DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS MUNICIPIO DE ECOPORANGA Junho/ 92 Disponível<[http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120817\\_ij00829\\_pdri\\_perfilsocioeconomicolevantamentodasoportunidades.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120817_ij00829_pdri_perfilsocioeconomicolevantamentodasoportunidades.pdf)> Acesso em 15/05/2010.

Relatórios de Informações Sociais - Disponível < [sagi@mds.gov.br](mailto:sagi@mds.gov.br)> Acesso em 19/09/2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CEFOCO Centro de Formação Continuada da UFES, integrado à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica. Disponível < [www.cefoco.ufes.br](http://www.cefoco.ufes.br) >. Acesso em 20/09/ 2010.



## Siglas/ Órgão

ADCT Atos das Disposições Constitucionais Transitórias  
AEE Atendimento Educacional Especializado  
ANA Avaliação Nacional da Alfabetização  
BPC Benefício de Prestação Continuada  
BPC Benefício de Prestação Continuada  
CAE Conselho de Alimentação Escolar  
CAEE Centro de Atendimento Educacional Especializado  
CAQ Custo Aluno Qualidade  
CAQi Custo Aluno Qualidade Inicial  
CEB Comprovação de Escolaridade Básica  
CEE Conselho Estadual de Educação  
CF Constituição Federal  
CME Conselho Municipal de Educação  
CMEIs Centro Municipal Educação Infantil  
CNE Conselho Nacional de Educação  
CRAS Centros de Referência da Assistência Social  
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EAD Educação À Distância.  
EE Educação Especial  
EEEFM Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio  
EF Ensino Fundamental  
EI Educação Infantil  
EJA Educação de Jovens e Adultos  
EM Ensino Médio  
EMEF Escola Municipal de Ensino Fundamental  
EMEIEF Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental  
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio  
ES Espírito Santo  
FIES Financiamento do Ensino Superior  
FME Fórum Municipal de Educação  
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação



FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GEEMPA Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES Instituição de Ensino Superior

IFES Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

INEP Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPES Instituições Públicas de Ensino Superior

LDB Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais

LOA Lei Orçamentária Anual

MDS Ministério do Desenvolvimento Social

MEC Ministério da Educação

MEI Micro Empreendedores Individuais

MG Minas Gerais

MMPA Magistério Municipal Professor de Séries Iniciais

MMPP Magistério Municipal Professor Pedagogo com função de suporte à docência

MS Ministério da Saúde

OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMEQ Organização Mundial da Educação Pré-Escolar

PAEBES Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado do Espírito Santo

PAIF Programa de Atenção Integral à Família

PAM Produção Pecuária Municipal

PAR Plano de Ação Articuladas

PBA Programa Brasil Alfabetizado

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola

PEA População Economicamente Ativa





PEE Plano Estadual de Educação  
PIB Produto Interno Bruto  
PLi Programa do Livro Didático  
PME Plano Municipal de Educação  
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAIC Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa  
PNE Plano Nacional de Educação  
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA Plano Plurianual  
PPP Projeto Político Pedagógico  
ProInfo Integrado - Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional  
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Pronatec Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PTE Programa de Transporte Escolar  
SAEB Sistema de Avaliação da educação Básica  
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas  
SEED Secretaria de Educação a Distância  
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte  
SIMEC Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle  
SMEC Secretaria Municipal de Educação  
SUAS Sistema Único de Assistência Social  
TCU Tribunal de Contas da União  
TDAH Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade  
TGD Transtornos Globais do Desenvolvimento  
TIC Tecnologias de Informação e Comunicação  
UAB Universidade Aberta do Brasil  
UFES Universidade Federal do Espírito Santo  
UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação



UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNIMES Universidade Metropolitana de Santos



## INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS

ÓRGÃOS / INSTITUIÇÕES	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Alfabetização Infantil - PNAIC	Educação Integral	IDEB	Educação para as Relações Étnicorraciais	Educação do Campo	EJA	Educação Superior	Educação Profissional	Educação A Distância	Formação de Prof. e Valorização do Magistério	Financiamento e Gestão	TOTAL GERAL
Comunidade				1								2				3
Conselho Municipal de Educação		1					1								3	5
Escola Estadual			3	3									1			7
Escola Municipal	16	9	13	9	9	10	9	9	10	10	12	4	5	10	16	151
Escola Privada																
Séc. M. de Planejamento																
Séc. M. da Educação				1												1
Secretaria M. de Administração										1						1
Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas											3		2			5
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>173</b>



**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2014/2024**

**I – Representando a Secretaria Municipal da Educação**

Presidente: Marly Ferreira da Silva  
Coordenadora: Ana Lúcia Fritz Viana  
Titular: Neilcê Oliveira Clara  
Suplente: Lenilda Maria dos Santos Machado  
Titular: Francisco Souza  
Suplente: Zima Pinheiro de Castro  
Titular: Joziane Cirilo de Paulo Silva  
Suplente: Nilda Maria de Jesus Carvalho  
Titular: Neiliene Oliveira Clara  
Suplente: Carlos Roberto Monteiro de Aguiar  
Suplente: Ângela Maria Costa

**II – Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social**

Titular: Laudinei Vieira de Almeida  
Suplente: Kezia Vieira de Sousa

**III – Representando o Conselho Municipal do FUNDEB:**

Titular: Débora Kristyna Silva  
Suplente: Elizeu Quintino de Oliveira  
Titular: Aurinedes Alves Alagoano  
Suplente: Camila Ramos da Rocha

**IV– Representando o Conselho Municipal de Educação**

Titular : Maurício Eugênio da Silva  
Suplente: Schirley Jaine Alves Souza Botelho  
Suplente: Vanete Gregório Batista

**V – Representando o Conselho de Alimentação Escolar**

Titular: Luciana Rodrigues Pereira  
Suplente: Gilmar Henrique Quevedez  
Titular: Argentina Teófilo  
Suplente: Claudinéia Pagoto Alves dos Santos

**VI – Representando o Professor (Estadual)**

Titular: Amicemil Ferreira Souza Xavier



Suplente: Cátia Cirlene Rodrigues Corrêa

Titular: Edina Denardi Costa

**VII – Representando a UAB**

Titular: Suely Teixeira Viana

Suplente: Claudia Almeida Costa de Souza

**VIII – Representando a Assessoria Jurídica**

Titular: Agtha Gill Barbosa Passos

**IX – Representando o Professor (Municipal)**

Titular: Jociany Ferreira Florentino

Suplente: Cleidimar Dias Ferreira

Titular: Ednéia Maria Fritz Matos

Suplente: Laureci Fernandes Meneguette Júnior

**X – Representando os Pais (Conselho Escolar/ Rede Municipal)**

Titular: Eliana Mourão Siqueira

Suplente: Sadrina da Conceição da Silva

Titular: Fernanda Coimbra Lima

Suplente: Deruaite Morais de Sousa

**XI – Representando a Escola Especial “Rosa de Saron” –Associação Pestalozzi**

Titular: Fabíola Reis Mendes

Suplente: Dinéia Freitas de Argôlo

**XII – Representando a EMEF “Família Rural de Ecoporanga”**

Titular: Jardel Carnielli Rôas

Suplente: Lilian Camargo de Matos

**XIII – Representando o Diretor (Municipal)**

Titular: Gildeci Pinheiro da Silva Teixeira

Suplente: Railda Pereira Amorim Neres

**XIV– Representando o Supervisor (Municipal)**

Titular: Karla Andréia Cardoso

Suplente: Valdeci Vaz

## Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos delegados e delegadas, Comissões de apoio das Pré-conferencias e da Conferencia Municipal de Educação, aos representantes da SMEC e demais Secretarias Municipais, membros dos comitês de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e diversidade, Gestão e Financiamento, Formação e Valorização dos Profissionais do Magistério, que desde 23 de outubro de 2014, data da primeira portaria, não pouparam esforços para a efetivação deste Plano Municipal de Educação de Ecoporanga.

Adriana de Almeida Santos  
Adriana de Freitas Pereira Fernandes  
Adriana Rodrigues  
Agatha Gill Barbosa Passos  
Ailton Fonseca  
Amélia Saraiva Lima  
Amicemil Ferreira Souza Xavier  
Ana Cristina Pereira Machado Silva  
Ana Lúcia Fritz Viana  
Ana Maria Silvano Pereira  
Ana Marieta Leão Martins  
Ana Scardua Sala  
Andreia Ramos Afonso  
Andressa Loss Guimarães  
Ângela Maria Costa  
Antonio Valdeci Vaz  
Argentina Teófilo  
Beatriz Ribeiro dos Santos  
Carlos R. Monteiro de Aguiar  
Cátia Cirlene Rodrigues Corrêa  
Caty Silene Cardoso Quedevez  
Célio Alves Ferreira  
Claudecy Silva de Souza  
Claudia Maria Vicente  
Claudinéia Pagoto Alves dos Santos  
Cleidimar Dias Ferreira  
Cleonilson Ramos Trindade  
Danice Martha Teixeira  
Danielle Celestino Gonçalves  
Darlieny Teixeira  
Débora Kristyna Silva  
Deruaite Moraes de Sousa  
Dinéia Freitas de Argolo  
Dulcilândia Freitas Pereira da Silva  
Dulcinéia F.Martins  
Edir Paradela Mendes



Edirlene Dias Pereira  
Edna Maria Dal'col Silva  
Ednéia Maria Fritz Matos  
Ednete Alves Silva Santos  
Eleomar Teixeira Serafim Veloso  
Eliana Mourão Siqueira  
Eliana Quintino de Oliveira  
Eliane Maria da Silva  
Eliene Dias Pereira de Sousa  
Elisanja G. Silva  
Elizeu Quintino de Oliveira  
Eni Dias Pereira  
Eudelina Denarde Machado  
Fabiana Bonifácio de S. Dutra  
Fabíola Reis Mendes  
Fabrícia Barbosa Haddad da Silva  
Fernada P.F Lima  
Fernanda Ferraz Amaral Justino  
Francielle Bianchini de Novais  
Francisco Souza  
Geraldo Inêz Pimenta  
Gilda de Castro Cunha  
Gildecy P. da Silva Teixeira  
Gilmar Henrique Quevedez  
Giselda Martins Costa Guedes  
Grazieli Silva Dal'Col  
Holandina Teixeira Viana  
Inizielange Teófilo  
Ismarly Rodrigues da Silva  
Itamar Rodrigues Lima  
Jaquellyny S. A. Nascimento  
Jardel Carnielli Roas  
Joelma Pereira de Carvalho Freitas  
José Eduardo Vieira da Costa  
Josiane Ferreira Florentino  
Joziane Cirilo de Paulo Silva  
Julian Pereira Lino  
Juliana Antunes Fianco  
Karla Andréia Cardoso  
Laureci F. Meneguette Junior  
Leandra Leandro S. Assis  
Lenilda Maria dos Santos Machado  
Lenilson Pereira da Silva  
Leusneide Borges de Aquino Aguiar  
Lilian Camargo de Matos  
Lilian Camargo de Matos  
Luciana Acerbi  
Luciane Ribeiro Ramaldes  
Luciene de Souza Baeta  
Lucilene Rodrigues Machado



Marcia Francisco de Oliveira Matos  
Marcos Henrique de Araujo  
Maria Aparecida Silva  
Maria da Penha B. S. Assis  
Maria de Fátima Pires Baeta  
Maria de Lourdes Lirio de Sousa  
Maria de Lourdes Martins Damascena  
Maria Elvira da Silva Costa  
Maria Vieira Roas  
Marinalva Cardoso dos Santos  
Marineuza Mendes Rocha  
Marleide Monteiro  
Marlene Cândido da Rocha Roas  
Marli Ribeiro de Araújo  
Marly Ferreira da Silva  
Marly L. Amaral dos Reis  
Mauricio Eugenio Da Silva  
Maurina Teixeira Dias dos Santos  
Mirian P. Moreira Toledo  
Mônica da Silva Guimaraes  
Nara Barcelar Rocha  
Neilcê Oliveira Clara  
Neilene Oliveira Clara  
Nilda Dutra Ribeiro Santos  
Nilda Maria de J. Carvalho  
Paulo Ferreira de Oliveira  
Paulo Sandro Rocha Lima  
Railda Pereira Amorim Neres  
Raquel Maria Oliveira  
Renata Andrade de Oliveira de Melo  
Rosana Teixeira Dias Reis  
Rosimery Gomes  
Rozemilda Neves Santos Freires  
Sadrina da Conceição da Silva  
Schirley Jaine Alves S. Botelho  
Schirley Kuiles Maulaes  
Simone Vitor Miranda Caetano  
Suely Soares dos Santos de Jesus  
Suely Teixeira Viana  
Suleide Leite da Costa  
Vanete Gregorio Batista Souza  
Vera Lucia F. Gonçalves  
Vera Lúcia Miguel Coelho  
Vívian Antunes de Sá Martins  
Viviane Pereira Miranda Caneã  
Wander Maks Ferreira de Sena  
Zilma Ramos Fernandes  
Zima Pinheiro de Castro





*Elivane,*

*É engraçado como as pessoas passam rápido por nossas vidas e nos deixam marcas tão profundas... Foi assim com você...*

*Nossa amiga, companheira, profissional... Sempre com um sorriso no rosto, sempre disposta a ouvir e ajudar a quem precisava.*

*Sabemos que há tempo para todo o propósito debaixo do céu... Que há tempo de nascer e que há tempo de morrer ... "*

*Sentiremos saudades pra sempre. Talvez lembrando do que podíamos ter feito e não fizemos, das palavras que deveriam ser ditas e não dissemos, atitudes que deveríamos ter tido e não tivemos.*

*E se tivéssemos feito tudo, o "tudo" não seria suficiente. Somos assim despreparados pra perda e impacientes com o tempo, o qual deixamos responsável por apagar o nosso sofrimento.*

*Estamos tristes pela falta que nos faz, mas gratos á Deus por termos conhecido você um dia.*

*Saudades eternas...*

*Profissionais da Educação do Município de Ecoporanga*

*Ecoporanga - E. Santo, 04 de junho de 2015.*



## ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ECOPORANGA

Cerimônia de Abertura – Comissão



Entidades convidadas - Comissão



Entidades convidadas - Comissão



Entendendo as metas Educação do Campo e Ensino Superior





Entendendo a meta 1 – Educação Infantil



Entendendo a meta 6 – Educação Integral



*[Handwritten signature]*

Entendendo as metas



Entendendo a meta 2 - Ensino Fundamental



*[Handwritten signature]*



Entendendo a meta – 9, 10 e 11 - EJA



Entendendo as metas



Entendendo as metas



Entendendo as metas



*Handwritten signature*



Entendendo as metas



Entendendo as metas



*[Handwritten signature]*



Entendendo as metas



Entendendo as metas



*[Handwritten signature]*

## Abertura da Pré-Conferência

Fala da Secretária de Educação



Comissão organizadora das salas temáticas do plano municipal de educação





Professores da Rede Municipal de Ensino



Professores da Rede Municipal de Ensino



*[Handwritten signature]*

Professores da Rede Municipal de Ensino



SALAS TEMÁTICAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA

Educação de Jovens e Adultos,





## Educação Integral



## Ensino Superior



*[Handwritten signature]*

IDEB



Gestão e Financiamento





## Educação Infantil



## PNAIC – Alfabetização Infantil



*Alfabetização*



Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

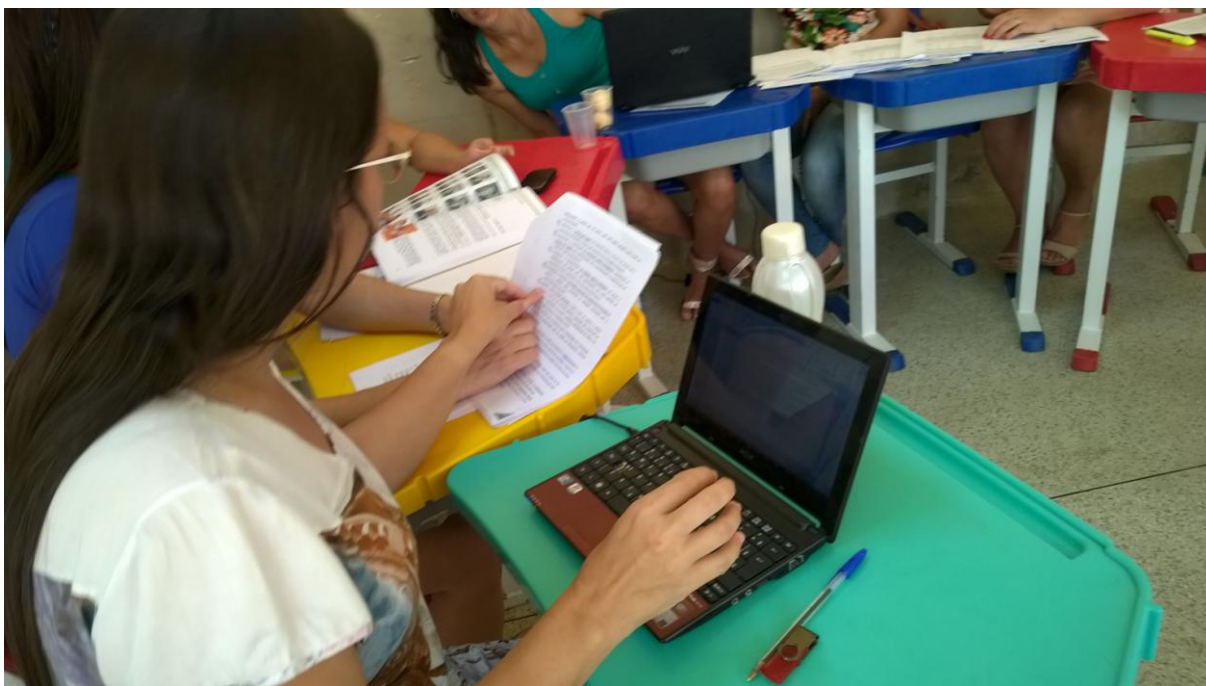


EDUCAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE



*[Handwritten signature]*

Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



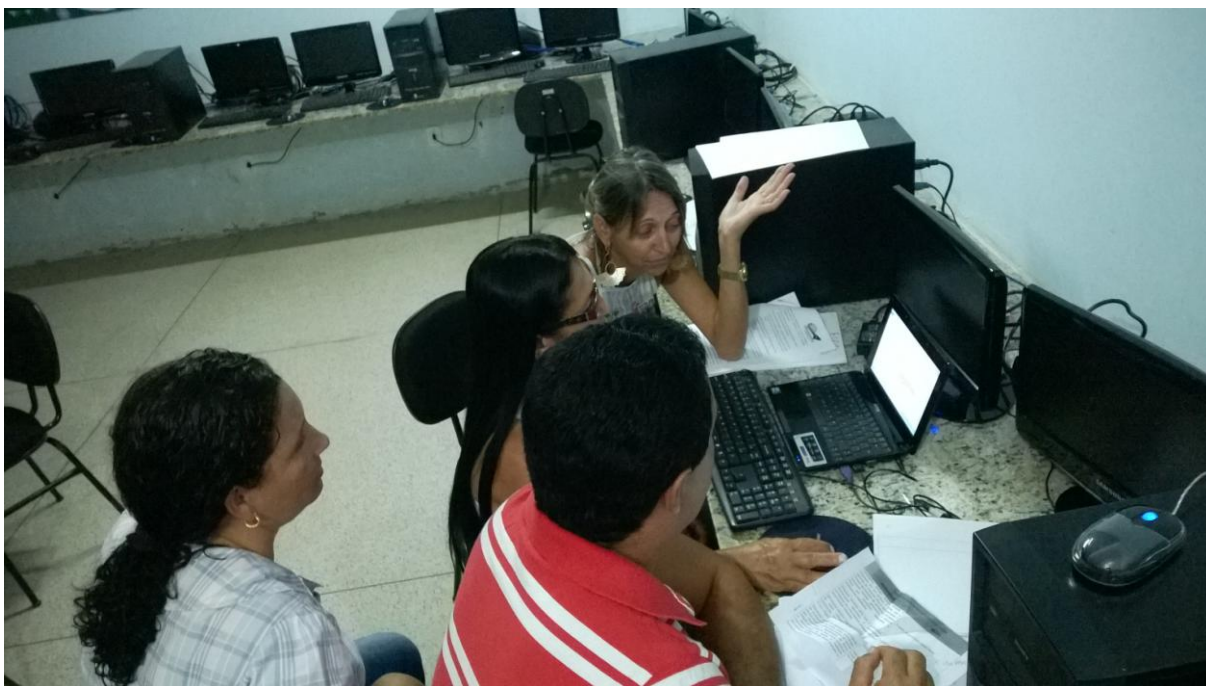
Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



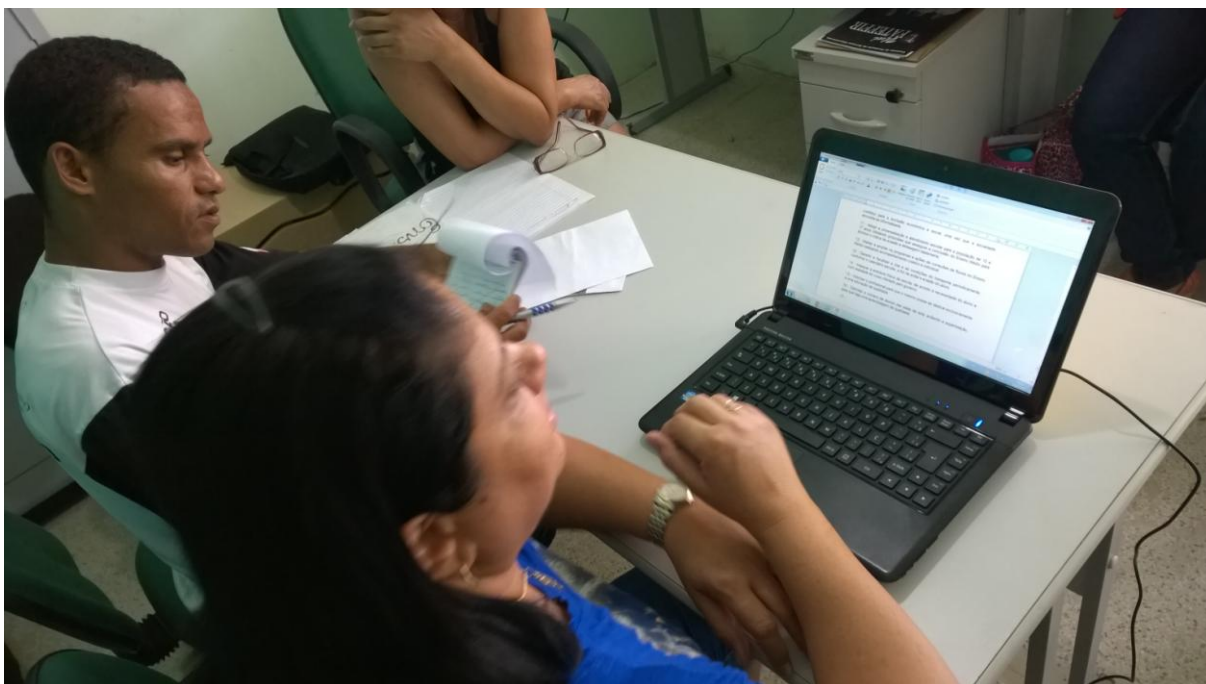
*Handwritten signature in blue ink.*



Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



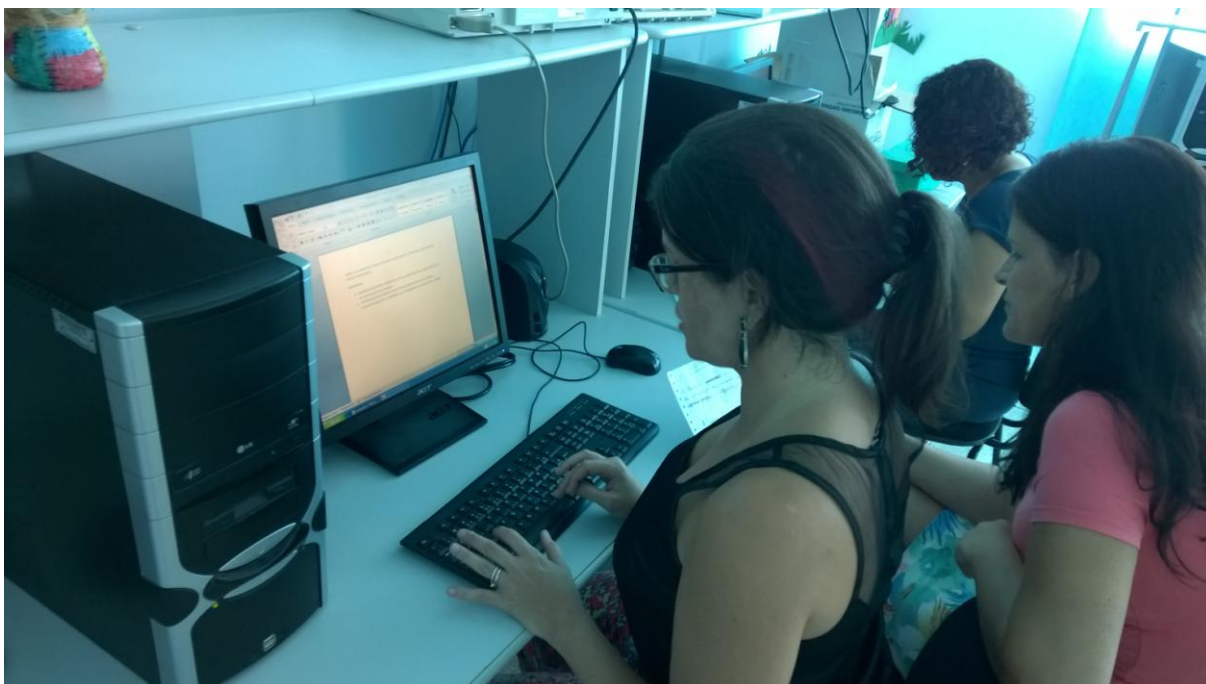
Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



*[Handwritten signature]*



Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



Equipe de Digitação e Momento de discussão das propostas



Participação do Fórum Estadual de Educação – Apresentação do PME



*[Handwritten signature]*



## Conferência do Plano Municipal de Educação de Ecoporanga

Profª. Ana Lúcia Fritz Viana – Coordenadora da Comissão Executiva e de elaboração do PME



*Ana Lúcia Fritz Viana*



Professores e representantes da sociedade civil



*[Handwritten signature]*

Fala da Secretária de Educação Marly Ferreira



*Marly Ferreira*



Autoridades, Secretários e representantes dos Profissionais da Educação



*[Handwritten signature]*



Apresentação Cultural



*[Handwritten signature]*



Fala do Vereador Valmir Bambu



Profissionais da Educação e Representante do SISPMEC



Entrega da versão final para o representante da Câmara Municipal – Vereador Valmir Bambu

Palestrante Hiata Anderson





Momento de discussão das propostas



Apresentação Cultural



Momento de discussão das propostas



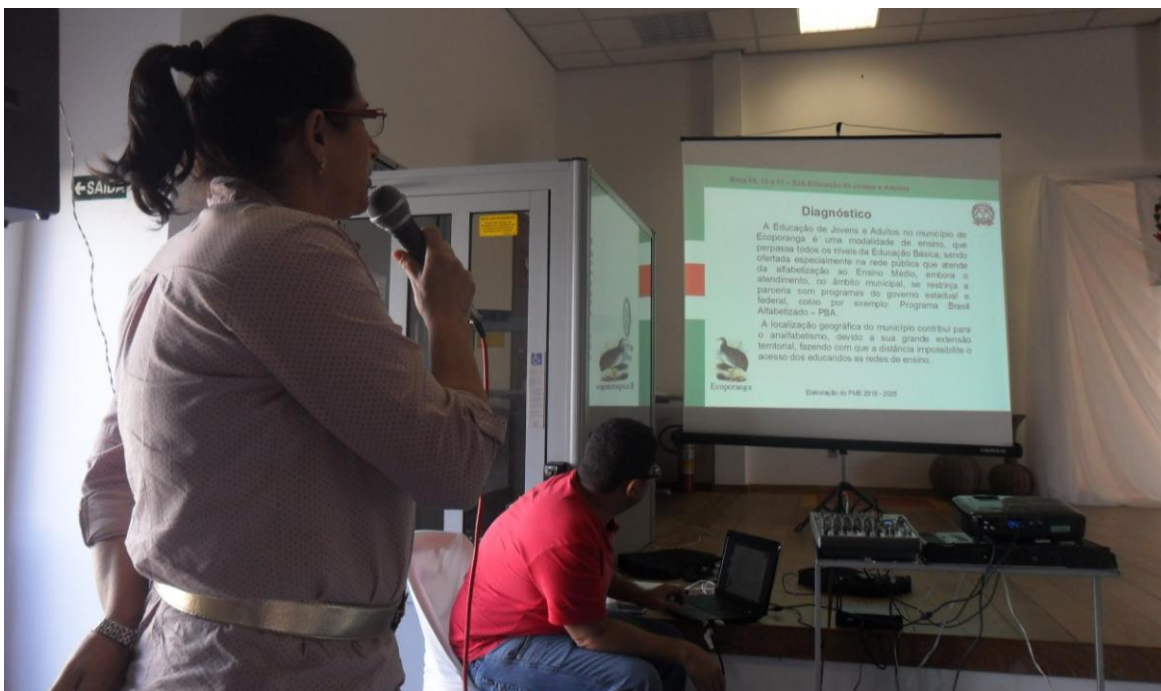
Momento de discussão das propostas



*[Handwritten signature]*



### Momento de discussão das propostas



### Ginástica Laboral com o Professor Kennedy



### Ginástica Laboral com o Professor Kennedy



### Momento de discussão das propostas



*[Handwritten signature]*



Plenária Final



Plenária Final



*[Handwritten signature]*

Encerramento



Encerramento



*[Handwritten signature]*